



## BC Correio

211042663.CEF037086  
11/01/2022 17:23

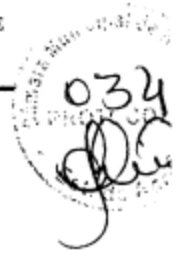
Tipo: Mensagem                                  Número: 121088764  
De: DEORF    Enviado por: DEORF.TATIANA                                  Enviado em: 08/09/2021 15:55:27  
Para: 21104 (Sede)                                  Recebido por: 211042663.S-CEF2663A                                  Recebido em: 08/09/2021 16:00:47  
Assunto: **INCORPORAÇÃO DA CAIXA PARTICIPAÇÕES S.A. PELA CAIXA ECONÔMICA FEDERAL - COMUNICAÇÃO DE ARQUIVAMENTO - PE 193867**

À

Caixa Econômica Federal

A/C do Sr.

Christopher Franco Braga - Diretor Executivo



Prezado Senhor,

Reportamo-nos Ofício nº 016/2021/DEGOE, de 2 de julho de 2021, por meio do qual a Caixa Econômica Federal (CEF) comunica que o Conselho de Administração (CA), em Reunião Ordinária realizada em 21 de junho de 2021, aprovou a proposta reorganização societária do Conglomerado Caixa, com a incorporação da CAIXA Participações S.A. (CaixaPar) pela CEF.

2. À propósito, comunicamos o arquivamento do pleito, uma vez que a referida operação de incorporação independe de autorização por parte desta Autarquia, nos termos da Resolução CMN nº 2.723, de 2000, e da Resolução BCB nº 4.122, de 2012, por se tratar de incorporação de subsidiária não financeira por iniciativa da CEF.

Atenciosamente,

Departamento de Organização do Sistema Financeiro - Deorf

Divisão de Organização do Sistema Financeiro e de Pagamentos – Difin

André Ricardo Moncaio Zanon

Tatiana Maria Carvalho de Paula

Chefe de Divisão

Coordenadora

13.1 Nas situações citadas no item 12.2, o Agente Operador do FGTS disponibilizará os valores para saque dos dependentes ou para utilização em moradia própria em até cinco dias úteis contados a partir do efetivo retorno dos recursos à conta vinculada do trabalhador.

13.2 Nas hipóteses de saque previstas pelos incisos I a III, VII a XI e XIII a XVI do artigo 20 da Lei 8.036/90, o Agente Operador do FGTS comunicará, por meio de API (Application Programming Interface) a liberação do valor aplicado em FMP-FGTS, concernente à conta vinculada respectiva, para livre movimentação do trabalhador junto à Administradora.

13.2.1 Após esta comunicação, o saque fica autorizado, sendo que a baixa do valor aplicado somente deverá ser efetuada mediante solicitação do trabalhador.

14. DA TRANSFERÊNCIA DOS VALORES APLICADOS EM FMP-FGTS PARA OUTRO FMP-FGTS OU CI-FGTS

14.1 Após decorrido o prazo mínimo de seis meses, contados a partir da data do efetivo débito na conta vinculada para aplicação em FMP-FGTS, o trabalhador poderá optar pela transferência total ou parcial desse investimento para outro FMP-FGTS ou CI-FGTS.

14.1.1 A Administradora que efetuar a transferência deverá informar ao Agente Operador do FGTS, no prazo máximo de cinco dias úteis, as movimentações realizadas.

14.1.1.1 Referidas informações deverão ser encaminhadas formalmente para o endereço eletrônico CEFPG13@CAIXA.GOV.BR, instruído com os documentos que autorizam a transferência.

14.1.2 Nova transferência somente poderá ser realizada após decorrido outro período de, no mínimo, seis meses, contados da data da transferência dos recursos para o novo FMP-FGTS ou CI-FGTS.

#### 15. DISPOSIÇÕES GERAIS

15.1 Os administradores dos FMP-FGTS serão responsáveis por todas as informações prestadas ao Agente Operador do FGTS, nos moldes por ele estabelecido, devendo cumprir os prazos bem como as demais instruções vigentes.

15.1.1 O Agente Operador não se responsabilizará por eventuais prejuízos decorrentes do não cumprimento destas instruções.

15.2 A formalização do pedido de aplicação pelo trabalhador, os comprovantes de saque, bem como as solicitações de transferências efetuadas deverão ser arquivadas pela Administradora do FMP-FGTS ou CI-FGTS, para efeito de fiscalização pelos órgãos competentes.

15.2.1 O Agente Operador do FGTS poderá solicitar os documentos mencionados no subitem anterior;

16 Esta Circular entrará em vigor na data de sua publicação, passando a reger as operações de FMP realizadas a partir dessa data.

16.1 As operações de FMP realizadas antes da publicação desta Circular continuarão a ser regidas pela Circular CAIXA 287/2003.

EDILSON CARROSI RIBEIRO VIANNA

Diretor-Executivo

#### SECRETARIA GERAL

#### ATA DA ASSEMBLEIA GERAL EXTRAORDINÁRIA REALIZADA EM 29 DE DEZEMBRO DE 2021

CNPJ/MF nº 00.360.305/0001-04

NIRE: 53.5.0000038-1

I - Data, horário e local: no dia 29 de dezembro de 2021, às 09h00 (nove horas), por videoconferência.

II - Presença: (i) Procurador da Fazenda Nacional Alexandre Cairo, Representante da União, designado pela Portaria nº 17, de 26 de junho de 2019, publicada no Diário Oficial da União de 01 de julho de 2019; (ii) Senhor Rogério Rodrigues Bimbi, Presidente do Conselho de Administração da CAIXA; e (iii) Senhor Gryecos Attom Valente Loureiro, Diretor Jurídico da CAIXA.

III - Mesa: Rogério Rodrigues Bimbi, Presidente da Assembleia; Alexandre Cairo, Representante da União; e Karla Cristina Gadelha Apolinário, Secretária designada.

IV - Convocação: dispensada face à presença do acionista representando a totalidade do capital social, nos termos do artigo 124, § 4º, da Lei nº 6.404, de 15 de dezembro de 1976, conforme alterada ("Lei das S.A.").

V - Ordem do Dia: 1. Incorporação da CAIXA Participações S.A. (CAIXAPAR) pela Caixa Econômica Federal para: (i) ratificar a contratação da empresa Teixeira & Associados Auditores Independentes, responsável pela emissão do Laudo de Avaliação Contábil da CAIXAPAR; (ii) aprovar o Laudo de Avaliação contábil, mencionado no item anterior; (iii) aprovar, em todos os seus termos e condições, o Protocolo e a Justificação de Incorporação da CAIXAPAR; (iv) aprovar a incorporação da CAIXAPAR pela CAIXA, mediante a versão do patrimônio líquido, nos termos do Protocolo e Justificação de Incorporação, com a consequente extinção da CAIXAPAR; e (v) autorizar a administração da CAIXA a praticar todos os atos complementares necessários à referida incorporação.

VI - Deliberação: com base no despacho do Secretário Especial do Tesouro e Orçamento do Ministério da Economia, Senhor Estêves Colnago (Processo nº 10951.109140/2021-90), a Assembleia Geral Extraordinária decidiu sobre a matéria apresentada, conforme a seguir:

(i) aprovar/validar a escolha e nomeação da empresa Teixeira & Associados - Auditores Independentes, nos termos do Art. 8º da Lei nº 6.404/76;

(ii) aprovar o Laudo de Avaliação elaborado pelos Auditores Independentes;

(iii) aprovar o Protocolo e a Justificação da Incorporação da CAIXAPAR pela CAIXA;

(iv) aprovar a incorporação da CAIXAPAR pela CAIXA;

(v) autorizar a Administração da CAIXA a praticar todos os atos necessários à conclusão da incorporação.

VII - Encerramento: não havendo qualquer outra matéria a ser discutida, o Presidente da Mesa considerou encerrados os trabalhos da Assembleia Geral Extraordinária, determinando que fosse lavrada a presente Ata, em forma de sumários, conforme facultado pelo artigo 130, § 1º, da Lei das S.A., que, lida e achada conforme, é devidamente assinada. A Junta Comercial, Industrial e Serviços do Distrito Federal certificou

### Ministério da Educação

#### GABINETE DO MINISTRO

#### PORTARIA Nº 12, DE 6 DE JANEIRO DE 2022

Institui o Conselho da Ordem Nacional do Mérito Educativo, no âmbito do Ministério da Educação - MEC, e disciplina agradecimentos.

O MINISTRO DE ESTADO DA EDUCAÇÃO, no uso da atribuição que lhe confere o art. 87, parágrafo único, inciso II, da Constituição, e em conformidade com o disposto no Decreto nº 4.797, de 31 de julho de 2003, resolve:

Art. 1º Institui o Conselho da Ordem Nacional do Mérito Educativo, para o exercício das competências dispostas no Decreto nº 4.797, de 31 de julho de 2003, e estabelecer as diretrizes e condições fundamentais para os procedimentos do Ordem Nacional do Mérito Educativo, no âmbito do Ministério da Educação - MEC.

Art. 2º A Ordem Nacional do Mérito Educativo destina-se a agraciar personalidades nacionais e estrangeiras que tenham se distinguido por excepcionais serviços prestados à Educação.

Art. 3º As Insignias da Ordem Nacional do Mérito Educativo terão as seguintes características: palmas de louro, em verde natural, envolvendo uma elipse de esmalte púrpura, com um livro aberto em prata, circundada pela legenda "Mérito Educativo", escrita em ouro sobre o branco.

Parágrafo único. As insignias deverão estar sobre resplendor dourado para os graus de Grã-Cruz e Grande Oficial; prateado para o grau de Comendador e, para os demais graus, a insignia será prateada, de acordo com suas respectivas medidas.

Art. 4º As nomeações e promoções serão feitas por decreto do Presidente da República, mediante proposta do Ministro de Estado da Educação, após parecer favorável do Conselho da Ordem.

Art. 5º O Conselho da Ordem, instituído no âmbito do MEC, será composto pelos seguintes membros:

- I - Ministro de Estado da Educação, que o presidirá;
- II - Secretário-Executivo;
- III - Chefe do Gabinete do Ministro;
- IV - Secretário de Educação Básica;
- V - Secretário de Alfabetização;
- VI - Secretário de Modalidades Especializadas de Educação;
- VII - Secretário de Educação Superior;
- VIII - Secretário de Regulação e Supervisão da Educação Superior;
- IX - Secretário de Educação Profissional e Tecnológica;
- X - Presidente do Instituto Nacional de Estudos e Pesquisas Educacionais Anísio Teixeira - Inep;
- XI - Presidente do Fundo Nacional de Desenvolvimento da Educação - FNDE;

XII - Presidente da Coordenação de Aperfeiçoamento de Pessoal de Nível Superior - Capes; e

XIII - Presidente do Conselho Nacional de Educação - CNE.

§ 1º Os integrantes do Conselho serão, automaticamente, membros natos da Ordem, cabendo ao Ministro de Estado da Educação o grau de Grã-Cruz, e aos demais membros, o grau de Grande Oficial, não sendo considerados nos cálculos de vagas anualmente concedidas.

§ 2º Compete ao Conselho da Ordem apreciar as propostas de admissão, promoção, exclusão e readmissão dos agraciados.

§ 3º Após análise e aprovação do Conselho, as indicações serão homologadas pelo Ministro de Estado da Educação como condição de envio para avaliação e decisão final do Presidente da República, nesta ordem.

§ 4º As reuniões ordinárias, presenciais ou virtuais, serão realizadas anualmente, ou extraordinariamente, quando necessário.

§ 5º As reuniões ocorrem com o quórum da maioria de seus membros, e programadas pela secretaria-executiva da Ordem, com antecedência mínima de dois dias úteis da data do encontro.

§ 6º As decisões do Conselho ocorrerão por maioria absoluta de seus membros, ou, na ausência dos respectivos substitutos regimentais, calculada pela dimensão de um voto para cada um de seus membros.

Art. 6º A Chefe de Gabinete do Ministro exercerá o encargo de secretaria-executiva da Ordem, com as competências de provimento dos meios e instituição de Comissão de Apoio, e será responsável pelas providências de instrução processual, convocação e elaboração de atas das reuniões do Conselho, além da elaboração da lista de propostas de agraciamento, preparação do evento de concessão, solicitação de providências para fornecimentos e serviços das comendas e diplomas, entre outras.

Art. 7º As propostas de indicação para concessão das comendas serão apresentadas ao Conselho da Ordem, com as justificativas e razões da escolha de ações, projetos ou atividades que, no entender do proponente, destacaram-se na contribuição ao aperfeiçoamento e desenvolvimento da educação nacional.

Art. 8º As propostas de exclusões da Ordem poderão ser submetidas à aprovação do Conselho, por seus membros natos, nos casos de condenação por crime em qualquer foro com sentença irrecorrível transitada em julgado ou do cometimento de ato incompatível com a postura de educador ou atividades consideradas nocivas à formação moral, cultural e intelectual do povo brasileiro.

Art. 9º As propostas aprovadas pelo Conselho serão homologadas pelo Ministro de Estado da Educação nos limites máximos das quantidades de condecorações autorizadas pela legislação, para o ano de sua concessão.

Art. 10. Os gastos relacionados à premiação e aos eventos de entrega serão realizados à conta dos recursos e das dotações orçamentárias da unidade responsável, consignados no orçamento anual deste Ministério, em programação compatível com o objetivo da ação pública governamental.

Art. 11. A participação dos membros do Colegiado será considerada prestação de serviço público relevante e não remunerada.

Art. 12. No exercício de suas competências, a secretaria-executiva do Conselho poderá solicitar o apoio de unidades, órgãos específicos e entidades vinculadas ao MEC, bem como firmar os compromissos com instituições públicas ou privadas, para consecução desse encargo.

Art. 13. Preferencialmente, as condecorações serão concedidas em evento no MEC ou na Presidência da República, como forma de reconhecimento público do valor e da importância excepcional das contribuições dos agraciados para a educação nacional.

Parágrafo único. Poderão participar e contribuir na realização do evento outros órgãos, entidades e instituições, públicos e privados, em especial para ampliar os resultados sociais desejados ou reduzir os custos de implementação.

Art. 14. Excepcionalmente e devidamente justificado, o Chanceler da Ordem, por decisão ad referendum, poderá submeter à aprovação final do Grão-Mestre proposta de agraciamento.

Art. 15. Casos omissos e dúvidas poderão ser dirimidos pelo Conselho da Ordem.

Art. 16. Fica revogada a Portaria MEC nº 177, de 2 de março de 2018.

Art. 17. Esta Portaria entra em vigor em 1º de fevereiro de 2022.

MILTON RIBEIRO



Parágrafo único. O credenciamento a que se refere o caput é aplicável ao Centro Especializado em Informática (CEI), não sendo aplicável a outras unidades do SENAC.

Art. 2º A Instituição credenciada deverá atender às seguintes condições:

I - na execução das atividades de pesquisa, desenvolvimento e inovação - PD&I em convênios com empresas beneficiárias dos incentivos da Lei nº 8.387/1991, o repasse a terceiros deve ficar limitado apenas à realização de atividades de natureza complementar ou aos serviços não disponíveis na instituição, quando devidamente justificáveis;

II - as atividades de pesquisa, desenvolvimento e inovação previstas nos convênios e seus termos aditivos, celebrados com empresas beneficiárias dos incentivos da Lei nº 8.387/1991, deverão ser executadas no Centro Especializado em Informática -CEI, em seu estabelecimento em Manaus - AM, utilizando seus recursos humanos e materiais, salvo nos casos devidamente justificáveis;

III - demonstrar, a qualquer tempo, a manutenção do cumprimento dos requisitos exigidos para credenciamento.

Art. 3º A Instituição credenciada deve observar o prazo estabelecido para adequação ao item 1.3.1 do Anexo I da Resolução Capda nº 5, de 07 de dezembro de 2010, alterada pela Resolução Capda nº 8, de 09 de dezembro de 2015.

Art. 4º Esta Resolução entra em vigor na data de sua publicação no Diário Oficial da União.

JOSÉ RICARDO RAMOS SALLES  
Coordenador do Comitê

**CAIXA ECONÔMICA FEDERAL**  
SECRETARIA GERAL

CNPJ/MF nº 00.360.305/0001-04  
NIRE: 53.5.0000038-1

**ATA DA ASSEMBLEIA GERAL EXTRAORDINÁRIA**  
REALIZADA EM 4 DE AGOSTO DE 2021

I - Data, horário e local: no dia 04 de agosto de 2021, às 09h00 (nove horas), na Sala de Reuniões dos Conselhos, no 21º andar do Edifício Matriz I da Caixa Econômica Federal, localizado em Brasília/DF, no Setor Bancário Sul, Quadra 04, Lotes 3/4, e por videoconferência.

II - Presença: (i) Procurador da Fazenda Nacional Luiz Frederico de Bessa Fleury, Representante da União, designado pela Portaria nº 17, de 26 de junho de 2019, publicada no Diário Oficial da União de 01 de julho de 2019; e (ii) Senhor Gryecos Attom Valente Loureiro, Diretor Jurídico da empresa, representando o Presidente da CAIXA, designado por procuração.

III - Mesa: Gryecos Attom Valente Loureiro, Presidente da Assembleia; Luiz Frederico de Bessa Fleury, Representante da União; Karla Cristina Gadelha Apolinário, Secretária designada.

IV - Convocação: dispensada face à presença do acionista representando a totalidade do capital social, nos termos do artigo 124, § 4º, da Lei nº 6.404, de 15 de dezembro de 1976, conforme alterada ("Lei das S.A.").

V - Ordem do Dia: (i) eleição de membro do Conselho de Administração; (ii) aumento do capital autorizado e consequente alteração do Art. 99 do Estatuto Social da CAIXA; (iii) incorporação das reservas de loterias e margem operacional ao capital social da CAIXA; (iv) aumento do Capital Social e consequente alteração do Art. 8º do Estatuto Social da CAIXA; e (v) alteração do Estatuto Social da CAIXA.

VI - Deliberação: com base no despacho do Secretário Especial do Tesouro e Orçamento do Ministério da Economia, Senhor Bruno Funchal (Processo nº 10951.103782/2021-85), a Assembleia Geral Extraordinária decidiu sobre as matérias apresentadas, conforme a seguir:

(i) eleger a Senhora PRICILLA MARIA SANTANA, brasileira, solteira, economista e advogada, nascida em Brasília/DF, data de nascimento 06/05/1972, CPF 584.264.691-91, identidade 1342373 - SSP/DF, residente e domiciliada na SQCS 116, Bloco C, Apartamento 305, Asa Sul, CEP 70386-030, Brasília/DF, para exercer o cargo de Conselheiro de Administração da Caixa Econômica Federal, em cargo vago, a partir da data da posse, com prazo de gestão até a Assembleia Geral Ordinária a se realizar no ano de 2022, como representante do Ministério da Economia (OFÍCIO SEI Nº 121584/2021/ME, de 11 de maio de 2021, OFÍCIO SEI Nº 121571/2021/ME, de 11 de maio de 2021, e do despacho de 27 de abril de 2021, do Secretário Especial de Desestatização, Desinvestimento e Mercados, no processo SEI nº 10113.100401/2021-88), nomeada pelo Conselho de Administração, conforme Resolução nº 1071/2021, Ata nº 710, em sua reunião de 23 de julho de 2021, na forma do artigo 150 da Lei nº 6.404, de 1976;

(ii) alterar o capital social da CAIXA em R\$ 23.000.000.000,00 (vinte e três bilhões de reais), mediante a incorporação de reserva de loterias, no valor de R\$ 1.483.979.469,29 (um bilhão quatrocentos e trinta e oito milhões novecentos e setenta e nove mil quatrocentos e sessenta e nove reais e vinte e nove centavos), e a incorporação do valor referente a soma da margem operacional, de R\$ 21.516.020.530,71 (vinte um bilhões quinhentos e dezesseis milhões vinte mil quinhentos e trinta reais e setenta e um centavos), que passará para R\$ 68.000.000.000,00 (sessenta e oito bilhões de reais), e a consequente alteração do art. 8º do Estatuto Social aprovado em 01 de dezembro de 2020, conforme Anexo;

(iii) alterar o art. 8º do Estatuto Social aprovado em 01 de dezembro de 2020, com a inclusão do parágrafo 1º, de acordo com a redação sugerida pela Secretaria de Coordenação e Governança das Empresas Estatais (SEST), e a inclusão do parágrafo 2º, conforme Anexo;

(iv) alterar o Estatuto Social aprovado em 01 de dezembro de 2020, com a inclusão de novo art. 9º, com a previsão de capital autorizado da CAIXA no valor de R\$ 100.000.000.000,00 (cem bilhões de reais), e a consequente renumeração dos artigos subsequentes, conforme Anexo;

(v) alterar o Estatuto Social aprovado em 01 de dezembro de 2020, com a modificação do inciso II do art. 16, renumerado como inciso II do art. 17, de acordo com a redação sugerida pela SEST, e com as modificações dos parágrafos 3º e 5º do art. 91, renumerados como parágrafos 3º e 5º do art. 92, conforme o Anexo;

(vi) alterar o Estatuto Social aprovado em 01 de dezembro de 2020, para adequação dos demais ajustes redacionais, de formatação e de numeração, conforme Anexo.

VII - Encerramento: não havendo qualquer outra matéria a ser discutida, o Presidente da Mesa considerou encerrados os trabalhos da Assembleia Geral Extraordinária, determinando que fosse lavrada a presente Ata, em forma de sumários, conforme facultado pelo artigo 130, § 1º, da Lei das S.A., que, lida e achada conforme, é devidamente assinada pelo Presidente da Mesa, Gryecos Attom Valente Loureiro, pelo Representante da União, Luiz Frederico de Bessa Fleury, e pela Secretária designada, Karla Cristina Gadelha Apolinário. A Junta Comercial, Industrial e Serviços do Distrito Federal certificou o registro sob o nº 1754108 em 19/11/2021.

**ANEXO**

Estatuto Social da Caixa Econômica Federal - CEF

Aprovado pela Assembleia Geral Extraordinária realizada em 14.12.2017, arquivado no Registro do Comércio, sob o número nº 1018255 em 23/02/2018, e alterado pelas seguintes Assembleias Gerais e seus respectivos registros: de 19.01.2018 (1016518 em 16/02/2018); de 16.07.2018 (1096696 em 03/09/2018); de 29/04/2019 (1299017 em 13/08/2019); de 17/12/2019 (1372586 em 27/03/2020); de 23/04/2020 (1384051, de 04/08/2021 (a registrar).

**CAPÍTULO I**  
**DESCRIÇÃO DA EMPRESA**

**SEÇÃO I**

**RAZÃO SOCIAL E NATUREZA JURÍDICA**

Art. 1º A Caixa Econômica Federal, doravante denominada CEF, é uma instituição financeira sob a forma de empresa pública, dotada de personalidade jurídica de direito privado, com patrimônio próprio e autonomia administrativa, vinculada ao

Ministério da Economia, regida por este Estatuto, pela Lei nº 4.595, de 31 de dezembro de 1964, Lei nº 6.404, de 15 de dezembro de 1976, Lei nº 13.303, de 30 de junho de 2016, Decreto nº 8.945, de 27 de dezembro de 2016, e demais legislações aplicáveis.

Parágrafo único. A CEF adota como nome fantasia a denominação CAIXA.

**SEÇÃO II**  
**SEDE E REPRESENTAÇÃO GEOGRÁFICA**

Art. 2º A CEF tem sede e foro em Brasília, Distrito Federal, e pode criar e suprimir filiais, agências, escritórios, representações ou quaisquer outros estabelecimentos no País e no exterior.

**SEÇÃO III**  
**PRAZO DE DURAÇÃO**

Art. 3º O prazo de duração da CEF é indeterminado.

**SEÇÃO IV**  
**OBJETO SOCIAL E VEDAÇÕES**

Art. 4º A CEF tem por objeto social:

I - receber depósitos, a qualquer título, inclusive os garantidos pela União, em especial os de economia popular, com o propósito de incentivar a população brasileira nos hábitos de poupança e fomentar o crédito em todas as regiões do País;

II - prestar serviços bancários de qualquer natureza, por meio de operações ativas, passivas e acessórias, inclusive de intermediação e suprimento financeiro, sob suas múltiplas formas, e o exercício de qualquer atividade facultadas às instituições integrantes do Sistema Financeiro Nacional;

III - administrar e prestar os serviços das loterias federais, nos termos da legislação específica;

IV - exercer o monopólio das operações de penhor civil, em caráter permanente e contínuo;

V - realizar quaisquer operações, serviços e atividades negociais nos mercados financeiros e de capitais, internos ou externos;

VI - administrar fundos e programas delegados pelo Governo Federal ou concedidos mediante contrato ou convênio firmado com outros entes e entidades da federação, observadas a sua estrutura e natureza de instituição financeira, bem como a sua capacidade de executar políticas públicas;

VII - realizar operações relacionadas à emissão e à administração de cartões, inclusive os cartões relacionados ao Programa de Alimentação do Trabalhador - PAT, nas modalidades alimentação e refeição;

VIII - realizar operações de câmbio;

IX - realizar operações de corretagem de seguros e de valores mobiliários, arrendamento residencial e mercantil, inclusive sob a forma de leasing;

X - atuar como agente financeiro dos programas oficiais de habitação, saneamento e infraestrutura, como principal órgão de execução da política habitacional e de saneamento do Governo Federal, e operar como sociedade de crédito imobiliário para promover o acesso à moradia, especialmente para a população de menor renda;

XI - atuar como agente operador e principal agente financeiro do Fundo de Garantia do Tempo de Serviço - FGTS;

XII - prestar serviços e conceder empréstimos e financiamentos de natureza social, de acordo com a política do Governo Federal, observadas as condições de retorno, que deverão, no mínimo, ressarcir os custos operacionais, de captação e de capital alocado;

XIII - manter linhas de crédito específicas às microempresas e às empresas de pequeno porte;

XIV - prestar serviços de custódia de valores mobiliários;

XV - prestar serviços de assessoria, consultoria, administração e gerenciamento de atividades econômicas, de políticas públicas, de previdência e de outras matérias relacionadas a sua área de atuação, diretamente ou mediante convênio ou consórcio com órgãos, entidades ou empresas;

XVI - atuar na exploração de mercado e banco digitais voltados para seus fins comerciais e institucionais;

XVII - atuar em projetos e programas de cooperação técnica internacional para auxiliar na solução de problemas sociais e econômicos; e

XVIII - realizar, na forma fixada pelo Conselho Diretor e aprovada pelo Conselho de Administração da CEF, aplicações não reembolsáveis ou parcialmente reembolsáveis destinadas especificamente a apoiar projetos e investimentos de caráter socioambiental, que se enquadrem em seus programas e ações, que beneficiem prioritariamente a população de baixa renda, e principalmente nas áreas de habitação de interesse social, saneamento ambiental, gestão ambiental, geração de trabalho e renda, saúde, educação, desportos, cultura, justiça, segurança pública, alimentação, desenvolvimentos institucional, urbano e rural, e outras vinculadas ao desenvolvimento sustentável.

§ 1º No desempenho de seus objetivos, a CEF opera ainda no recebimento de depósitos:

I - judiciais, na forma da lei; e

II - de disponibilidades de caixa dos órgãos ou entidades do Poder Público e das empresas por ele controladas, observada a legislação pertinente.

§ 2º A CEF poderá, para a consecução do seu objeto social, constituir subsidiárias, assumir o controle acionário e/ou participar do capital de outras empresas, relacionadas ao seu objeto social, nos termos da Constituição da República e da legislação aplicável.

Art. 5º A CEF é instituição integrante do Sistema Financeiro Nacional e auxiliar da execução de políticas do Governo Federal, e sujeita-se às normas e decisões dos órgãos competentes e à fiscalização do Banco Central do Brasil.

Art. 6º A CEF é vedado, além das proibições fixadas em lei:

I - realizar operações com garantia exclusiva de ações de outras instituições financeiras;

II - realizar operações, prestar serviços ou transferir recursos a suas partes relacionadas em desacordo com o conteúdo da política definida em âmbito interno; e

III - participar do capital de outras sociedades não relacionadas ao seu objeto social.

Parágrafo único. A vedação do inciso III do caput não alcança as participações societárias, no Brasil ou no exterior, em:

I - sociedades das quais a CEF participe na data de aprovação do presente Estatuto; e

II - sociedades em que a participação decorra de amparo em dispositivo legal ou de operações de renegociação ou recuperação de créditos, tais como doação em pagamento, arrematação ou adjudicação judicial e conversão de debêntures em ações.

**SEÇÃO V**  
**INTERESSE PÚBLICO**

Art. 7º A CEF poderá ter suas atividades, sempre que consentâneas com seu objeto social, orientadas pelo controlador, de modo a contribuir para o interesse público que justificou sua criação.

§ 1º No exercício da prerrogativa de que trata o caput, o controlador único somente poderá orientar a CEF a assumir obrigações ou responsabilidades, incluindo a realização de projetos de investimento e assunção de custos e/ou resultados operacionais específicos, em condições diversas às de qualquer outra sociedade do setor privado que atue no mesmo mercado, quando:

I - estiver definida em lei ou regulamento, bem como prevista em contrato, convênio ou ajuste celebrado com o ente público competente para estabelecê-la, observada a ampla publicidade desses instrumentos; e

II - tiver seu custo e receitas discriminados e divulgados de forma transparente, inclusive no plano contábil.

§ 2º Para fins de atendimento ao inciso II do § 1º deste artigo, a administração da CEF deverá:

I - evidenciar as obrigações ou responsabilidades assumidas em notas específicas das demonstrações contábeis de encerramento do exercício; e

II - descrevê-las em tópico específico do Relatório de Administração.

§ 3º Quando orientada pela União nos termos do caput deste artigo, a CEF somente assumirá obrigações ou responsabilidades que se adequem ao disposto nos incisos I e II do § 1º deste artigo, sendo que, nesta hipótese, a União compensará, a cada

exercício social, a CEF pela diferença entre as condições de mercado e o resultado operacional ou retorno econômico da obrigação assumida, desde que a compensação não esteja ocorrendo por outros meios.

§ 4º A CEF explicitará, por meio da Carta Anual, o exercício das prerrogativas de que tratam os parágrafos acima, assim como seus compromissos de consecução de objetivos de políticas públicas, em atendimento ao interesse coletivo ou ao imperativo de segurança que justificaram sua criação, com a definição clara dos recursos a serem empregados para esse fim e dos impactos econômico financeiro da consecução desses objetivos, inscrita pelos membros do Conselho de Administração, tal qual previsto no artigo 13, inciso I, do Decreto nº 8.945, de 27 de dezembro de 2016.

§ 5º A atuação prevista no inciso XVII do artigo 4º deverá ocorrer em colaboração com o órgão ou entidade da União e organismos internacionais ou multilaterais de crédito, competentes para coordenar a cooperação técnica internacional.

#### SEÇÃO VI

##### CAPITAL SOCIAL

Art. 8º O capital social da CEF é de R\$ 68.000.000.000,00 (sessenta e oito bilhões de reais), totalmente subscrito e integralizado pela União.

§ 1º A modificação do capital social será realizada mediante deliberação da Assembleia Geral, após aprovação das propostas pelo Conselho de Administração, ouvidos o Conselho Diretor e o Conselho Fiscal e atendidas as disposições do art. 85.

§ 2º O capital social poderá ser aumentado, após aprovação pela Assembleia Geral, até o limite do capital autorizado previsto no art. 9º, independentemente de alteração estatutária.

#### SEÇÃO VII

##### CAPITAL AUTORIZADO

Art. 9º O capital autorizado da CEF é de R\$ 100.000.000.000,00 (cem bilhões de reais).

Art. 10. A Assembleia Geral, constituída pelo controlador da CEF, é o órgão com poderes para deliberar sobre todos os negócios relativos ao seu objeto, nos termos da Lei e deste Estatuto.

#### CAPÍTULO II

##### ASSEMBLEIA GERAL

##### SEÇÃO I

##### CARACTERIZAÇÃO

Art. 11. As Assembleias Gerais realizar-se-ão:

I - ordinariamente, uma vez por ano, nos quatro primeiros meses seguintes ao encerramento de cada exercício social, para deliberação das matérias previstas em lei; e

II - extraordinariamente, sempre que os interesses sociais, a legislação ou as disposições deste Estatuto exigirem.

#### SEÇÃO II

##### COMPOSIÇÃO

Art. 12. A Assembleia Geral é composta pelo controlador único da CEF, a

União.

Art. 13. Os trabalhos da Assembleia Geral serão dirigidos pelo Presidente do Conselho de Administração da CEF ou pelo substituto que este vier a designar, que escolherá o secretário da Assembleia Geral.

#### SEÇÃO III

##### CONVOCAÇÃO

Art. 14. Ressalvadas as exceções previstas na Lei nº 6.404, de 15 de dezembro de 1976, as Assembleias Gerais serão convocadas pelo Presidente do Conselho de Administração ou por seu substituto que esse vier a designar, ou ainda, nas hipóteses admitidas em lei, pelo Conselho Diretor, pelo Conselho Fiscal ou pela União.

#### SEÇÃO IV

##### INSTALAÇÃO E DELIBERAÇÃO

Art. 15. A Assembleia Geral será instalada com a presença do controlador da CEF.

Parágrafo único. As Assembleias Gerais tratarão exclusivamente do objeto previsto nos editais de convocação, não se admitindo a inclusão de assuntos gerais na pauta da Assembleia.

#### SEÇÃO V

##### COMPETÊNCIAS

Art. 16. A Assembleia Geral, além das matérias previstas na Lei nº 6.404, de 15 de dezembro de 1976, e no Decreto nº 1.091, de 21 de março de 1994, reunir-se-á para deliberar sobre alienação, no todo ou em parte, de participações societárias diretas da CEF.

#### CAPÍTULO III

##### REGRAS GERAIS DA ADMINISTRAÇÃO DA CEF

#### SEÇÃO I

##### ÓRGÃOS ESTATUTÁRIOS

Art. 17. A CEF terá Assembleia Geral e os seguintes órgãos estatutários:

I - Conselho de Administração;

II - Diretoria Executiva, com até 38 (trinta e oito) membros, sendo composta pelo Presidente da CEF, por até 12 Vice-Presidentes e até 25 Diretores Executivos, que se organizam em Conselho Diretor, Conselho de Administração e Gestão de Ativos de Terceiros e Conselho de Fundos Governamentais e Loterias;

III - Conselho Fiscal;

IV - Comitê de Auditoria;

V - Comitê de Pessoas, Elegibilidade, Sucessão e Remuneração; e

VI - Comitê Independente de Riscos.

Art. 18. A CEF será administrada pelo Conselho de Administração e pela Diretoria Executiva, de acordo com as atribuições e poderes conferidos pela legislação aplicável e pelo presente Estatuto.

§ 1º Observadas as normas legais relativas à administração pública indireta, os administradores deverão orientar a execução das atividades da CEF com observância dos princípios e das melhores práticas adotados e formulados por instituições e fóruns nacionais e internacionais que sejam referência no tema da governança corporativa.

§ 2º O Presidente da CEF será nomeado e destituído, ad nutum, pelo Presidente da República.

§ 3º A escolha dos Vice-Presidentes e Diretores Executivos decorrerá de processo de seleção interno, que poderá contar com o apoio de consultoria especializada em recrutamento, sendo aprovada pelo Conselho de Administração, ouvido o Comitê de Pessoas, Elegibilidade, Sucessão e Remuneração, conforme diretrizes da correspondente política de seleção interna e sucessão da CEF.

§ 4º Os Diretores Executivos serão selecionados dentre os empregados da CEF, observando-se o seguinte:

I - o Diretor Executivo responsável pela Área Jurídica deverá ser titular do cargo de advogado da ativa do quadro permanente da CEF e deter notório domínio técnico, a ser comprovado por formação acadêmica, experiência profissional ou outros quesitos julgados relevantes pelo Conselho de Administração; e

II - o Diretor Executivo responsável pela Auditoria Interna terá sua nomeação, designação, exoneração ou dispensa sujeita à aprovação do Conselho de Administração e submetida à posterior aprovação da Controladoria-Geral da União - CGU, conforme regulamento específico e observada a legislação pertinente.

§ 5º Os Diretores Executivos responsáveis pelas Áreas Jurídica e de Auditoria Interna são vinculados, respectivamente, à Presidência da CEF e ao Conselho de Administração.

#### SEÇÃO II

##### REQUISITOS E VEDAÇÕES PARA ADMINISTRADORES

Art. 19. Os administradores da CEF, inclusive os conselheiros representantes dos empregados, deverão atender aos requisitos obrigatórios e observar as vedações legais para o exercício de suas atividades, em especial os previstos nas Leis nº 6.404, de 15 de dezembro de 1976, e nº 13.303, de 30 de junho de 2016, e no Decreto nº 8.945, de 27 de dezembro de 2016.

§ 1º A política correspondente à seleção interna e sucessão para administradores da CEF deverá contemplar requisitos adicionais aqueles previstos em lei, conforme definição do Comitê de Pessoas, Elegibilidade, Sucessão e Remuneração.

§ 2º O Conselho de Administração fará recomendação não vinculante de novos membros desse Colegiado e perfil para aprovação da Assembleia Geral, sempre relacionadas aos resultados do processo de avaliação e às diretrizes da política de indicação e do plano de sucessão da CEF.

§ 3º Sem prejuízo dos requisitos, vedações e impedimentos constantes neste Estatuto Social, os requisitos legais quanto à experiência profissional poderão ser dispensados no caso de indicação de empregado da CEF para os cargos do Conselho de Administração e de seus Órgãos de Assessoramento, do Conselho Diretor, do Conselho de Administração e Gestão de Ativos de Terceiros, do Conselho de Fundos Governamentais e de Loterias, ou como membro de comitê, desde que atendidos os seguintes quesitos mínimos:

I - tenha ingressado na CEF por meio de concurso público de provas ou de provas e títulos;

II - tenha mais de 10 (dez) anos de trabalho efetivo na CEF; e

III - tenha exercido cargo na gestão superior da CEF, comprovando sua capacidade para assumir as responsabilidades dos cargos de que trata o caput.

§ 4º Para o exercício do cargo de Presidente, Vice-Presidentes e Diretores Executivos, os candidatos deverão ter exercido, isolada ou cumulativamente, nos últimos dez anos, os seguintes cargos:

I - gerenciais em instituições integrantes do Sistema Financeiro Nacional, por, no mínimo, dois anos;

II - gerenciais na área financeira em outras entidades detentoras de patrimônio líquido não inferior a um quarto dos limites mínimos de capital realizado e patrimônio líquido da CEF, por no mínimo quatro anos; e/ou

III - relevantes em órgãos ou entidades da Administração Pública, por no mínimo 2 (dois) anos.

§ 5º O exercício dos cargos de Presidente, de Vice-Presidente e de Diretores Executivos requer dedicação integral, vedado a qualquer de seus integrantes, sob pena de perda do cargo, o exercício de atividades em outras sociedades com fim lucrativo, exceto:

I - em sociedades de que a CEF participe, direta ou indiretamente, sendo certo de que as atividades remuneradas de que tratam esse inciso não poderão ser em número superior a 2 (duas); e

II - em outras sociedades, com autorização prévia e expressa do Conselho de Administração, observada a regulamentação em vigor.

§ 6º Sem prejuízo das normas da legislação aplicável, a CEF deve observar ainda as seguintes condições para a caracterização da reputação ílibada do indicado para cargos nos órgãos estatutários:

I - não possuir pendências comerciais ou financeiras objeto de protesto ou de inclusão em cadastros oficiais de inadimplentes;

II - não possuir inabilitação de órgão de controle interno ou externo para o exercício de cargo em comissão ou função de confiança no âmbito da Administração Pública;

III - não possuir falta grave relacionada ao descumprimento do Código de Ética, do Código de Conduta ou outros normativos internos, quando aplicável; e

IV - não ter sofrido pena de demissão em decorrência de processo disciplinar no âmbito de qualquer sociedade subsidiária, controlada ou coligada da CEF ou não ter sofrido penalidade trabalhista ou administrativa em outra pessoa jurídica de direito público ou privado nos últimos 3 (três) anos em decorrência de apurações internas, quando aplicável.

§ 7º Fica autorizada a apresentação de esclarecimentos à CEF sobre as hipóteses acima, que deverão ser avaliados pelo Comitê de Pessoas, Elegibilidade, Sucessão e Remuneração.

#### SEÇÃO III

##### VERIFICAÇÃO DOS REQUISITOS E VEDAÇÕES PARA ADMINISTRADORES

Art. 20. Os requisitos e as vedações exigíveis para os administradores deverão ser respeitados em todas as nomeações e eleições realizadas, inclusive em caso de recondução.

§ 1º Os requisitos deverão ser comprovados documentalmente, na forma exigida pelo formulário padronizado, nos moldes previstos em lei, aprovado pela Secretaria de Coordenação e Governança das Empresas Estatais - SEST, e disponibilizado no sítio eletrônico da CEF.

§ 2º A ausência dos documentos referidos no parágrafo anterior do caput importará em rejeição do formulário pelo Comitê de Pessoas, Elegibilidade, Sucessão e Remuneração da CEF.

Art. 21. O Comitê de Pessoas, Elegibilidade, Sucessão e Remuneração da CEF deverá verificar se os requisitos e vedações estão atendidos, por meio da análise da autodeclaração apresentada pelo indicado, nos moldes do formulário padronizado previsto em lei, e sua respectiva documentação, nos termos do artigo 20 deste Estatuto.

#### SEÇÃO IV

##### POSSE E RECONDUÇÃO

Art. 22. Os membros do Conselho de Administração e da Diretoria Executiva serão investidos em seus cargos, mediante assinatura de termo de posse no livro de atas do respectivo colegiado, no prazo máximo de até trinta dias, contados a partir da eleição ou nomeação, nos termos dos respectivos regimentos internos.

§ 1º O termo de posse deverá conter, sob pena de nulidade:

I - a indicação de, pelo menos, um domicílio no qual o administrador receberá citações e intimações em processos administrativos e judiciais relativos a atos de sua gestão, as quais se reputarão cumpridas mediante entrega no domicílio indicado, cuja modificação somente será válida após comunicação por escrito à CEF.

§ 2º O termo de posse contemplará a sujeição do administrador ao Código de Ética, de Conduta e às políticas da CEF.

§ 3º É comissão para investidura em cargo de Diretoria da CEF a assunção de compromisso com metas e resultados específicos a serem alcançados, que deverá ser aprovado pelo Conselho de Administração, a quem incumbe fiscalizar seu cumprimento.

§ 4º Antes de entrar no exercício da função e ao deixar o cargo, os membros dos órgãos estatutários deverão apresentar à CEF, que zelará pelo sigilo legal, Declaração de Ajuste Anual do Imposto de Renda Pessoa Física e das respectivas retificações apresentadas à Receita Federal do Brasil ou autorização de acesso às informações nela contidas.

§ 5º No caso dos Diretores, a declaração anual de bens e rendas também deve ser apresentada à Comissão de Ética Pública da Presidência da República - CEP/PR.

Art. 23. Os membros do Conselho Fiscal serão investidos em seus cargos independentemente da assinatura de termo de posse, desde a data da respectiva eleição ou nomeação.

Parágrafo único. Os membros do Comitê de Auditoria serão investidos em seus cargos mediante assinatura do termo de posse, desde a data da respectiva eleição.

#### SEÇÃO V

##### PERDA DO CARGO PARA ADMINISTRADORES, CONSELHO FISCAL, COMITÊ DE AUDITORIA E DEMAIS COMITÊS DE ACESSORAMENTO

Art. 24. Além dos casos previstos em lei, dar-se-á vacância do cargo quando:

I - o membro dos Conselhos de Administração ou Fiscal ou dos Comitês de Assessoramento deixar de comparecer a duas reuniões consecutivas ou três intercaladas, nas últimas doze reuniões, sem justificativa; e

II - o membro da Diretoria Executiva se afastar do exercício do cargo por mais de trinta dias consecutivos, salvo em caso de licença, inclusive férias, ou nos casos autorizados pelo Conselho de Administração.

#### SEÇÃO VI

##### REMUNERAÇÃO

Art. 25. A remuneração dos membros dos órgãos estatutários e, quando aplicável, dos demais Comitês de Assessoramento, será fixada anualmente em Assembleia Geral, nos termos da legislação vigente, sendo vedado o pagamento de qualquer forma de remuneração por ela não prevista.

§ 1º A CEF divulgará toda e qualquer remuneração dos membros do Conselho de Administração, do Presidente, dos Vice-Presidentes, dos Diretores, dos membros dos Comitês estatutários remunerados e dos membros do Conselho Fiscal.



§ 2º Os membros dos Conselhos de Administração e Fiscal e do Comitê de Auditoria e dos demais órgãos estatutários terão ressarcidas suas despesas de locomoção e estada necessárias ao desempenho da função, sempre que residentes fora da cidade em que for realizada a reunião.

§ 3º A remuneração mensal devida aos membros dos Conselhos de Administração e Fiscal da CEF não excederá a dez por cento da remuneração mensal média dos Diretores da CEF, sendo vedado o pagamento de participação, de qualquer espécie, nos lucros da CEF.

§ 4º A remuneração dos membros do Comitê de Auditoria será fixada em Assembleia Geral em montante não inferior à remuneração dos conselheiros fiscais.

§ 5º O programa de remuneração variável dos administradores deverá considerar, inclusive, metas associadas ao cumprimento das recomendações da auditoria interna.

#### SEÇÃO VII TREINAMENTO

Art. 26. Os administradores e os conselheiros fiscais, inclusive o representante de empregados, devem participar, na posse e anualmente, de treinamentos específicos disponibilizados direta ou indiretamente pela CEF, conforme disposições da Lei nº 13.303, de 30 de junho de 2016, e do Decreto nº 8.945, de 27 de dezembro de 2016.

Parágrafo único. É vedada a recondução do administrador ou do conselheiro fiscal que não participar de nenhum treinamento anual disponibilizado pela CEF nos últimos dois anos.

#### SEÇÃO VIII CÓDIGO DE CONDUTA

Art. 27. A CEF dispõe de Código de Conduta e Integridade, elaborado e divulgado na forma da Lei nº 13.303, de 30 de junho de 2016, e do Decreto nº 8.945, de 27 de dezembro de 2016.

#### SEÇÃO IX CONFLITO DE INTERESSES

Art. 28. Nas reuniões dos órgãos colegiados, anteriormente à deliberação, o membro que esteja em conflito com a matéria em discussão, ou possua interesse particular em relação a ela, deverá declarar seu impedimento, retirando-se da reunião.

Parágrafo único. Caso não o faça, qualquer outra pessoa poderá suscitar o conflito, em tendo ciência, devendo o órgão colegiado deliberar sobre a questão conforme seu Regimento Interno e legislação aplicável.

#### SEÇÃO X DEFESA JUDICIAL E ADMINISTRATIVA

Art. 29. Os administradores e os conselheiros fiscais são responsáveis, na forma da lei, pelos prejuízos ou danos causados no exercício de suas atribuições.

§ 1º A CEF, por intermédio de sua consultoria jurídica ou mediante advogado especialmente contratado, deverá assegurar aos integrantes e ex-integrantes da Diretoria Executiva e dos Conselhos de Administração e Fiscal a defesa em processos judiciais e administrativos contra eles instaurados, pela prática de atos no exercício do cargo ou função, nos casos em que não houver incompatibilidade com os interesses da CEF.

§ 2º A forma da defesa em processos judiciais e administrativos será definida pelo Conselho de Administração.

§ 3º Na defesa em processos judiciais e administrativos assegurada pela CEF na forma dos §§ 1º e 2º deste artigo, caso o beneficiário da defesa seja condenado, em decisão judicial transitada em julgado, com fundamento em violação de lei ou deste Estatuto, ou em decorrência de ato culposo ou doloso, deverá ressarcir à CEF todos os custos e despesas decorrentes da defesa feita pela CEF, além de eventuais prejuízos causados.

§ 4º Fica assegurado aos administradores e ex-administradores, conselheiros e ex-conselheiros fiscais, membros e ex-membros do Comitê de Auditoria, e àqueles que figuram no polo passivo de processo judicial ou administrativo em decorrência de atos que tenham praticado no exercício de competência originária ou delegada, o conhecimento de informações e documentos constantes de registros ou de banco de dados da CEF indispensáveis à sua defesa.

#### SEÇÃO XI SEGURO DE RESPONSABILIDADE

Art. 30. A CEF poderá manter contrato de seguro de responsabilidade civil permanente em favor de integrantes e ex-integrantes do Conselho de Administração, da Diretoria Executiva, do Conselho Fiscal, dos Comitês Estatutários, bem como aos empregados que legalmente atuem por delegação de seus administradores, na forma e extensão definidas pelo Conselho de Administração, para cobertura das despesas processuais e honorários advocatícios de processos judiciais e administrativos instaurados em face deles, relativos às suas atribuições junto à CEF.

§ 1º Os contratos de indenização não abarçarão:  
I - atos praticados fora do exercício das atribuições ou poderes de seus signatários;  
II - atos com má-fé, dolo, culpa grave ou fraude;  
III - atos praticados em interesse próprio ou de terceiros, em detrimento do interesse social da CEF;

IV - indenizações decorrentes de ação social prevista no artigo 159 da Lei nº 6.404, de 15 de dezembro de 1976 ou ressarcimento de prejuízos de que trata o artigo 11, § 3º, II da Lei nº 6.385, de 07 de dezembro de 1976; e  
V - demais casos previstos no contrato de indenização.

§ 2º O seguro de responsabilidade civil deverá abarcar, ainda, os custos necessários à defesa do beneficiário, tais como honorários advocatícios e despesas processuais.

§ 3º Em caso de comprovação arbitral, judicial, ou administrativa, mediante decisão final irrevocável, da prática de ato com má-fé, dolo, ou culpa grave pelo beneficiário das disposições acima, fica este responsável pela devolução dos valores que lhe tenham sido adiantados.

Art. 31. A contratação da apólice do seguro de responsabilidade civil de que trata o artigo 30, a critério da CEF, contemplará, no mínimo, o pagamento e/ou reembolso de custos judiciais e extrajudiciais, despesas processuais, honorários advocatícios e condenações judiciais e administrativas decorrentes da referida responsabilidade civil.

#### SEÇÃO XII QUARENTENA PARA DIRETORIA

Art. 32. Os membros da Diretoria Executiva ficam impedidos do exercício de atividades que configurem conflito de interesse, observados a forma e o prazo estabelecidos na legislação pertinente.

§ 1º Após o exercício da gestão, o ex-membro da Diretoria Executiva que estiver em situação de impedimento poderá receber compensação que compreenderá esse período, no valor equivalente ao honorário mensal da função que ocupava, observados os §§ 2º e 3º deste artigo.

§ 2º Não terá direito à remuneração compensatória o ex-membro da Diretoria Executiva que retornar, antes do término do período de impedimento, ao desempenho da função que ocupava na Administração pública ou privada.

§ 3º A configuração da situação de impedimento dependerá de prévia manifestação da Comissão de Ética Pública da Presidência da República - CEP/PR.

#### SEÇÃO XIII CONSELHO DE ADMINISTRAÇÃO

##### SUBSEÇÃO I CARACTERIZAÇÃO

Art. 33. O Conselho de Administração é o órgão de deliberação estratégica e colegiada da CEF e deve exercer suas atribuições considerando os interesses de longo prazo da CEF, os impactos decorrentes de suas atividades na sociedade e no meio ambiente e os deveres fiduciários de seus membros, em alinhamento ao disposto em lei.

#### SUBSEÇÃO II COMPOSIÇÃO

Art. 34. O Conselho de Administração será composto por oito conselheiros eleitos pela Assembleia Geral, a saber:

I - seis conselheiros indicados pelo Ministro de Estado da Economia, dentre eles incluídos os membros independentes;

II - o Presidente da CEF, como membro nato, que não poderá assumir a Presidência do Conselho de Administração, mesmo que interinamente; e

III - um conselheiro representante dos empregados na forma da Lei nº 12.353, de 28 de dezembro de 2010.

§ 1º O Presidente do Conselho de Administração e seu substituto serão escolhidos na primeira reunião do Órgão que ocorrer após a eleição de seus membros, devendo o Presidente ser um dos membros indicados pelo Ministro de Estado da Economia.

§ 2º O Presidente da CEF não poderá ocupar o cargo de Presidente do Conselho de Administração, mesmo que temporariamente.

§ 3º O Conselho de Administração deve ser composto, no mínimo, por 25% (vinte e cinco por cento) de membros independentes, nos termos da legislação societária, sendo que os critérios de independência deverão respeitar os termos do artigo 22, § 1º da Lei nº 13.303, de 30 de junho de 2016 e do artigo 36, § 1º do Decreto nº 8.945, de 27 de dezembro de 2016.

§ 4º Quando, em decorrência da observância do percentual acima mencionado, resultar número fracionário de conselheiros, proceder-se-á ao arredondamento para o número inteiro:

I - imediatamente superior, quando a fração for igual ou superior a 0,5 (cinco décimos); ou

II - imediatamente inferior, quando a fração for inferior a 0,5 (cinco décimos).

§ 5º O Comitê de Pessoas, Elegibilidade Sucessão e Remuneração deverá verificar o enquadramento dos indicados a conselheiros independentes por meio da análise da autodeclaração apresentada e respectivos documentos, nos moldes do formulário padronizado.

##### SUBSEÇÃO III PRAZO DE GESTÃO

Art. 35. O Conselho de Administração terá prazo de gestão unificado de dois anos, permitidos, no máximo, três reconduções consecutivas.

§ 1º No prazo do caput serão considerados os períodos anteriores de gestão ocorridos há menos de dois anos.

§ 2º Atingido o limite a que se refere o parágrafo anterior do caput, o retorno de membro do Conselho de Administração para mesma empresa só poderá ocorrer após decorrido período equivalente a um prazo de gestão.

§ 3º O prazo de gestão dos membros do Conselho de Administração prorrogar-se-á até a efetiva investidura de membros novos.

§ 4º O conselheiro que completar o prazo de gestão do substituído poderá ser reconduzido, observado o prazo máximo, nos termos do caput.

##### SUBSEÇÃO IV VACÂNCIA E SUBSTITUIÇÃO

Art. 36. Em caso de vacância no curso da gestão de conselheiro, o substituto será nomeado pelos conselheiros remanescentes e servirá até a primeira assembleia geral subsequente.

§ 1º Caso ocorra a vacância da maioria dos cargos, será convocada assembleia geral para proceder a nova eleição.

§ 2º Para o Conselho de Administração proceder à nomeação de membros para o Colegiado na forma do caput, deverão ser verificados do Comitê de Pessoas, Elegibilidade, Sucessão e Remuneração os mesmos requisitos de elegibilidade exigidos para eleição em assembleia geral da CEF.

§ 3º A função de conselheiro de Administração é pessoal e não se admite substituto temporário ou suplente, inclusive para representante dos empregados.

§ 4º No caso de ausências ou impedimentos eventuais de qualquer membro do Conselho, o Colegiado deliberará com os remanescentes.

##### SUBSEÇÃO V REUNIÃO

Art. 37. O Conselho de Administração reunir-se-á, com a presença da maioria absoluta dos seus membros, ordinariamente, uma vez por mês, e extraordinariamente, sempre que necessário.

§ 1º O Conselho de Administração será convocado por seu Presidente ou pela maioria dos membros do Colegiado.

§ 2º As reuniões do Conselho devem, em regra, ser presenciais, admitindo-se a reunião virtual ou a participação de membro por tele ou videoconferência, mediante justificativa aprovada pelo Colegiado.

§ 3º São legítimos a subscrever e apresentar propostas para deliberação do Conselho de Administração:

I - seus próprios membros; e

II - os Vice-Presidentes da CEF, mediante delegação do Presidente da CEF.

§ 4º As deliberações serão tomadas pelo voto da maioria dos membros presentes, e serão registradas no livro de atas, podendo ser lavradas de forma sumária.

§ 5º Nas deliberações colegiadas do Conselho de Administração, o Presidente terá o voto de desempate, além do voto pessoal.

§ 6º Em caso de decisão não unânime, a justificativa do voto divergente será registrada, a critério do respectivo membro, observado que se exime de responsabilidade o conselheiro dissidente que faça consignar sua divergência em ata de reunião ou, não sendo possível, dela dê ciência imediata e por escrito ao Conselho de Administração.

§ 7º A pauta da reunião e a respectiva documentação serão distribuídas com antecedência mínima de 5 (cinco) dias úteis, salvo nas hipóteses devidamente justificadas pela CEF e aceitas pelo Colegiado.

§ 8º As atas do Conselho de Administração devem ser redigidas com clareza e registrar as decisões tomadas, as pessoas presentes, os votos divergentes e as abstenções de voto.

##### SUBSEÇÃO VI COMPETÊNCIAS

Art. 38. Compete ao Conselho de Administração:

I - aprovar a orientação geral dos negócios da CEF e de suas controladas, estratégia corporativa, plano de investimentos, plano de capital, orçamento geral da CEF, incluindo a aprovação e alteração do orçamento anual da CEF e de suas controladas, bem como os planos de negócios, estratégico e de investimentos, e a determinação das metas e estratégias de negócios para o período subsequente, que deverão ser apresentados pela Diretoria Executiva, zelando por sua boa execução;

II - atuar, por meio de seu Presidente, como organismo de interlocução entre a CEF e seu controlador;

III - aprovar a indicação, que lhe cabe, dos administradores das subsidiárias, seguindo as diretrizes da política de indicação e do plano de sucessão da CEF;

IV - monitorar a gestão e cumprimento das metas e resultados específicos a serem alcançados pelos membros da Diretoria Executiva da CEF; examinar a qualquer tempo os livros e documentos da CEF, bem como solicitar informações sobre contratos celebrados ou em via de celebração ou sobre quaisquer outros atos;

V - orientar os votos do representante da CEF nas assembleias de empresas subsidiárias, controladas ou colegiadas, por proposta do Conselho Diretor da CEF, nos termos da lei, estatutos e acordos de acionistas, se houver, para:

a) distribuição de resultados sob a forma de dividendos ou pagamento de juros sobre capital próprio;

b) modificação do capital social; e

c) cisão, fusão ou incorporação das referidas empresas;

VI - monitorar a cada quatro anos, ou quando necessário, o alinhamento estratégico, operacional e financeiro das participações da CEF ao seu objeto social, devendo, a partir dessa avaliação, recomendar a sua manutenção, a transferência total ou parcial de suas atividades para outra estrutura da Administração Pública ou o desinvestimento da participação;



VII - aprovar e revisar as políticas, o Código de Conduta e Integridade, e o Código de Ética da CEF;

VIII - discutir, deliberar e monitorar práticas de governança corporativa da CEF e relacionamento com partes interessadas;

IX - determinar a implantação e supervisionar os sistemas de gestão de riscos e de controle interno estabelecidos para a prevenção e mitigação dos principais riscos a que está exposta a CEF, inclusive os riscos relacionados à integridade das informações contábeis e financeiras e os relacionados à ocorrência de corrupção e fraude;

X - autorizar e homologar a contratação de auditores independentes, bem como a renovação e a rescisão dos respectivos contratos;

XI - deliberar, previamente, sobre as propostas a serem submetidas à decisão da Assembleia Geral;

XII - aprovar, monitorar e revisar um plano de sucessão não vinculante dos membros do Conselho de Administração e da Diretoria Executiva, cuja elaboração deve ser coordenada pelo Presidente do Conselho de Administração;

XIII - autorizar a constituição de subsidiárias integrais, controladas, bem assim a aquisição de participações minoritárias, sempre com vistas ao cumprimento de atividades de seu objeto social, nos termos da lei e deste Estatuto;

XIV - eleger e destituir os Vice-Presidentes e os Diretores Executivos da CEF, fixando-lhes as atribuições, que deverão ser escolhidos a partir de proposta encaminhada pelo Comitê de Pessoas, Elegibilidade, Sucessão e Remuneração;

XV - promover, anualmente, a análise do atendimento das metas e resultados na execução do plano de negócios e estratégia de longo prazo, sob pena de omissão, devendo publicar suas conclusões e informá-las ao Congresso Nacional e ao Tribunal de Contas, ressalvadas as informações de natureza sigilosa, nos termos da lei;

XVI - aprovar:

a) seu Regimento Interno, do Comitê de Auditoria e dos demais Comitês de Assessoramento a ele subordinados;

b) proposta orçamentária da CEF e dos fundos e programas sociais por ela administrados ou operados e não subordinados a gestores externos, em consonância com a política econômico-financeira do Governo Federal, com exceção dos programas e fundos sociais administrados ou operacionalizados pela Vice-Presidência responsável pela administração ou operacionalização das loterias federais e dos fundos instituídos pelo Governo Federal;

c) demonstrações financeiras da CEF, ao menos trimestralmente, e dos fundos sociais e programas por ela administrados ou operados, sem prejuízo de atuação do Conselho Fiscal, com exceção dos programas e fundos sociais administrados ou operacionalizados pela Vice-Presidência responsável pela administração ou operacionalização das loterias federais e dos fundos instituídos pelo Governo Federal, incluindo o FÔTS;

d) regulamento de licitações e contratos da CEF;

e) sistema de gerenciamento de riscos e de controles internos e suas revisões periódicas;

f) a inclusão de matérias no instrumento de convocação para a Assembleia Geral, não se admitindo a rubrica "assuntos gerais";

g) definição dos assuntos e valores para alçada decisória do próprio Conselho de Administração, dos Conselhos Diretor, de Fundos Governamentais e Loterias e de Administração e Gestão de Ativos de Terceiros;

h) captação por meio de instrumentos elegíveis ao capital principal ou complementar;

i) participação dos empregados nos lucros da CEF, por proposta do Conselho Diretor, respeitadas as orientações e diretrizes da SEST e demais normas aplicáveis; e

j) criação de Comitês de Assessoramento ao Conselho de Administração, estatutários ou não estatutários, para aprofundamento dos estudos de assuntos estratégicos, de forma a garantir que a decisão a ser tomada pelo Colegiado seja tecnicamente bem fundamentada;

XVII - deliberar sobre as seguintes matérias a serem submetidas à aprovação da Assembleia Geral:

a) prestação de contas anual, de forma segregada, dos investimentos e custos das áreas de negócios da CEF, destacando especialmente os custos sociais e públicos assumidos pela CEF e relacionados a programas e serviços sob sua gestão;

b) alienação, no todo ou em parte, de ações de propriedade da CEF em empresas controladas; subscrição ou renúncia a direito de subscrição de ações ou debêntures conversíveis em ações em empresas controladas; venda de debêntures conversíveis em ações de titularidade e de emissão de empresas controladas;

c) cisão, fusão ou incorporação de empresas controladas pela CEF;

d) permuta de ações ou outros valores mobiliários representativos da participação da CEF no capital de empresas controladas;

e) pagamento de dividendos e juros sobre o capital próprio;

f) modificação do capital da CEF;

g) atos da CEF consistentes em firmar acordos de acionistas ou renunciar a direitos neles previstos, ou, ainda, em assumir compromissos de natureza societária, referentes ao disposto no artigo 118 da Lei nº 6.404, de 15 de dezembro de 1976, com relação às empresas em que detém participação; e

h) dispêndios globais, destinação do resultado líquido, distribuição e aplicação dos lucros apurados, constituição de fundos de reservas e provisões e a absorção de eventuais prejuízos com as reservas de lucros;

XVIII - estabelecer a política de remuneração de administradores da CEF e respectivas subsidiárias e supervisionar o planejamento, operacionalização, controle e revisão desta política;

XIX - aprovar as diretrizes e parâmetros para fins de remuneração global dos membros dos órgãos estatutários das empresas subsidiárias integrais ou controladas e que deverão ser observados pela CEF, nas votações das Assembleias Gerais das referidas empresas, nos termos da lei;

XX - aprovar as nomeações e destituições do(s) titular(es) responsável(is) pela Auditoria Interna, e submetê-las à aprovação da Controladoria-Geral da União;

XXI - estabelecer as áreas de atuação dos Vice-Presidentes e dos Diretores Executivos, observados os limites deste Estatuto;

XXII - aprovar a criação, instalação e supressão de Superintendências Nacionais e outras unidades hierarquicamente superiores;

XXIII - comunicar ao Banco Central do Brasil a nomeação e exoneração do Presidente da CEF;

XXIV - designar o Vice-Presidente que substituirá o Presidente da CEF nos seus impedimentos;

XXV - atribuir formalmente a responsabilidade pelas áreas de conformidade e gerenciamento de riscos a membros da Diretoria Executiva;

XXVI - aprovar a designação e dispensa do Ouvidor, do Corregedor e dos titulares máximos, não estatutários, das áreas de compliance, conformidade, controle interno e gestão de riscos da CEF, observada a legislação vigente;

XXVII - aprovar a indicação, nomeação e substituição dos representantes da CEF nos Conselhos Deliberativo e Fiscal e na Diretoria Executiva da entidade de previdência privada por ela patrocinada, mediante proposta do Presidente da CEF;

XXVIII - avaliar os relatórios anuais relacionados ao sistema de gerenciamento de riscos e controles internos da CEF;

XXIX - manifestar-se sobre o relatório da administração e as contas da Diretoria Executiva;

XXX - eleger e destituir os membros dos Comitês de Assessoramento ao Conselho de Administração, estatutários ou não estatutários;

XXXI - aprovar o plano de trabalho anual do Comitê de Auditoria e o orçamento destinado a cobrir as despesas necessárias à sua implementação;

XXXII - aprovar proposta de criação, instalação e supressão de agências, filiais, representações e escritórios no exterior;

XXXIII - avaliar os Diretores e membros de comitês estatutários da CEF, nos termos do inciso III do artigo 13 da Lei 13.303, de 30 de junho de 2016, com o apoio metodológico e procedimental do Comitê de Pessoas, Elegibilidade, Sucessão e Remuneração;

XXXIV - solicitar a realização de auditoria interna periódica sobre as atividades da entidade fechada de previdência complementar que administra plano de benefício patrocinado pela CEF;

XXXV - manifestar-se sobre o relatório resultante da auditoria interna sobre as atividades da entidade patrocinada de previdência complementar, para posterior envio à Superintendência Nacional de Previdência Complementar - PREVIC;

XXXVI - fiscalizar a entidade de previdência, incluindo a convocação e membros da Diretoria Executiva da CEF que tenham a atribuição de acompanhar a referida entidade, para prestar esclarecimentos e apresentar os resultados anuais;

XXXVII - identificar a existência de ativos não de uso próprio da CEF e avaliar a necessidade de mantê-los;

XXXVIII - aprovar o orçamento anual e a estrutura funcional da Auditoria Interna;

XXXIX - conceder afastamento e licença ao Presidente da CEF, inclusive a título de férias;

XL - aprovar o regulamento de pessoal, bem como quantitativo de pessoal próprio e de cargos em comissão, acordos coletivos de trabalho, quantitativo máximo de pessoal próprio, plano de cargos e salários, programa de participação dos empregados nos lucros ou resultados, programas de desligamento de empregados e políticas de gestão de pessoas da CEF, respeitadas as orientações e diretrizes da SEST e da Comissão Interministerial de Governança Corporativa e de Administração de Participações Societárias da União - CGPAR;

XLI - aprovar o patrocínio a plano de benefícios e a adesão a entidade fechada de previdência complementar;

XLII - julgar e determinar a aplicação de penalidades e sanções decorrentes de processos administrativos e disciplinares, descumprimento do Código de Conduta da Alta Administração Federal ou Código de Conduta dos Empregados e Dirigentes da CEF, envolvendo membros da Diretoria Executiva e dos Comitês vinculados ao Conselho de Administração, observada a legislação vigente;

XLIII - aprovar e divulgar a Carta Anual com explicitação dos compromissos de consecução de objetivos de políticas públicas e governança corporativa, na forma prevista na Lei nº 13.303, de 30 de junho de 2016;

XLIV - aprovar as atribuições para os membros da Diretoria Executiva não previstas neste Estatuto Social;

XLV - aprovar o Plano Anual de Atividades de Auditoria Interna - PAINT e o Relatório Anual das Atividades de Auditoria Interna - RAIANT, sem a presença do Presidente da CEF, ao menos uma vez por ano em sessão executiva;

XLVI - propor à Assembleia Geral a remuneração dos administradores e dos membros dos demais órgãos estatutários da CEF;

XLVII - executar e monitorar a remuneração de que trata o inciso XLVI deste artigo, inclusive a participação nos lucros e resultados, dentro dos limites aprovados pela Assembleia Geral;

XLVIII - aprovar os níveis de apetite por riscos da instituição na Declaração de Apetite por Riscos e revisá-los, com o auxílio do Comitê Independente de Riscos, do Conselho Diretor e do Vice-Presidente designado para a função de gerenciamento de riscos;

XLIX - realizar a autoavaliação anual de seu desempenho;

L - manifestar-se previamente sobre atos ou contratos relativos à sua alçada decisória já fixados nos termos do inciso XVI, alínea "g";

LI - autorizar a alienação de bens do ativo não circulante, a constituição de ônus reais e a prestação de garantias a obrigações de terceiros; e

LII - exercer as demais atribuições atinentes ao seu poder de fiscalização, convocar a Assembleia Geral e deliberar sobre as omissões deste Estatuto, em conformidade com o disposto na Lei nº 6.404, de 15 de dezembro de 1976.

§ 1º O monitoramento de que trata o inciso IV deste artigo poderá ser exercido isoladamente pelos conselheiros, que terão acesso aos livros e papéis da CEF, e poderão requisitar aos membros do Conselho Diretor as informações que considerem necessárias ao desempenho de suas funções.

§ 2º Os resultados decorrentes da fiscalização de que trata o § 1º deste artigo serão submetidos à deliberação do Conselho de Administração.

§ 3º O Conselho de Administração deverá publicar anualmente o resultado da autoavaliação de desempenho dos seus membros no Relatório Anual.

**SUBSEÇÃO VII**  
**COMPETÊNCIAS DO PRESIDENTE DO CONSELHO DE ADMINISTRAÇÃO**  
Art. 39. Compete ao Presidente do Conselho de Administração:

I - presidir as reuniões do órgão, observando o cumprimento deste Estatuto Social e do respectivo Regimento Interno;

II - interagir com o Ministério Supervisor e demais representantes do controlador, no sentido de esclarecer a orientação geral dos negócios, assim como questões relacionadas ao interesse público a ser perseguido pela CEF, observado o disposto no artigo 89 da Lei nº 13.303/2016; e

III - estabelecer os canais e processos para interação entre o controlador e o Conselho de Administração, especialmente no que tange às questões de estratégia, governança, remuneração, sucessão e formação do Conselho de Administração, observado o disposto no artigo 89 da Lei nº 13.303/2016.

**SEÇÃO XIV**  
**DIRETORIA EXECUTIVA**  
**SUBSEÇÃO I**  
**CARACTERIZAÇÃO**  
Art. 40. A Diretoria Executiva é órgão colegiado executivo de administração e responsável pela gestão e representação, cabendo-lhe assegurar o funcionamento regular da CEF em conformidade com a orientação geral traçada pelo Conselho de Administração.

**SUBSEÇÃO II**  
**PRAZO DE GESTÃO**  
Art. 41. O prazo de gestão dos membros da Diretoria Executiva da CEF será unificado e de dois anos, sendo permitidas, no máximo, três reconduções consecutivas.

§ 1º Atingido o limite a que se refere o caput, o retorno de membro da Diretoria Executiva para a empresa só poderá ocorrer após decorrido período equivalente a um prazo de gestão.

§ 2º No prazo a que se refere o caput serão considerados os períodos anteriores de gestão ocorridos há menos de dois anos e a transferência de Diretor para outra Diretoria da CEF.

§ 3º O prazo de gestão dos membros da Diretoria Executiva prorrogar-se-á até a efetiva investidura dos novos membros eleitos.

**SUBSEÇÃO III**  
**LICENÇA, VACÂNCIA E SUBSTITUIÇÃO**  
Art. 42. Em caso de vacância, ausência ou impedimentos eventuais de qualquer membro da Diretoria Executiva, o Presidente da CEF designará o substituto dentre os membros daquele próprio Órgão.

§ 1º Os membros da Diretoria Executiva farão jus, anualmente, a trinta dias de licença-remunerada a título de férias que podem ser acumulados até o máximo de dois períodos, sendo vedada sua conversão em espécie e indenização.

§ 2º Os Diretores Executivos das áreas Jurídica, Riscos e Segregadas serão substituídos por empregados da unidade em grau de hierarquia imediatamente inferior, designados pelo Presidente ou pelo Vice-Presidente de vinculação.

§ 3º O Diretor Executivo responsável pela área de Auditoria será substituído por empregado da unidade em grau de hierarquia imediatamente inferior, designado pelo Conselho de Administração.

§ 4º Os empregados que substituem os Diretores Executivos devem atender a todos os requisitos e não incidir nos impedimentos e vedações aplicáveis aos administradores, nos termos da lei e deste Estatuto, sujeito à análise do Comitê de Pessoas, Elegibilidade, Sucessão e Remuneração.

§ 5º Não haverá acréscimo de remuneração nos casos em que o Diretor Executivo acumular suas funções com as de outro Diretor Executivo.

Art. 43. Em caso de vacância, ausência ou impedimentos eventuais do Presidente da CEF, o Conselho de Administração designará o seu substituto.

**SEÇÃO XV**  
**CONSELHO DIRETOR**  
Art. 44. O Conselho Diretor é órgão colegiado responsável pela gestão e representação da CEF.

**SUBSEÇÃO I**  
**COMPOSIÇÃO**  
Art. 45. O Conselho Diretor é composto pelo Presidente da CEF, que o presidirá, e pelos Vice-Presidentes, exceto os de áreas segregadas.

**SUBSEÇÃO II**  
**REUNIÃO**  
Art. 46. O Conselho Diretor se reunirá ordinariamente uma vez por semana, e extraordinariamente sempre que necessário.  
§ 1º O Conselho Diretor será convocado pelo Presidente da CEF ou pela maioria dos membros do Colegiado.  
§ 2º As reuniões do Conselho Diretor devem, em regra, ser presenciais, admitindo-se a reunião virtual ou a participação de membro por tele ou videoconferência, mediante justificativa aprovada pelo Colegiado.  
§ 3º As deliberações serão tomadas pelo voto da maioria simples dos membros presentes e serão registradas no livro de atas, podendo ser lavradas de forma sumária.  
§ 4º A pauta da reunião e a respectiva documentação serão distribuídas com antecedência mínima de cinco dias úteis, salvo nas hipóteses devidamente justificadas pela CEF e acatadas pelo Colegiado.  
§ 5º As atas da Diretoria Executiva devem ser redigidas com clareza e registrar as decisões tomadas, as pessoas presentes, os votos divergentes e as abstenções de voto.  
§ 6º Em caso de decisão não unânime, a justificativa do voto divergente será registrada, a critério do respectivo membro, observado que se exime de responsabilidade o conselheiro dissidente que faça consignar sua divergência em ata de reunião ou, não sendo possível, dela dê ciência imediata e por escrito ao Conselho Diretor.

**SUBSEÇÃO III**  
**COMPETÊNCIAS**  
Art. 47. Além das competências definidas em lei, são atribuições do Conselho Diretor, respeitadas as diretrizes fixadas pelo Conselho de Administração:  
I - gerir as atividades da CEF e avaliar os seus resultados;  
II - apresentar, até a última reunião ordinária do Conselho de Administração do ano anterior, a quem compete sua aprovação:  
a) o plano de negócios para o exercício anual seguinte; e  
b) a estratégia de longo prazo atualizada com análise de riscos e oportunidades para, no mínimo, os próximos cinco anos;  
III - promover a elaboração, em cada exercício, do relatório da administração, contendo informações e comentários sobre a organização, desempenho financeiro, fatores de risco material, eventos significativos, relações com as partes interessadas, efeitos das orientações do controlador e demais assuntos, assim como promover, a cada exercício, a elaboração das demonstrações financeiras, submetendo essas últimas a auditoria independente, aos Conselhos de Administração e Fiscal e ao Comitê de Auditoria;  
IV - aprovar os Regimentos Internos:  
a) do próprio Órgão;  
b) da Comissão de Ética;  
c) dos Comitês não estatutários não vinculados ao Conselho de Administração; e  
d) dos Comitês criados e vinculados ao Conselho Diretor;  
V - submeter, instruir e preparar os assuntos, em seu âmbito de atuação, que dependam de deliberação do Conselho de Administração, manifestando-se previamente quando não houver conflito de interesses;  
VI - cumprir e fazer cumprir este Estatuto, as deliberações da Assembleia Geral e do Conselho de Administração, bem como avaliar as recomendações do Conselho Fiscal;  
VII - deliberar sobre as seguintes matérias a serem submetidas à aprovação do Conselho de Administração:  
a) proposta de instituição e revisão das políticas de atuação da CEF, do modelo de gestão, as estratégias e os limites de gerenciamento de riscos e de capital, de liquidez e o orçamento geral da CEF;  
b) propostas orçamentárias e respectivos acompanhamentos trimestrais de execução, à exceção da área de Auditoria Interna, de destinação do resultado líquido, de pagamento de dividendos e de juros sobre o capital próprio, de modificação de capital, de constituição de reservas e de absorção de eventuais prejuízos com as reservas de lucros da CEF e dos programas e fundos sociais por ela administrados ou operacionalizados e não subordinados a gestores externos, com exceção dos programas e fundos sociais administrados ou operacionalizados pela Vice-Presidência responsável pela administração ou operacionalização das loterias federais e dos fundos instituídos pelo Governo Federal, incluído o FGTS;  
c) demonstrações financeiras trimestrais da CEF e dos programas e fundos sociais por ela operados ou administrados, com exceção dos programas e fundos sociais administrados ou operacionalizados pela Vice-Presidência responsável pela administração ou operacionalização das loterias federais e dos fundos instituídos pelo Governo Federal, incluído o FGTS, submetendo-as, além do Conselho de Administração conforme inciso V do caput, à auditoria independente e ao Comitê de Auditoria e ao Conselho Fiscal, este com as exceções descritas no art. 66 deste Estatuto;  
d) prestação de contas anual de forma segregada, dos investimentos e custos das áreas de negócios da CEF, destacando especialmente os custos sociais e públicos assumidos pela empresa e relacionados a programas e serviços delegados pelo Governo Federal;  
e) regulamento de licitações e contratos, nos termos da lei;  
f) sistema de controles internos e suas revisões periódicas, apresentando anualmente os relatórios de situação ao Conselho de Administração;  
g) proposta de orientação de Voto do representante nos órgãos de administração de empresas subsidiárias, controladas ou coligadas da CEF, nos termos da lei, estatutos e acordos de acionistas, se houver, para: distribuição de resultados sob a forma de dividendos ou pagamento de juros sobre capital próprio; cisão, fusão ou incorporação;  
h) proposta de constituição de subsidiárias e a aquisição de participações acionárias minoritárias para cumprir o objeto social da CEF, nos termos da lei e deste Estatuto;  
i) proposta de emissão de quaisquer outros títulos ou valores mobiliários, no País ou no exterior; e  
j) proposta de medidas para aperfeiçoar e revisar o sistema de governança corporativa da CEF;  
VIII - monitorar a sustentabilidade dos negócios, os riscos estratégicos e respectivas medidas de mitigação, elaborando relatórios gerenciais com indicadores de gestão;  
IX - autorizar, facultada a outorga destes poderes com limitação expressa, a:  
a) alienação de bens do ativo permanente, com exceção das participações acionárias em empresas controladas, com opinamento do Conselho Fiscal nos casos de alienação ou oneração de bens imóveis de uso próprio, exceto quando se tratar de penhora em ações judiciais;  
b) constituição de ônus reais;  
c) prestação de garantias a obrigações de terceiros;  
d) renúncia de direitos; e  
e) transação ou redução do valor de créditos em negociação;  
X - distribuir e aplicar os lucros apurados, na forma de deliberação do Conselho de Administração, observada a legislação vigente;  
XI - decidir sobre planos de cargos, carreiras, salários, vantagens e benefícios, criação de empregos, quadro de pessoal e suas alterações, observada a legislação vigente e este Estatuto;

XII - aprovar a designação e a dispensa dos titulares de Superintendências Nacionais, mediante proposta do Presidente da CEF;  
XIII - aprovar os critérios de seleção ao processo de indicação dos conselheiros dos órgãos de administração de empresas e instituições de que a CEF participe ou tenha direito de indicar representante;  
XIV - aprovar a indicação de membros para integrar os Conselhos e comitês de administração de empresas coligadas, por proposta do Presidente da CEF;  
XV - decidir sobre a criação, instalação e supressão de agências, escritórios, representações, dependências, filiais e outros pontos de atendimento no País;  
XVI - aprovar a estrutura organizacional da CEF e a distribuição interna das atividades administrativas, exceto aquelas relativas a áreas segregadas, observadas as áreas de atuação estabelecidas pelo Conselho de Administração;  
XVII - aprovar, sem prejuízo das competências do Conselho de Administração, em relação às empresas de cujo capital a CEF participe sem deter o controle, os seguintes atos societários:  
a) alienação, no todo ou em parte, de ações de propriedade da CEF nas empresas; subscrição ou renúncia a direito de subscrição de ações ou debêntures conversíveis em ações nas empresas; venda de debêntures conversíveis em ações de titularidade e de emissão das empresas;  
b) cisão, fusão ou incorporação das empresas;  
c) permuta de ações ou outros valores mobiliários representativos da participação da CEF no capital das sociedades; e  
d) atos consistentes em firmar acordos de acionistas ou renunciar a direitos neles previstos ou, ainda, assumir quaisquer compromissos de natureza societária referentes ao disposto na legislação aplicável;  
XVIII - aprovar a cessão de empregados da CEF a suas subsidiárias integrais e a outros órgãos de administração pública, quando caracterize ônus para a CEF;  
XIX - comunicar formalmente ao auditor independente e ao Comitê de Auditoria a existência ou evidência de situações cuja ocorrência importe notificação aos órgãos fiscalizadores, no prazo de vinte e quatro horas da identificação;  
XX - solicitar à entidade fechada de previdência complementar a apresentação de plano de ação para correção de possíveis irregularidades encontradas quando da realização da auditoria interna periódica, fazendo o devido acompanhamento e sua implementação, devendo ser dado conhecimento aos Conselhos Deliberativo e Fiscal da referida entidade, bem como ao Conselho de Administração da CEF;  
XXI - fornecer orientação e assessoramento técnico aos membros indicados pela CEF aos Conselhos Deliberativo e Fiscal da entidade fechada de previdência complementar;  
XXII - autorizar a CEF a firmar termos, convênios ou acordos operacionais com sua(s) subsidiária(s) integral(is) para fins de compartilhamento de custos, estruturas, políticas e mecanismos de divulgação nos termos da lei, inclusive extensivo à entidade fechada de previdência complementar que administra plano de benefício que patrocinou;  
XXIII - criar Comitês que sejam integrados por membros da Diretoria Executiva, conforme seu âmbito de atuação, fixando-lhes atribuições deliberativas e/ou opinativas, de forma a garantir que a decisão a ser tomada pelo Conselho seja tecnicamente bem qualificada; e  
XXIV - colocar, à disposição dos outros órgãos estatutários, pessoal qualificado para secretariado e presta-lhes o apoio técnico necessário.  
§ 1º A subscrição e a apresentação de propostas para o exercício de competência do Conselho Diretor caberá ao Presidente e aos Vice-Presidentes que o compõem.  
§ 2º Ao Conselho Diretor é facultada a outorga, com limitação expressa, dos poderes de constituição de ônus reais, prestação de garantias a obrigações de terceiros, renúncia de direitos, transação ou redução do valor de créditos em negociação.  
§ 3º O Conselho Diretor, para melhor desempenho de suas funções e maior agilidade no processo decisório, poderá constituir comitês integrados por membros da Diretoria Executiva, delegando-lhes competências e alçadas específicas, observadas as disposições legais, dando ciência ao Conselho de Administração da CEF sobre a constituição desses colegiados.

**SEÇÃO XVI**  
**CONSELHOS SEGREGADOS DA DIRETORIA EXECUTIVA**  
**SUBSEÇÃO I**  
**CARACTERIZAÇÃO**  
Art. 48. Os Conselhos Segregados da Diretoria Executiva são órgãos deliberativos, vinculados ao Conselho de Administração, responsáveis pela administração e gestão de ativos de terceiros e pela administração e operacionalização das loterias e dos fundos instituídos pelo Governo Federal, incluído o FGTS, cabendo, respectivamente, ao Conselho de Administração e Gestão de Ativos de Terceiros e ao Conselho de Fundos Governamentais e Loterias, nos termos da lei, das normas em vigor, e deste Estatuto.  
§ 1º São consideradas áreas segregadas as Vice-Presidências, e suas unidades vinculadas, responsáveis pela administração e gestão de ativos de terceiros e pela administração e operacionalização das loterias e dos fundos instituídos pelo Governo Federal, incluído o FGTS.  
§ 2º As atividades das áreas de atuação das Vice-Presidências de que trate o caput serão desenvolvidas conforme as diretrizes estabelecidas pelos Conselhos de Administração, de Administração e Gestão de Ativos de Terceiros e de Fundos Governamentais e Loterias.  
§ 3º Os Vice-Presidentes e Diretores Executivos da área de administração e gestão de ativos de terceiros devem ser habilitados perante a Comissão de Valores Mobiliários - CVM.  
§ 4º É vedado aos membros da Diretoria Executiva não vinculados ao Conselho de Administração e Gestão de Ativos de Terceiros e ao Conselho de Fundos Governamentais e Loterias, e aqueles responsáveis pela administração de recursos próprios da CEF, intervir na condução das áreas segregadas, observados os termos das disposições legais e deste Estatuto.  
§ 5º Os membros da Diretoria Executiva vinculados ao Conselho Diretor respondem solidariamente apenas pelas atividades sob a sua administração, assim como a mesma solidariedade apenas existirá entre aqueles vinculados ao Conselho de Administração e Gestão de Ativos de Terceiros e ao Conselho de Fundos Governamentais e Loterias, observados o regime de segregação de atividades definido neste Estatuto.

**SUBSEÇÃO II**  
**COMPETÊNCIAS COMUNS**  
Art. 49. Compete ao Conselho de Administração e Gestão de Ativos de Terceiros e ao Conselho de Fundos Governamentais e Loterias:  
I - fixar a orientação dos negócios e serviços e estabelecer diretrizes para atuação da Vice-Presidência que lhe é vinculada;  
II - aprovar as políticas de atuação da Vice-Presidência que lhe é vinculada, a serem submetidas à deliberação do Conselho de Administração;  
III - aprovar a estratégia de negócio no âmbito de atuação da Vice-Presidência que lhe é vinculada;  
IV - monitorar, anualmente, a avaliação da estratégia de negócio da Vice-Presidência que lhe é vinculada;  
V - aprovar alçadas no seu âmbito de atuação, inclusive para contratação de bens e serviços, quando não estiverem contempladas nas competências de outras Vice-Presidências da CEF;  
VI - aprovar, previamente ao Conselho de Administração, o plano estratégico institucional especificamente no que tange aos aspectos relativos ao negócio sob gestão da Vice-Presidência que lhe é vinculada;  
VII - monitorar as estratégias e os resultados da distribuição de produtos da Vice-Presidência;  
VIII - analisar e demandar às áreas competentes a contratação de serviços e consultorias, observados os regimes de alçadas;  
IX - aprovar, previamente ao Conselho de Administração, o relatório de gestão da CEF especificamente no que tange aos temas sob gestão da Vice-Presidência que lhe é vinculada;  
X - apresentar o plano de negócios da Vice-Presidência que lhe é vinculada para o exercício anual seguinte, a fim de compor o plano de negócios da CEF, em linha com os prazos legais;  
XI - deliberar sobre a proposta de seu Regimento Interno e dos comitês por ele criados e diretamente vinculados; e



SUBSEÇÃO IV  
REQUISITOS

Art. 64. Os membros do Conselho Fiscal deverão atender aos requisitos obrigatórios e observar as vedações para exercício das suas atividades determinados pela Lei nº 13.303, de 30 de junho de 2016, pelo Decreto nº 8.945, de 27 de dezembro de 2016, e por demais normas que regulamentem a matéria.

Parágrafo único. O Comitê de Pessoas, Elegibilidade, Sucessão e Remuneração deverá opinar sobre a observância dos requisitos e vedações para investidura dos membros.

SUBSEÇÃO V  
VACÂNCIA E SUBSTITUIÇÃO EVENTUAL

Art. 65. Os membros do Conselho Fiscal serão substituídos em suas ausências ou impedimentos eventuais pelos respectivos suplentes até a posse do novo titular.

Parágrafo único. Na hipótese de vacância, o suplente assume até a realização da primeira Assembleia Geral para a eleição de novo membro.

SUBSEÇÃO VI  
REUNIÃO

Art. 66. O Conselho Fiscal se reunirá ordinariamente uma vez a cada mês e, extraordinariamente, sempre que necessário.

§ 1º O Conselho Fiscal será convocado por seu Presidente ou pela maioria dos membros do Colegiado.

§ 2º As reuniões do Conselho devem, em regra, ser presenciais, admitindo-se a reunião virtual ou a participação de membro por tele ou videoconferência, mediante justificativa aprovada pelo Colegiado.

§ 3º As deliberações serão tomadas pelo voto da maioria dos membros presentes e serão registradas no livro de atas, podendo ser levadas de forma sumária.

§ 4º Em caso de decisão não unânime, a justificativa do voto divergente será registrada, a critério do respectivo membro, observado que se exime de responsabilidade o conselheiro fiscal dissidente que faça consignar sua divergência em ata de reunião ou, não sendo possível, dela dê ciência imediata e por escrito ao Conselho Fiscal.

§ 5º A pauta da reunião e a respectiva documentação serão distribuídas com antecedência mínima de cinco dias úteis, salvo nas hipóteses devidamente justificadas pela CEF e acatadas pelo Colegiado.

§ 6º As atas do Conselho Fiscal devem ser redigidas com clareza e registrar as decisões tomadas, as pessoas presentes, os votos divergentes e as abstenções de voto.

SUBSEÇÃO VII  
COMPETÊNCIAS

Art. 67. Compete ao Conselho Fiscal, sem prejuízo de outras competências previstas na legislação e em seu Regimento Interno:

- I - opinar sobre o resultado da prestação de contas anual da CEF e dos programas e fundos sociais operados e administrados pela CEF, fazendo constar do seu parecer as informações complementares necessárias ou úteis, com exceção dos programas e fundos sociais administrados ou operacionalizados pela Vice-Presidência responsável pela administração ou operacionalização das loterias federais e dos fundos instituídos pelo Governo Federal, incluído o FGTS;
- II - analisar, ao menos trimestralmente, os balanços e demais demonstrativos contábeis da CEF e dos programas e fundos sociais operados e administrados pela CEF, com exceção dos programas e fundos sociais administrados ou operacionalizados pela Vice-Presidência responsável pela administração ou operacionalização das loterias federais e dos fundos instituídos pelo Governo Federal, incluído o FGTS;
- III - examinar o relatório anual da administração, as demonstrações financeiras semestrais e anuais da CEF e as de encerramento do exercício social dos programas e fundos sociais operados e administrados pela CEF, manifestando sua opinião, inclusive sobre a situação econômico-financeira da CEF, com exceção dos programas e fundos sociais administrados ou operacionalizados pela Vice-Presidência responsável pela administração ou operacionalização das loterias federais e dos fundos instituídos pelo Governo Federal, incluído o FGTS;
- IV - manifestar-se sobre alienação ou oneração, exceto penhora em ações judiciais, de bens imóveis de uso próprio;
- V - opinar sobre as propostas:
  - a) orçamentárias da CEF e dos programas e fundos sociais operados ou administrados pela CEF, com exceção dos programas e fundos sociais administrados ou operacionalizados pela Vice-Presidência responsável pela administração ou operacionalização das loterias federais e dos fundos instituídos pelo Governo Federal, incluído o FGTS;
  - b) de destinação do resultado líquido;
  - c) de pagamento de dividendos e juros sobre o capital próprio;
  - d) de modificação de capital;
  - e) de constituição de fundos, reservas e provisões;
  - f) de absorção de eventuais prejuízos com as reservas de lucros;
  - g) de planos de investimento ou orçamento de capital; e
  - h) transformação, incorporação, fusão ou cisão;
- VI - avaliar os relatórios anuais relacionados com os sistemas de controles internos da CEF;

VI - apreciar os resultados dos trabalhos produzidos pelas auditorias externa e interna, relacionados com a avaliação dos processos de gestão de crédito, de análise de mercado e de deferimento de operações da CEF e respectivos programas e fundos sociais operados ou administrados pela CEF;

VII - fiscalizar, por qualquer de seus membros, os atos dos administradores e verificar o cumprimento dos seus deveres legais e estatutários;

IX - denunciar, por qualquer de seus membros, aos órgãos de administração e, se estes não adotarem as providências necessárias para a proteção dos interesses da CEF, à Assembleia Geral, os erros, fraudes ou crimes que descobrirem, e sugerir providências;

X - convocar a Assembleia Geral Ordinária, se os órgãos de administração retardarem por mais de um mês essa convocação, e a Extraordinária, sempre que ocorrerem motivos graves ou urgentes;

XI - fornecer, sempre que solicitadas, informações sobre matéria de sua competência à União, na qualidade de seu controlador único;

XII - examinar o Plano Anual de Atividades de Auditoria Interna - PAINT e o Relatório Anual das Atividades de Auditoria Interna - RAINT;

XIII - assistir às reuniões do Conselho de Administração ou do Conselho Diretor em que se deliberar sobre assuntos que ensejam parecer do Conselho Fiscal;

XIV - aprovar seu Regimento Interno e seu plano de trabalho anual;

XV - realizar a autoavaliação anual de seu desempenho;

XVI - acompanhar a execução patrimonial, financeira e orçamentária, podendo examinar livros, quaisquer outros documentos e requisitar informações;

XVII - fiscalizar o cumprimento do limite de participação da CEF no custeio dos benefícios de assistência à saúde e de previdência complementar;

XVIII - exercer essas atribuições durante a eventual liquidação da CEF; e

XIX - exercer as demais atribuições atinentes ao seu poder de fiscalização, consoante à legislação vigente.

SEÇÃO XOU  
COMITÊ DE AUDITORIASUBSEÇÃO I  
CARACTERIZAÇÃO

Art. 68. O Comitê de Auditoria é o órgão de assessoramento ao Conselho de Administração, ao qual se reportará diretamente, auxiliando este, entre outros, no monitoramento da qualidade das demonstrações financeiras, dos controles internos, da conformidade, do gerenciamento de riscos e das auditorias interna e independente.

§ 1º O Comitê de Auditoria também poderá exercer, por deliberação do Conselho de Administração, suas atribuições e responsabilidades junto às sociedades controladas pela CEF, que adotarem o regime de Comitê de Auditoria único.

§ 2º O Comitê de Auditoria terá autonomia operacional e dotação orçamentária, anual ou por projeto, dentro de limites aprovados pelo Conselho de Administração, para conduzir ou determinar a realização de consultas, avaliações e investigações dentro do escopo de suas atividades, inclusive com a contratação e utilização de especialistas independentes.

SUBSEÇÃO II  
COMPOSIÇÃO

Art. 69. O Comitê de Auditoria Estatutário, eleito e destituído pelo Conselho de Administração, será integrado por quatro membros, em sua maioria independentes.

§ 1º Os membros do Comitê de Auditoria devem ter experiência profissional ou formação acadêmica compatível com o cargo, preferencialmente na área de contabilidade, auditoria ou no setor de atuação da CEF, sendo que pelo menos 1 (um) membro deve ter reconhecida experiência profissional em assuntos de contabilidade societária e ao menos 1 (um) deve ser conselheiro independente da CEF.

§ 2º Os membros do Comitê de Auditoria, em sua primeira reunião, elegerão seu Presidente, que deverá ser membro independente do Conselho de Administração, a quem caberá dar cumprimento às deliberações do Órgão, com registro no livro de atas.

§ 3º São condições mínimas para integrar o Comitê de Auditoria as estabelecidas no artigo 25 da Lei nº 13.303, de 30 de junho de 2016, e no artigo 39 do Decreto nº 8.945, de 27 de dezembro de 2016, além das demais normas aplicáveis.

§ 4º O Conselho de Administração poderá convidar membros do Comitê de Auditoria para assistir às suas reuniões.

§ 5º O Comitê de Pessoas, Elegibilidade, Sucessão e Remuneração deverá opinar sobre a observância dos requisitos e vedações para os membros.

§ 6º É indelegável o cargo de integrante do Comitê de Auditoria e não se admite substituto temporário ou suplente.

SUBSEÇÃO III  
MANDATO

Art. 70. O mandato dos membros do Comitê de Auditoria será de três anos, não coincidente para cada membro, permitida uma única reeleição.

§ 1º O anterior ocupante do cargo só será nomeado novamente se já contar três anos sem ocupar o cargo de membro do Comitê de Auditoria da CEF.

§ 2º Os membros do Comitê de Auditoria poderão ser destituídos pelo voto justificado pela maioria absoluta dos membros do Conselho de Administração.

SUBSEÇÃO IV  
VACÂNCIA E SUBSTITUIÇÃO

Art. 71. No caso de vacância de membro do Comitê de Auditoria, o Conselho de Administração elegerá novo membro.

Parágrafo único. No caso de ausências ou impedimentos eventuais de qualquer membro do Comitê, este deliberará com os remanescentes.

SUBSEÇÃO V  
REUNIÃO

Art. 72. O Comitê de Auditoria deverá realizar pelo menos quatro reuniões mensais.

§ 1º O Comitê deverá apreciar as informações contábeis antes de sua divulgação.

§ 2º A CEF deverá divulgar as atas de reuniões do Comitê de Auditoria.

§ 3º Na hipótese de o Conselho de Administração considerar que a divulgação da ata possa pôr em risco interesse legítimo da CEF, apenas o seu extrato será divulgado.

§ 4º A restrição de que trata o parágrafo anterior não será oponível aos órgãos de controle, que terão total e irrestrito acesso ao conteúdo das atas do Comitê de Auditoria, observada a transferência de sigilo.

SUBSEÇÃO VI  
COMPETÊNCIAS

Art. 73. Compete ao Comitê de Auditoria, sem prejuízo de outras competências previstas na legislação e em seu Regimento Interno:

- I - opinar sobre a contratação, a renovação de contrato e a destituição de auditor independente, observada a legislação específica;
- II - supervisionar as atividades dos auditores independentes, avaliar sua independência, a qualidade dos serviços prestados e a adequação de tais serviços às necessidades da CEF;
- III - supervisionar as atividades desenvolvidas nas áreas de controle interno, de auditoria interna e de elaboração das demonstrações financeiras da CEF;
- IV - monitorar a qualidade e a integridade dos mecanismos de controle interno, das demonstrações financeiras e das informações e medições divulgadas pela CEF;
- V - avaliar e monitorar, em seu âmbito de atuação, sem prejuízo das atribuições do Comitê Independente de Riscos, exposições de risco da CEF, podendo requerer, entre outras, informações detalhadas sobre políticas e procedimentos referentes a:
  - a) remuneração da administração;
  - b) utilização de ativos da CEF; e
  - c) gastos incorridos em nome da CEF;
- VI - avaliar e monitorar, em conjunto com a administração e a área de auditoria interna, a adequação das transações e o fiel cumprimento com partes relacionadas aos critérios estabelecidos na Política de Transações com Partes Relacionadas e sua divulgação;
- VII - elaborar relatório anual com informações sobre as atividades, os resultados, as conclusões e suas recomendações, registrando, se houver, as divergências significativas entre administração, auditoria independente e o próprio Comitê de Auditoria em relação às demonstrações financeiras;
- VIII - avaliar a razoabilidade dos parâmetros em que se fundamentam os cálculos atuariais e o resultado atuarial dos planos de benefícios mantidos pelo fundo de pensão vinculados à entidade fechada de previdência complementar patrocinada pela CEF;
- IX - avaliar o cumprimento, pela administração da CEF, das recomendações feitas pelos auditores independentes ou internos;
- X - verificar, por ocasião das reuniões previstas no artigo 79, o cumprimento de suas próprias recomendações pela Diretoria Executiva da CEF;
- XI - reunir-se com o Conselho Fiscal e o Conselho de Administração, por solicitação destes, para discutir acerca de políticas, práticas e procedimentos identificados no âmbito das suas respectivas competências;
- XII - comunicar ao Banco Central do Brasil e ao Conselho de Administração, na forma e nos prazos estabelecidos pelas normas específicas, a existência ou evidência de erro ou fraude, nos termos deste artigo;
- XIII - elaborar e encaminhar para deliberação do Conselho de Administração, até o final do terceiro trimestre, proposta de plano de trabalho para o ano subsequente;
- XIV - acompanhar a elaboração e a implementação do Plano Anual de Atividades de Auditoria Interna - PAINT;
- XV - auxiliar o Conselho de Administração nas providências a serem adotadas em relação a desvios e atos ilícitos praticados por dirigentes e empregados da CEF, bem como nas apurações de infrações e violações aos Códigos de Ética e de Conduta e às rupturas de conduta anticorrupção e concorrencial;
- XVI - avaliar a efetividade da Diretoria Executiva responsável pela condução da gestão da integridade, bem como da Ouvidoria e da Corregedoria da CEF e seus relatórios de atividades; e
- XVII - analisar e manifestar-se, a pedido do próprio Conselho de Administração, sobre situações de potencial conflito de interesses entre os conselheiros e sociedades integrantes do Conglomerado CEF, em especial sobre situações decorrentes de membros do Conselho ou da Diretoria em órgãos estatutários de outras sociedades civis, não participantes do Conglomerado CEF.

§ 1º Ao menos um dos membros do Comitê de Auditoria deverá participar das reuniões do Conselho de Administração que tratem das demonstrações contábeis periódicas, da contratação do auditor independente e do Plano Anual de Atividades de Auditoria Interna - PAINT.

§ 2º O Comitê de Auditoria deverá possuir meios para receber denúncias, inclusive sigilosas, internas e externas à CEF, em matérias relacionadas ao escopo de suas atividades.





SEÇÃO XXII  
COMITÊ DE PESSOAS, ELEGIBILIDADE, SUCESSÃO E REMUNERAÇÃO  
SUBSEÇÃO I  
CARACTERIZAÇÃO

Art. 74. A CEF dispõe de Comitê de Pessoas, Elegibilidade, Sucessão e Remuneração, que assessoro o Conselho de Administração nos processos de indicação, de avaliação, de sucessão, de remuneração e de elegibilidade dos administradores, conselheiros fiscais e demais membros de órgãos estatutários.

## SUBSEÇÃO II

## COMPOSIÇÃO

Art. 75. O Comitê de Pessoas, Elegibilidade, Sucessão e Remuneração será integrado por quatro membros, integrantes do Conselho de Administração, sem remuneração adicional, ou por membros externos remunerados, observados os artigos 156 e 165 da Lei nº 6.404, de 15 de dezembro de 1976.

§ 1º O Comitê de Pessoas, Elegibilidade, Sucessão e Remuneração deverá ter, no mínimo, dois membros escolhidos dentre os conselheiros de Administração independente.

§ 2º Os membros que não são integrantes do Conselho de Administração serão membros externos.

§ 3º O anterior ocupante do cargo só será nomeado novamente se já contar três anos sem ocupar o cargo de membro do Comitê de Pessoas, Elegibilidade, Sucessão e Remuneração.

§ 4º O Presidente do Comitê e seu substituto serão escolhidos pelo Conselho de Administração dentre os membros que sejam conselheiros independentes.

## SUBSEÇÃO III

## ELEIÇÃO E MANDATO

Art. 76. Os membros do Comitê de Pessoas, Elegibilidade, Sucessão e Remuneração serão escolhidos e nomeados pelo Conselho de Administração, entre os quais o Presidente e seu substituto, com mandato de três anos, não coincidente para cada membro, permitida uma única recondução, e só poderão ser destituídos, neste período, mediante decisão motivada da maioria dos membros do referido Órgão de Administração.

## SUBSEÇÃO IV

## VACÂNCIA E SUBSTITUIÇÃO

Art. 77. No caso de vacância de membro do Comitê, o Conselho de Administração selecionará e elegerá o substituto para completar o mandato do membro anterior.

## SUBSEÇÃO V

## COMPETÊNCIAS

Art. 78. Compete ao Comitê de Pessoas, Elegibilidade, Sucessão e Remuneração, sem prejuízo de outras competências previstas na legislação e em seu Regimento Interno:

I - verificar a conformidade e opinar, de modo a auxiliar a União e a CEF, na indicação e eleição de conselheiros de administração e conselheiros fiscais, sobre o preenchimento dos requisitos e a ausência de impedimentos e vedações para as respectivas eleições;

II - verificar a conformidade e opinar, de modo a auxiliar os membros do Conselho de Administração na indicação e eleição dos Diretores Executivos da CEF, e de suas subsidiárias, controladas e coligadas, sobre o preenchimento dos requisitos e a ausência de impedimentos e vedações para as respectivas eleições;

III - verificar a conformidade e opinar, de modo a auxiliar os membros do Conselho de Administração na indicação e eleição dos membros dos Comitês vinculados ao Conselho de Administração, sobre o preenchimento dos requisitos e a ausência de impedimentos e vedações para as respectivas eleições;

IV - verificar a conformidade do processo de avaliação e dos treinamentos dos administradores e conselheiros fiscais da CEF;

V - auxiliar o Conselho de Administração na elaboração e no acompanhamento do plano de sucessão de administradores;

VI - auxiliar o Conselho de Administração na avaliação das propostas relativas à política e gestão de pessoal e no seu acompanhamento;

VII - auxiliar o Conselho de Administração na elaboração da proposta de remuneração dos administradores para submissão à Assembleia Geral;

VIII - analisar a política de remuneração dos administradores da CEF em relação às práticas de mercado, para identificar discrepâncias significativas em relação a empresas congêneres, propondo os ajustes necessários;

IX - elaborar, com periodicidade anual, no prazo de noventa dias, relativamente à data-base de 31 de dezembro, o Relatório do Comitê de Pessoas, Elegibilidade, Sucessão e Remuneração, nos termos da legislação específica;

X - identificar, avaliar e propor ao Conselho de Administração candidatas para ocupar Vice Presidência, que atendam ao perfil técnico exigido para o cargo, devendo se utilizar de processo seletivo que considere os empregados da CEF, preferencialmente, ou atores externos;

XI - recomendar candidatas para ocupar a função de membro de Comitê subordinado ao Conselho de Administração, que atendam ao perfil técnico exigido para o cargo, com base em análise curricular;

XII - verificar a conformidade do processo de avaliação dos conselheiros de administração, dos conselheiros fiscais, do Presidente, dos Vice-Presidentes e dos Diretores da CEF;

XIII - prestar apoio metodológico e procedimental e assessorar o Conselho de Administração da CEF na avaliação de desempenho de que trata o Estatuto da CEF;

XIV - assessorar o Conselho de Administração da CEF em assuntos relacionados à indicação de dirigentes;

XV - promover e acompanhar a adoção de práticas de governança corporativa relativas à remuneração e à sucessão para o Conglomerado CEF, propondo atualizações e melhorias quando necessário;

XVI - verificar a conformidade do processo de avaliação dos conselheiros de administração, dos conselheiros fiscais, do Presidente, dos Vice-Presidentes e dos Diretores da CEF;

XVII - prestar apoio metodológico e procedimental e assessorar o Conselho de Administração da CEF na avaliação de desempenho de que trata o Estatuto da CEF;

XVIII - assessorar o Conselho de Administração da CEF em assuntos relacionados à indicação de dirigentes; e

XIX - promover e acompanhar a adoção de práticas de governança corporativa relativas à remuneração e à sucessão para o Conglomerado CEF, propondo atualizações e melhorias quando necessário.

§ 1º O Comitê deverá se manifestar no prazo máximo de 8 (oito) dias úteis, a partir do recebimento de formulário padronizado da entidade da Administração Pública responsável pelas indicações, sob pena de aprovação tácita e responsabilização de seus membros caso se comprove o descumprimento de algum requisito.

§ 2º As manifestações do Comitê serão deliberadas por maioria simples de votos com registro em ata, que deverá ser lavrada na forma de sumário dos fatos ocorridos, incluindo dissidências e protestos, e conter a transcrição apenas das deliberações tomadas.

§ 3º A manifestação do Comitê será encaminhada ao Conselho de Administração, que deverá incluir, na proposta da administração para a realização da Assembleia Geral que tenha na ordem do dia a eleição de membros do conselho de administração e do conselho fiscal, sua manifestação acerca do enquadramento dos indicados aos requisitos e vedações legais, regulamentares e estatutários, à luz da autodeclaração e documentos apresentados pelo indicado e da manifestação do Comitê.

§ 4º O mesmo procedimento descrito no § 3º acima deverá ser observado na eleição de Diretores e membros do Comitê de Auditoria, sendo que a manifestação do Conselho de Administração deverá constar da ata da reunião que tiver como ordem do dia a eleição dos membros desses Órgãos.

§ 5º As atas das reuniões do Conselho de Administração em que se deliberar sobre os assuntos acima mencionados deverão ser divulgadas.

§ 6º Na hipótese de o Comitê considerar que a divulgação da ata possa pôr em risco interesse legítimo da CEF, apenas o seu extrato será divulgado.

§ 7º A restrição de que trata o parágrafo anterior do caput não será oponível aos órgãos de controle, que terão total e irrestrito acesso ao conteúdo das atas do Comitê de Pessoas, Elegibilidade, Sucessão e Remuneração, observada a transferência de sigilo.

§ 8º O Comitê poderá contratar consultoria especializada em recrutamento de executivos, zelando pela integridade e confidencialidade do resultado, contudo, o trabalho dos consultores externos não exime o Comitê de suas responsabilidades.

§ 9º O Comitê deverá iniciar processo seletivo de que trata o inciso X deste artigo, quando o cargo de Vice-Presidente estiver ocupado interinamente por tempo superior a seis meses, ou a qualquer tempo, sob demanda do Conselho de Administração.

## SEÇÃO XXIII

## COMITÊ INDEPENDENTE DE RISCOS

## SUBSEÇÃO I

## CARACTERIZAÇÃO

Art. 79. O Comitê Independente de Riscos é órgão colegiado estatutário que se reporta ao Conselho de Administração da CEF, com independência em relação aos demais órgãos, submetese à regulamentação do Conselho Monetário Nacional e tem a finalidade de assessorar o Conselho de Administração nas questões relacionadas à gestão de riscos e de capital.

Parágrafo único. As demais disposições relativas à instalação, deliberação, remuneração, requisitos, impedimentos e vedações estão previstos neste Estatuto, na legislação e em normas vigentes, sem prejuízo às competências do Conselho de Administração e dos demais órgãos de controle e fiscalização da CEF, além daqueles contidas no Regimento Interno do Comitê.

## SUBSEÇÃO II

## COMPOSIÇÃO

Art. 80. O Comitê funciona de forma permanente e será integrado por três membros, escolhidos e nomeados pelo Conselho de Administração, com as seguintes regras:

I - um membro será escolhido dentre os conselheiros de administração da CEF;

II - dois membros serão externos;

III - ser graduado em curso superior;

IV - possuir comprovados conhecimentos e experiência nas áreas de atuação do Comitê;

V - não deter o controle da instituição e não participar das decisões em nível executivo da CEF ou de quaisquer de suas entidades ligadas;

VI - não ser e não ter sido, nos últimos seis meses, dirigente responsável pelo gerenciamento de riscos da CEF ou membro do Comitê de Auditoria;

VII - não ser e não ter sido empregado da CEF nos últimos seis meses;

VIII - não ser cônjuge, ou parente em linha reta, em linha colateral ou por afinidade, até o segundo grau, das pessoas referidas no inciso anterior;

IX - não figurar como autor de ação judicial contra a CEF ou quaisquer de suas entidades ligadas;

X - não exercer influência significativa sobre a CEF ou sobre quaisquer de suas entidades ligadas; e

XI - não receber da CEF qualquer outro tipo de remuneração que não decorra do exercício de função de integrante do Comitê.

## SUBSEÇÃO III

## MANDATO

Art. 81. O Comitê terá mandato de dois anos, renováveis por igual período, admitidas até três reconduções, obedecidas, além da legislação aplicável, os requisitos, impedimentos e vedações neste Estatuto.

§ 1º Os membros do Comitê só poderão ser destituídos mediante decisão motivada da maioria absoluta dos membros do Conselho de Administração, observado o Estatuto da CEF e a legislação aplicável.

§ 2º O Presidente do Comitê Independente de Riscos será escolhido pelo Conselho de Administração da CEF, dentre os conselheiros membros do Comitê.

§ 3º O anterior ocupante do cargo só será nomeado novamente se já contar três anos sem ocupar o cargo de membro do Comitê.

## SUBSEÇÃO IV

## VACÂNCIA E SUBSTITUIÇÃO

Art. 82. No caso de vacância e/ou substituição de membro do Comitê Independente de Riscos, o Conselho de Administração escolherá e elegerá o substituto para completar o mandato do membro anterior.

## SUBSEÇÃO V

## COMPETÊNCIAS

Art. 83. Compete ao Comitê Independente de Riscos, sem prejuízo de outras competências legais, além de outras atribuições previstas em seu Regimento Interno:

I - assessorar o Conselho de Administração na gestão de riscos e de capital, proporcionando ao Colegiado uma visão abrangente e integrada dos riscos e seus impactos;

II - avaliar propostas de Declaração de Appetite a Riscos e do Plano de Capital, bem como das correspondentes revisões;

III - avaliar os níveis de apetite por riscos fixados na Declaração de Appetite a Riscos e as estratégias para o seu gerenciamento, considerando os riscos individualmente e de forma integrada;

IV - monitorar e avaliar as propostas oriundas do Conselho Diretor da CEF relacionadas com a estratégia corporativa, a definição dos seus riscos materiais, o apetite ao risco, o Plano de Capital, os requerimentos de Basileia e outros assuntos relevantes, com uma perspectiva analítica de médio e longo prazo;

V - avaliar o grau de aderência dos processos da estrutura de gerenciamento de riscos às políticas estabelecidas;

VI - supervisionar a observância, pelo Conselho Diretor, dos termos da Declaração de Appetite a Riscos;

VII - supervisionar o cumprimento das políticas relacionadas à gestão de riscos e de capital;

VIII - avaliar o grau de aderência dos processos da estrutura de gerenciamento de riscos e de capital às políticas estabelecidas;

IX - supervisionar a atuação e o desempenho do Vice-Presidente de Riscos;

X - avaliar e reportar ao Conselho de Administração relatórios que tratem de processos de gestão de riscos e de capital;

XI - propor, com periodicidade mínima anual, recomendações ao Conselho de Administração sobre:

a) fixação e revisão dos níveis de apetite por riscos da CEF na Declaração de Appetite a Riscos;

b) as políticas, as estratégias e os limites de gerenciamento de riscos e de capital;

c) o programa de testes de estresse, conforme legislação vigente;

d) as políticas e as estratégias para a gestão de continuidade de negócios;

e) o plano de contingência de liquidez;

f) o plano de recuperação; e

g) o plano de capital e o plano de contingência de capital;

XII - elaborar, com periodicidade anual, no prazo de noventa dias, relativamente à data-base de 31 de dezembro, documento denominado "Relatório do Comitê Independente de Riscos", contendo, no mínimo, as seguintes informações:

a) descrição de sua composição;

b) relato das atividades exercidas no período;

c) avaliação anual de seu próprio desempenho;

d) execução do seu Plano de Trabalho;

e) principais medidas adotadas para garantir o cumprimento das políticas relacionadas à gestão de riscos e de capital; e

f) descrição das modificações nas políticas relacionadas à gestão de riscos e de capital realizadas no período e suas implicações para a CEF e suas partes interessadas;

XIII - elaborar e encaminhar para deliberação do Conselho de Administração, até o final do terceiro trimestre, proposta de plano de trabalho para o ano subsequente.



**CAPÍTULO IV**  
**EXERCÍCIO SOCIAL, DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS, LUCROS, RESERVAS,**  
**DIVIDENDOS E JUROS SOBRE O CAPITAL PRÓPRIO**

**SEÇÃO I****EXERCÍCIO SOCIAL**

Art. 84. O exercício social da CEF coincidirá com o ano civil e obedecerá, quanto às demonstrações financeiras aos preceitos deste Estatuto e da legislação pertinente.

**SEÇÃO II****DESTINAÇÃO DO LUCRO**

Art. 85. A CEF deverá elaborar demonstrações financeiras ao final de cada trimestre e divulgá-las em sítio eletrônico, conforme as regras de escrituração e elaboração de demonstrações financeiras contidas na Lei nº 6.404, de 15 de dezembro de 1976, assim como as normas do Conselho Monetário Nacional, do Banco Central do Brasil e da Comissão de Valores Mobiliários, inclusive a obrigatoriedade de auditoria independente por auditor registrado naquela autarquia, e balanços intermediários em qualquer data ou período, para fins de antecipação de pagamento de dividendos e juros sobre o capital próprio, observadas, ainda, as prescrições deste Estatuto.

§ 1º Outras demonstrações financeiras trimestrais, intermediárias ou extraordinárias serão preparadas, caso necessárias ou exigidas por legislação específica.

§ 2º Ao fim de cada exercício social, a Diretoria Executiva fará elaborar, com base na Lei nº 6.404, e 15 de dezembro de 1976 e nas normas da Comissão de Valores Mobiliários - CVM, e na escrituração contábil, as demonstrações financeiras aplicáveis às empresas de capital aberto, discriminando com clareza a situação do patrimônio da CEF e as mutações ocorridas no exercício.

§ 3º Após a absorção de eventuais prejuízos acumulados e deduzida a provisão para imposto de renda e contribuição social sobre o lucro líquido, o Conselho de Administração fixará a destinação dos resultados, para fins de aprovação da Assembleia Geral, observados os limites e as condições exigidos por lei, e na ordem a saber:

I - cinco por cento para constituição da reserva legal, destinada a assegurar a integridade do capital, observados os limites estipulados em lei;

II - constituição, se for o caso, de Reserva de Contingência, de Reservas de Lucros a Realizar e de Reserva de Incentivos Fiscais;

III - pagamento de dividendos, observado o disposto no artigo 86 deste Estatuto;

IV - reserva de retenção de lucros; e

V - reservas estatutárias, assim consideradas:

a) reserva de loterias, destinada à incorporação ao capital da CEF, conforme deliberação do Conselho de Administração, constituída por cem por cento do resultado das loterias, apurado na forma da legislação pertinente.

b) reserva de margem operacional, destinada à manutenção do desenvolvimento das operações ativas da CEF, a ser constituída mediante justificativa do percentual considerado de até cem por cento do saldo do lucro líquido após a destinação prevista nos incisos I a V do § 3º deste artigo, até o limite de oitenta por cento do capital social; e

c) reserva para equalização de dividendos, destinada a assegurar recursos para o pagamento de dividendos, constituída pela parcela de até vinte e cinco por cento do saldo do lucro líquido após a destinação prevista nos incisos I a V do § 3º deste artigo, até o limite de vinte por cento do capital social.

§ 4º O saldo das reservas de lucros, exceto as para contingências, de incentivos fiscais e de lucros a realizar, não poderá ultrapassar o capital social.

§ 5º Caso o saldo das reservas de lucros referido no § 4º ultrapasse o valor do capital social, o Conselho de Administração deliberará sobre aplicação do excedente na modificação do capital da CEF ou na distribuição de dividendos.

§ 6º O montante referente à reserva de loterias, que tenha sido realizado no exercício anterior, constituirá, na forma do disposto na legislação pertinente, objeto de proposta de modificação do capital da CEF.

**SEÇÃO III****DIVIDENDOS E JUROS SOBRE O CAPITAL PRÓPRIO**

Art. 86. A União é assegurada recebimento de dividendo mínimo e obrigatório equivalente a 25% (vinte e cinco por cento) do lucro líquido ajustado, como definido em lei e neste Estatuto.

§ 1º Para efeito do pagamento da remuneração de que trata o caput, poderá ser computado o valor creditado a título de juros sobre o capital próprio.

§ 2º Os valores dos dividendos e dos juros, a título de remuneração sobre capital próprio, sofrerão incidência de encargos financeiros equivalentes à taxa do Sistema Especial de Liquidação e de Custódia - Selic, a partir do encerramento do exercício social até o dia do efetivo recolhimento ou pagamento, sem prejuízo da incidência de juros moratórios quando esse recolhimento ou pagamento não se verificar na data fixada em lei ou assembleia geral, devendo ser considerada como a taxa diária, para a atualização desse valor durante os cinco dias úteis anteriores à data do pagamento ou recolhimento, a mesma taxa SELIC divulgada no quinto dia útil que antecede o dia da efetiva quitação da obrigação.

§ 3º Após levantado o balanço relativo ao primeiro semestre, poderá ser deliberado pelo Conselho de Administração, por proposta do Conselho Diretor, o pagamento de dividendo e juros sobre o capital próprio, a título de adiantamento por conta do dividendo do exercício, e, na forma da lei, no mínimo, vinte e cinco por cento do lucro líquido até então apurado, observadas as exceções e deduções previstas no caput e § 3º do artigo 85.

§ 4º Os valores antecipados, a título de dividendos ou juros sobre o capital próprio, serão corrigidos pela taxa do Sistema Especial de Liquidação e de Custódia - Selic, desde a data do efetivo pagamento até o encerramento do respectivo exercício social.

§ 5º A proposta sobre a destinação do lucro do exercício, após análise conclusiva dos órgãos internos da CEF, será submetida à aprovação da Assembleia Geral.

§ 6º O dividendo deverá ser pago, salvo deliberação em contrário da Assembleia Geral, no prazo de 60 dias da data em que for declarado e, em qualquer caso, dentro do exercício social.

§ 7º A CEF fará constar, em nota explicativa às suas demonstrações financeiras, os valores, na data da elaboração, da maior e menor remuneração pagas a seus empregados e administradores, computadas as vantagens e benefícios efetivamente percebidos, e o salário médio de seus empregados e dirigentes.

**CAPÍTULO V****UNIDADES INTERNAS DE GOVERNANÇA CORPORATIVA****SEÇÃO I****DESCRIÇÃO**

Art. 87. A CEF terá auditoria interna, área de conformidade e gestão de riscos e ouvidoria.

Parágrafo único. O Conselho de Administração estabelecerá Política de Seleção para os titulares dessas unidades, com assessoramento do Comitê de Pessoas, Elegibilidade, Sucessão e Remuneração.

**SEÇÃO II****AUDITORIA INTERNA**

Art. 88. A Auditoria Interna da CEF vincula-se diretamente ao Conselho de Administração e se sujeita à orientação normativa e supervisão técnica do Sistema de Controle Interno do Poder Executivo.

Art. 89. Compete à área de Auditoria Interna, sem prejuízo de outras competências previstas na legislação e em seu regulamento interno:

I - executar as atividades de auditoria de natureza contábil, financeira, orçamentária, administrativa, patrimonial e operacional da CEF;

II - propor as medidas preventivas e corretivas dos desvios detectados;

III - verificar o cumprimento e a implementação pela CEF das recomendações ou determinações da Controladoria-Geral da União - CGU, do Tribunal de Contas da União - TCU e do Conselho Fiscal;

IV - outras atividades correlatas definidas pelo Conselho de Administração; e

V - avaliar a adequação do controle interno, a efetividade do gerenciamento dos riscos e dos processos de governança corporativa e a confiabilidade do processo de coleta, mensuração, classificação, acumulação, registro e divulgação de eventos e transações, visando ao preparo de demonstrações financeiras.

Parágrafo único. Serão enviados relatórios trimestrais ao Comitê de Auditoria sobre as atividades desenvolvidas pela área de auditoria interna.

**SEÇÃO III****ÁREAS DE CONFORMIDADE E GERENCIAMENTO DE RISCOS**

Art. 90. As áreas de Conformidade e de Gerenciamento de Riscos ficarão sob a supervisão direta do Vice-Presidente Riscos, vinculado à Presidência da CEF, e podendo ter outras competências na forma da lei, normas e deste Estatuto.

§ 1º A gestão da integridade será conduzida pelo Diretor Executivo responsável pela área de Controles Internos.

§ 2º O Vice-Presidente designado para as áreas descritas no caput responderá perante o Banco Central do Brasil pelo acompanhamento, supervisão e cumprimento de normas, processos e controles relativos à estrutura de gerenciamento de riscos e de capital.

§ 3º As unidades responsáveis pela formulação de políticas e gestão de risco de crédito devem ser segregadas das unidades de negociação e da unidade executora da atividade de auditoria interna.

§ 4º As áreas de Conformidade e de Gerenciamento de Riscos reportar-se-ão diretamente ao Conselho de Administração em situações em que se suspeite do envolvimento do Presidente da CEF em irregularidades ou quando este se furtar à obrigação de adotar medidas necessárias em relação à situação a ele relatada.

Art. 91. As áreas de Conformidade e de Gerenciamento de Riscos competem:

I - propor políticas de conformidade e gerenciamento de riscos para a CEF, as quais deverão ser periodicamente revistas e aprovadas pelo Conselho de Administração, e comunicá-las a todo o corpo funcional da organização;

II - verificar a aderência da estrutura organizacional e dos processos, produtos e serviços da CEF às leis, normativos, políticas e diretrizes internas e demais regulamentos aplicáveis;

III - comunicar à Diretoria Executiva, aos Conselhos de Administração e Fiscal e ao Comitê de Auditoria a ocorrência de ato ou conduta em desacordo com as normas aplicáveis à CEF;

IV - verificar a aplicação adequada do princípio da segregação de funções, de forma que seja evitada a ocorrência de fraudes;

V - verificar o cumprimento do Código de Conduta e Integridade, conforme artigo 18 do Decreto nº 8.945, de 27 de dezembro de 2016, bem como promover treinamentos periódicos aos empregados e dirigentes da CEF sobre o tema;

VI - coordenar os processos de identificação, classificação e avaliação dos riscos a que está sujeita a CEF;

VII - coordenar a elaboração e monitorar os planos de ação para mitigação dos riscos identificados, verificando continuamente a adequação e a eficácia da gestão de riscos;

VIII - estabelecer planos de contingência para os principais processos de trabalho da organização;

IX - elaborar relatórios periódicos de suas atividades, submetendo-os aos Comitês vinculados à Diretoria Executiva, aos Conselhos de Administração e Fiscal e ao Comitê de Auditoria;

X - disseminar a importância da Conformidade e do Gerenciamento de Riscos, bem como a responsabilidade de cada área da CEF nestes aspectos; e

XI - outras atividades correlatas definidas pelo Vice-Presidente ao qual se vincula.

**SEÇÃO IV****OUVIDORIA**

Art. 92. A CEF disporá em sua estrutura organizacional de uma Ouvidoria, que se vincula ao Conselho de Administração, ao qual deverá se reportar diretamente, com a atribuição de assegurar a estrita observância das normas legais e regulamentares relativas aos direitos do consumidor e de atuar como canal de comunicação entre a CEF e os clientes e usuários de seus produtos e serviços, inclusive na mediação de conflitos, nos termos da lei, deste Estatuto e regulamento interno.

§ 1º O Ouvidor da CEF será designado por meio de escolha do Conselho de Administração, a partir de lista tripartite elaborada pelo Presidente da CEF, conforme regulamento específico, observada a legislação pertinente.

§ 2º A função de Ouvidor da CEF será desempenhada por empregado(a) que compõe o quadro de pessoal próprio da CEF.

§ 3º O tempo de duração máximo do mandato de Ouvidor da CEF é de 36 (trinta e seis) meses de permanência, prorrogável por igual período pelo Conselho de Administração, observada a legislação pertinente.

§ 4º Finda a prorrogação referida no § 3º do caput, é permitida a prorrogação da designação do Ouvidor por mais 365 (trezentos e sessenta e cinco) dias, se houver excepcional autorização pelo Conselho de Administração, nos termos da legislação vigente.

§ 5º O Ouvidor da CEF que for destituído do cargo, inclusive a pedido, só poderá voltar a ocupar a mesma função na empresa após o interstício de 36 (trinta e seis) meses.

§ 6º A atuação da Ouvidoria será pautada pela transparência, independência, imparcialidade e isenção, sendo dotada de condições adequadas para o seu efetivo funcionamento.

§ 7º A Ouvidoria terá assegurado o acesso às informações necessárias para a sua atuação, podendo, para tanto, requisitar informações e documentos, observada a legislação relativa ao sigilo bancário.

Art. 93. Compete à Ouvidoria, sem prejuízo de outras competências legais:

I - receber, e examinar sugestões e reclamações, visando melhorar o atendimento da CEF em relação a demandas de investidores, empregados, fornecedores, clientes, usuários e sociedade em geral;

II - receber e examinar denúncias internas e externas, inclusive sigilosas, relativas às atividades da CEF;

III - prestar esclarecimentos aos interessados acerca do andamento das demandas, informando o prazo previsto para resposta final, na forma de legislação vigente;

IV - encaminhar resposta conclusiva para as demandas no prazo de lei;

V - manter o Conselho de Administração informado sobre os problemas e deficiências detectadas no cumprimento de suas atribuições e sobre o resultado das medidas adotadas pelos administradores para solucioná-los;

VI - elaborar e encaminhar à auditoria interna, ao Comitê de Auditoria e ao Conselho de Administração, ao final de cada semestre, relatório quantitativo e qualitativo acerca da atuação da Ouvidoria no cumprimento de suas atribuições;

VII - informar a respeito das atividades da Ouvidoria, conforme periodicidade exigida em lei, ao Conselho de Administração; e

VIII - outras atividades correlatas definidas pelo Conselho de Administração.

§ 1º A Ouvidoria da CEF deverá dar encaminhamento aos procedimentos necessários para a solução dos problemas suscitados, e fornecer meios suficientes para os interessados acompanharem as providências adotadas.

§ 2º O Ouvidor responderá perante o Banco Central do Brasil pelo acompanhamento e supervisão das atividades afetas à Ouvidoria, sendo-lhe permitido exercer outras atividades na CEF, exceto a de responsável pela administração de áreas segregadas.

**CAPÍTULO VI****PESSOAL****SEÇÃO I****REGRAS GERAIS**

Art. 94. Os empregados estarão sujeitos ao regime jurídico da Consolidação das Leis do Trabalho - CLT, à legislação complementar e aos regulamentos internos da CEF.

§ 1º A admissão de empregados será realizada mediante prévia aprovação em concurso público de provas ou de provas e títulos.

§ 2º Os requisitos para o provimento de cargos, exercício de funções e respectivos salários, serão fixados em plano de cargos e salários e plano de funções.



§ 3º Os cargos em comissão de livre nomeação e exoneração, aprovados pelo Conselho de Administração nos termos deste Estatuto, serão submetidos, nos termos da lei, à aprovação da Secretaria de Coordenação e Governança das Empresas Estatais - SEST, que fixará, também, o limite de seu quantitativo.

§ 4º A participação da CEF no custeio dos benefícios de assistência à saúde será limitada ao percentual de 6,5% (seis e meio por cento) das folhas de pagamento e proventos, excluídos os valores referentes ao Regime Geral de Previdência Social - RGPS;

§ 5º O cálculo estabelecido no § 4º deste artigo deverá levar em consideração os gastos com o custeio da assistência à saúde dos aposentados e pensionistas e o valor de sua respectiva folha de proventos, exceto os valores referentes ao RGPS.

§ 6º Para efeito do cálculo estabelecido no caput deste parágrafo consideram-se:

I - benefício de assistência à saúde: oferta de plano de assistência à saúde por autogestão ou adquirido no mercado, reembolso de despesas, auxílio saúde ou qualquer outra modalidade de fornecimento de benefícios;

II - custeio de benefícios de assistência à saúde: valores gastos pela CEF para custear o benefício de assistência à saúde dos seus empregados, inclusive para aqueles que possuam o benefício no pós-emprego, incluídos os custos administrativos e tributários;

III - folha de pagamento: corresponde à soma das verbas salariais pagas no ano pela CEF aos seus empregados, incluído o salário-condição e os encargos sociais e excluídos os valores pagos a título de diárias, de conversão em espécie de direitos, de indenização, de reembolsos, de auxílios e demais verbas de caráter não salarial e o salário in natura; e

IV - folha de proventos: corresponde à soma dos valores recebidos pelos aposentados e pensionistas a título de renda anual de aposentadoria ou pensão, pagos pela CEF e pela entidade fechada de previdência complementar que decorreu do contrato de trabalho com a empresa estatal, excluídos os valores recebidos do RGPS, estes últimos, independentemente da fonte pagadora.

§ 7º Até o exercício de 2020, o valor do custeio de benefícios de assistência à saúde deverá estar adequado ao limite estabelecido no § 4º, após esse período, a CEF não poderá arcar com custeio superior a esse limite.

SEÇÃO II

CORREGEDORIA

Art. 95. A CEF contará em sua estrutura organizacional com uma área responsável pela correção das atividades funcionais e da conduta dos seus empregados e membros dos órgãos estatutários, inclusive de forma preventiva e pedagógica, com sugestões de melhoria das atividades e processos de trabalhos.

§ 1º A atuação da área de Corregedoria será pautada pela transparência, independência técnica, imparcialidade e isenção, sendo dotada de condições adequadas para o seu efetivo funcionamento, nos termos da lei e deste Estatuto.

§ 2º A área de Corregedoria terá assegurado o acesso às informações necessárias para a sua atuação, podendo, para tanto, requisitar informações e documentos para o exclusivo exercício de suas atividades nos termos da lei e deste Estatuto.

§ 3º A pretensão disciplinar decorrente da atividade de correção será exercida nos termos deste Estatuto e das normas internas da CEF.

Ministério da Educação

GABINETE DO MINISTRO

RETIFICAÇÃO

Na Portaria MEC nº 322, de 8 de fevereiro de 2019, publicada no Diário Oficial da União - DOU nº 29, de 11 de fevereiro de 2019, Seção 1, p. 39, que tratou do recredenciamento da Faculdade de Administração da Fespp (FADFPSP), onde se lê: "Rua Dr. Cesário Motta Júnior, nº 262, bairro Vila Buarque, no Município de São Paulo, no Estado de São Paulo", leia-se: "Rua General Jardim, nº 522, Bairro Vila Buarque, no Município de São Paulo, no Estado de São Paulo", conforme da Nota Técnica nº 79 /2021/CGOES/DREG/SERES/MEC, de 7 de outubro de 2021. (Registro e-MEC nº 20073546 e Processo SEI nº 23000.008411/2019-67).

INSTITUTO FEDERAL DE EDUCAÇÃO, CIÊNCIA E TECNOLOGIA DE SERGIPE

PORTARIAS DE 19 DE NOVEMBRO DE 2021

A REITORA DO INSTITUTO FEDERAL DE SERGIPE, nomeada pelo Decreto de 03/10/2018, publicado no DOU de 04 subsequente, no uso das atribuições que lhe confere a Lei nº 11.892/2008, resolve:

Nº 2.686 - Art. 1º Extinguir o Departamento de Normas, Seleção e Desenvolvimento de Pessoal - DNSDP, código CD-04, subordinado à Pró-Reitoria de Gestão de Pessoas - PROGEP/Reitoria.

Nº 2.687 - Art. 1º Criar o Departamento de Normas e Apoio à Legislação - DNAL, código CD-04, subordinado à Pró-Reitoria de Gestão de Pessoas - PROGEP/Reitoria. §1º Ao Departamento de Normas e Apoio à Legislação - DNAL, subordinam-se o Núcleo de Análise de Processos Administrativos - NAPA, o Núcleo de Apoio Jurídico - NAPIUR, o Núcleo de Apoio à Recuperação de Valores - NAREC e o Núcleo de Apoio a Auditorias - NAUD.

Nº 2.688 - Art. 1º Criar o Departamento de Seleção e Desenvolvimento de Pessoas - DSDP, subordinado à Pró-Reitoria de Gestão de Pessoas - PROGEP/Reitoria.

§1º Ao Departamento de Seleção e Desenvolvimento de Pessoas - DSDP, subordinam-se a Coordenadoria de Desenvolvimento de Pessoas - CDPE e a Coordenadoria de Seleção e Contratos - CSC.

Art. 2º Remanejar a CD-04 da Coordenadoria de Publicação, Reitoria para o Departamento de Seleção e Desenvolvimento de Pessoas - DSDP/PROGEP/Reitoria.

Art. 3º Estas Portarias entram em vigor nesta data, com efeitos a partir de 22/11/2021.

RUTH SALES GAMA DE ANDRADE

INSTITUTO FEDERAL DE EDUCAÇÃO, CIÊNCIA E TECNOLOGIA SUL-RIO-GRANDENSE

CONSELHO SUPERIOR

RESOLUÇÃO CONSUP/IFSU Nº 64, DE 22 DE NOVEMBRO DE 2021

Altera o Regimento Geral do Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia Sul-rio-grandense.

O Presidente do Conselho Superior do Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia Sul-rio-grandense, no uso das suas atribuições legais que lhe confere a Lei nº 11.892 de 29/12/2008 e conforme deliberação do Conselho Superior, em reunião ordinária, realizada em 19 de novembro de 2021, resolve:

Art. 1º Revogar os seguintes dispositivos do Regimento Geral do Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia Sul-rio-grandense (IFSU):

- I - inciso VI do art. 16;
- II - inciso I do art. 108;
- III - art. 110;
- IV - art. 111;
- V - art. 112;
- VI - art. 113;

- VII - alínea b) do inciso I do art. 121;
  - VIII - art. 127;
  - IX - seção XIV; e
  - X - alínea b) do § 7º do art. 157.
- Art. 2º O art. 26 do Regimento Geral do IFSU passa a vigorar acrescido do seguinte inciso:

"Art. ....  
XIV. Departamento de Seleção (DES):  
a) Coordenadoria de Processos Seletivos (CPS). (NR)"  
Art. 3º O art. 27 do Regimento Geral do IFSU passa a vigorar acrescido do seguinte inciso:  
"Art. ....  
27.

.....  
XXV. supervisionar os processos de seleção de estudantes e de servidores do IFSU. (NR)"  
Art. 4º O art. 108 do Regimento Geral do IFSU passa a vigorar acrescido do seguinte inciso:  
"Art. ....  
108.

.....  
III. Coordenadoria de Gestão de Logística e Frota (CGLF). (NR)"  
Art. 5º O art. 109 do Regimento Geral do IFSU passa a vigorar acrescido do seguinte inciso:  
"Art. ....  
108.

.....  
V. supervisionar os processos de gestão de logística e frota da reitoria. (NR)"  
Art. 6º Acrescer os arts. 44-A, 44-B e 44-C, 44-D e 114-A ao Regimento Geral do IFSU:

"Art. 44-A. O Departamento de Seleção é o órgão responsável pela coordenação dos processos seletivos de ingresso de alunos e servidores.

Art. 44-B. Os processos de seleção possuem um Regulamento Próprio aprovado pelo Conselho Superior.

Art. 44-C. Ao Departamento de Seleção compete:

I. planejar, coordenar, executar, supervisionar e avaliar a realização dos processos de:

- a) seleção para ingresso de discentes;
- b) concursos públicos para servidores efetivos; e
- c) seleção de professores substitutos e temporários.

II. estabelecer normas de supervisão de provas;

III. propor estudos sobre os processos seletivos, vestibular e concursos públicos, com vistas ao seu aperfeiçoamento;

IV. compor as equipes de elaboração e supervisão de provas; e

V. adotar mecanismos que fortaleçam a segurança do material sob sua responsabilidade.

Art. 44-D. À Coordenadoria de Processos Seletivos compete:

I. executar os Concursos Públicos, Processos Seletivos e do Vestibular;

II. representar o Departamento de Seleção junto ao ENEM/SISU e outras instituições;

III. assessorar as atividades ligadas ao Departamento de Seleção; e

IV. providenciar as alterações do sistema computacional exigidas para o atendimento às orientações sobre novas sistematizações dos Processos Seletivos e do Vestibular.

Art. 114-A. À Coordenadoria de Gestão de Logística e Frota compete:

I. coordenar e executar os serviços relacionados ao transporte e de manutenção da frota de veículos da Reitoria;

II. atualizar e manter atualizados relacionados a frota de veículos da Reitoria;

III. assessorar a utilização da frota de veículos da Reitoria; e

IV. avaliar e desenvolver métodos de execução visando à segurança, economicidade e eficiência dos serviços relacionados ao transporte e de manutenção da frota de veículos da Reitoria. (NR)"

Art. 7º O inciso II do art. 109 do Regimento Geral do IFSU passa a vigorar com a seguinte redação:

"Art. ....  
109.

.....  
II. supervisionar os processos de seleção de estagiários da Reitoria; (NR)"

Art. 8º As alíneas do § 6º do art. 157 do Regimento Geral do IFSU passam a vigorar com a seguinte redação:

"Art. ....  
157.

.....  
§ 6º

a) Núcleo de Apoio às Pessoas com Necessidades Específicas (NAPNE): responsável por mediar e/ou desenvolver ações de apoio e acompanhamento a estudantes, servidores e servidores com necessidades específicas;

b) Núcleo de Estudos Afro-brasileiros e Indígenas (NEABI): responsável pelo acompanhamento das questões relacionadas à esfera étnico-racial;

c) Núcleo de Gestão Ambiental Integrada (NUGAI): responsável pela implementação e monitoramento do Sistema de Gestão Ambiental; e

d) Núcleo de Gênero e Diversidade Sexual (NUGEDS): responsável pelo acompanhamento às questões relacionadas a gênero e diversidade sexual. (NR)"

Art. 9º Esta Resolução entra em vigor em 19 de dezembro de 2021.

FLAVIO LUIZ BARBOSA NUNES

RESOLUÇÃO CONSUP/IFSU Nº 82, DE 22 DE NOVEMBRO DE 2021

Altera o Regimento Interno do câmpus Sapucaia do Sul do Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia Sul-rio-grandense.

O Presidente do Conselho Superior do Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia Sul-rio-grandense, no uso das suas atribuições legais que lhe confere a Lei nº 11.892 de 29/12/2008 e conforme deliberação do Conselho Superior, em reunião ordinária realizada em 19 de novembro de 2021, resolve:

Art. 1º Revogar os seguintes dispositivos do Regimento Interno do câmpus Sapucaia do Sul:

- I - incisos III, V, VI, VII e VIII do art. 4º;
  - II - inciso VI do art. 7º;
  - III - capítulo III;
  - IV - incisos VI, VII, VIII e X do art. 28;
  - V - inciso I do art. 43;
  - VI - parágrafo único do art. 68.
- Art. 2º O art. 4º do Regimento Interno do câmpus Sapucaia do Sul passa a vigorar acrescido dos seguintes incisos:

"Art. 4º

V-A - Diretoria de Ensino, Pesquisa e Extensão (DIREPE);

a) Departamento de Ensino (DEPEN);

I. Coordenadoria de Assistência Estudantil (CAE);

II. Coordenadoria Pedagógica (COPED);

III. Coordenadoria de Registros Acadêmicos (CORAC);

1. Coordenadoria de Apoio à Diplomação, Arquivo e Cadastro (COADAC);

IV. Coordenadoria de Biblioteca (COB);


V. Coordenadoria de Apoio Acadêmico (COAA); e

VI. Coordenações de Cursos.

b) Departamento de Pesquisa, Extensão e Pós-graduação (DEPEP);

1. Coordenadoria de Pesquisa e Inovação (COPPI); e



 <b>REPÚBLICA FEDERATIVA DO BRASIL</b> <b>CADASTRO NACIONAL DA PESSOA JURÍDICA</b>	
NÚMERO DE INSCRIÇÃO <b>00.360.305/0001-04</b> <b>MATRIZ</b>	DATA DE ABERTURA <b>03/02/1971</b>
<b>COMPROVANTE DE INSCRIÇÃO E DE SITUAÇÃO CADASTRAL</b>	
NOME EMPRESARIAL <b>CAIXA ECONOMICA FEDERAL</b>	
TÍTULO DO ESTABELECIMENTO (NOME DE FANTASIA) <b>CEF MATRIZ</b>	PORTE <b>DEMAIS</b>
CÓDIGO E DESCRIÇÃO DA ATIVIDADE ECONÔMICA PRINCIPAL <b>64.23-9-00 - Caixas econômicas</b>	
CÓDIGO E DESCRIÇÃO DAS ATIVIDADES ECONÔMICAS SECUNDÁRIAS <b>Não Informada</b>	
CÓDIGO E DESCRIÇÃO DA NATUREZA JURÍDICA <b>201-1 - Empresa Pública</b>	
LOGRADOURO <b>ST BANCARIO SUL QUADRA 04</b>	NÚMERO <b>34</b>
CEP <b>70.092-900</b>	COMPLEMENTO <b>BLOCO A</b>
ENDEREÇO ELETRÔNICO	MUNICÍPIO <b>BRASILIA</b>
TELEFONE <b>(61) 3521-8600</b>	UF <b>DF</b>
ENTE FEDERATIVO RESPONSÁVEL (EFR) <b>UNIAO</b>	
SITUAÇÃO CADASTRAL <b>ATIVA</b>	DATA DA SITUAÇÃO CADASTRAL <b>03/11/2005</b>
MOTIVO DE SITUAÇÃO CADASTRAL	
SITUAÇÃO ESPECIAL *****	DATA DA SITUAÇÃO ESPECIAL *****





**TJDFT**

Poder Judiciário da União  
TRIBUNAL DE JUSTIÇA DO DISTRITO FEDERAL E DOS TERRITÓRIOS



**CERTIDÃO POSITIVA DE DISTRIBUIÇÃO (AÇÕES DE FALÊNCIAS E RECUPERAÇÕES JUDICIAIS)  
1ª e 2ª Instâncias**

**CERTIFICAMOS que**, após consulta aos registros eletrônicos de distribuição de ações de falências e recuperações judiciais disponíveis até 04/02/2022, **CONSTA** contra o nome por extenso e CPF/CNPJ de:

**CAIXA ECONOMICA FEDERAL**  
00.360.305/0001-04

- Impugnação de crédito, 0726728-59.2019.8.07.0015 (Res.65 - CNJ), distribuído para Vara de Falências, Recuperações Judiciais, Insolvência Civil e Litígios Empresariais do DF em 24/10/2019, Falência.

**OBSERVAÇÕES:**

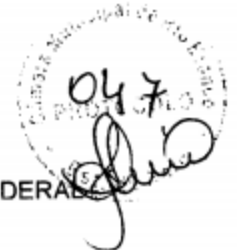
- a) Os dados de identificação são de responsabilidade do solicitante da certidão, devendo a titularidade ser conferida pelo interessado e pelo destinatário.
- b) A certidão será emitida de acordo com as informações inseridas no banco de dados. Em caso de exibição de processos com dados desatualizados, o interessado deverá requerer a atualização junto ao juízo ou órgão julgador.
- c) A certidão será negativa quando não for possível a individualização dos processos por carência de dados do Poder Judiciário. (artigo 8º, § 2º da Resolução 121/CNJ).
- d) A certidão cível contempla ações cíveis, execuções fiscais, execuções e insolvências civis, falências, recuperações judiciais, recuperações extrajudiciais, inventários, interdições, tutelas e curatelas. A certidão criminal compreende os processos criminais, os processos criminais militares e as execuções penais. Demais informações sobre o conteúdo das certidões, consultar em [www.tjdft.jus.br](http://www.tjdft.jus.br), no menu Serviços, Certidões, Certidão Nada Consta, Tipos de Certidão.
- e) A certidão cível atende ao disposto no inciso II do artigo 31 da Lei 8.666/1993.
- f) Medida prevista no artigo 26 do Código Penal, sentença não transitada em julgado.

- A autenticidade deverá ser confirmada no site do TJDFT ([www.tjdft.jus.br](http://www.tjdft.jus.br)), no menu Serviços, Certidões, Certidão Nada Consta, Validar Certidão - autenticar, informando-se o número do selo digital de segurança impresso.**

Emitida gratuitamente pela internet em: 04/02/2022

Selo digital de segurança: **2022.CTD.MGC9.SJGZ.BRUD.KXKX.PNP6**

\*\*\* VÁLIDA POR 30 (TRINTA) DIAS \*\*\*



# CADASTRO FISCAL DO DISTRITO FEDERAL

COMPROVANTE DE INSCRIÇÃO E DE SITUAÇÃO NO CADASTRO FISCAL DO DISTRITO FEDERAL  
DIF

Imprimir

CF/DF 07.312.825/001-75

CPF/CNPJ 00.360.305/0001-04

DataConcessão 19/07/2000

Denominação social CAIXA ECONOMICA FEDERAL

Título do Estabelecimento - Nome Fantasia CEF MATRIZ

Natureza Jurídica/Tipo de Contribuinte EMPRESA PUBLICA

Qualificação do Contribuinte ISS EMPRESA

FAC - Número do Protocolo

964-01870/96

Data de enquadramento no  
ISS

15/05/1970

Data de enquadramento no  
ICMS

XXXXXXXXXX

Regime de Tributação do ISS REGIME NORMAL DE  
APURACAO

Faixa do ISS XX

Regime de Tributação do ICMS

Faixa do ICMS XX

XXXXXXXXXXXXXXXXXXXXXXXXXXXX

Descrição Atividade Econômica do ISS CAIXAS ECONOMICAS

Código da Atividade - ISS K6423-9/00-00

Data de Início de Atividade - ISS 15/05/1970

Descrição da Atividade Econômica do ICMS XXXXXXXXXXXXXXXXXXXXXXXXXXXXXXXX

Código da Atividade - ICMS XXXXXXXXXX

Data de Início de Atividade - ICMS XXXXXXXXXX

Endereço SBS QUADRA 4 BLOCO A LOTES 3/4 SETOR S/N PRESII/SEGER 110 ANDAR

CEP 70.092-900

Bairro ASA SUL

Cidade BRASILIA

UF DF

Situação Cadastral ATIVA

Data 24/03/2020

Este documento foi emitido no dia 24/03/2020 na Internet pelo portal Agênci@Net  
e poderá ser reimpresso no endereço <http://publica.agencianet.fazenda.df.gov.br>.



PODER JUDICIÁRIO  
JUSTIÇA DO TRABALHO

**CERTIDÃO POSITIVA DE DÉBITOS TRABALHISTAS  
COM EFEITO DE NEGATIVA**



Nome: CAIXA ECONOMICA FEDERAL (MATRIZ E FILIAIS)  
CNPJ: 00.360.305/0001-04  
Certidão n°: 55433664/2021  
Expedição: 01/12/2021, às 10:13:03  
Validade: 29/05/2022 - 180 (cento e oitenta) dias, contados da data de sua expedição.

Certifica-se que CAIXA ECONOMICA FEDERAL (MATRIZ E FILIAIS), inscrito(a) no CNPJ sob o n° 00.360.305/0001-04, CONSTA do Banco Nacional de Devedores Trabalhistas em face do inadimplemento de obrigações estabelecidas no(s) processo(s) abaixo, com débito garantido ou exigibilidade suspensa:

0010550-77.2015.5.01.0001 - TRT 01ª Região \*  
0101364-04.2016.5.01.0001 - TRT 01ª Região \*  
0011428-27.2014.5.01.0004 - TRT 01ª Região \*  
0046800-46.2005.5.01.0006 - TRT 01ª Região \*  
0173500-64.2005.5.01.0007 - TRT 01ª Região \*  
0018400-79.1997.5.01.0013 - TRT 01ª Região \*  
0140500-16.2009.5.01.0013 - TRT 01ª Região \*  
0133300-88.2005.5.01.0015 - TRT 01ª Região \*  
0102500-62.1991.5.01.0017 - TRT 01ª Região \*  
0001124-57.2010.5.01.0020 - TRT 01ª Região \*  
0011195-39.2015.5.01.0022 - TRT 01ª Região \*  
0031900-02.2008.5.01.0023 - TRT 01ª Região \*  
0010760-33.2013.5.01.0023 - TRT 01ª Região \*  
0137700-46.2004.5.01.0027 - TRT 01ª Região \*  
0074600-83.2005.5.01.0027 - TRT 01ª Região \*  
0110500-27.2005.5.01.0028 - TRT 01ª Região \*  
0000400-02.2005.5.01.0029 - TRT 01ª Região \*  
0175700-75.2005.5.01.0029 - TRT 01ª Região \*  
0232700-74.1989.5.01.0035 - TRT 01ª Região \*  
0145700-50.1991.5.01.0040 - TRT 01ª Região \*  
0182000-14.2005.5.01.0042 - TRT 01ª Região \*  
0145100-61.2007.5.01.0042 - TRT 01ª Região \*  
0063600-36.2008.5.01.0042 - TRT 01ª Região \*  
0028200-77.1993.5.01.0044 - TRT 01ª Região \*  
0010100-69.1996.5.01.0044 - TRT 01ª Região \*  
0054400-89.1991.5.01.0045 - TRT 01ª Região \*  
0010061-39.2014.5.01.0045 - TRT 01ª Região \*



PODER JUDICIÁRIO  
JUSTIÇA DO TRABALHO



0057800-79.2003.5.01.0049 - TRT 01ª Região \*

0010170-75.2013.5.01.0049 - TRT 01ª Região \*

0121800-31.2007.5.01.0055 - TRT 01ª Região \*

0068300-60.2006.5.01.0063 - TRT 01ª Região \*

0010306-27.2013.5.01.0064 - TRT 01ª Região \*

0156800-18.2005.5.01.0070 - TRT 01ª Região \*\*

0045600-03.2005.5.01.0071 - TRT 01ª Região \*

0000696-36.2012.5.01.0075 - TRT 01ª Região \*

0142900-46.2009.5.01.0225 - TRT 01ª Região \*

0222200-97.1995.5.01.0241 - TRT 01ª Região \*

0010477-26.2013.5.01.0244 - TRT 01ª Região \*

0178400-47.2008.5.01.0246 - TRT 01ª Região \*

0011111-73.2014.5.01.0248 - TRT 01ª Região \*

0011436-48.2014.5.01.0248 - TRT 01ª Região \*

0284700-03.2000.5.01.0282 - TRT 01ª Região \*

0000286-10.2011.5.01.0302 - TRT 01ª Região \*

0000911-78.2010.5.01.0302 - TRT 01ª Região \*

0001483-29.2013.5.01.0302 - TRT 01ª Região \*

0101862-36.2017.5.01.0302 - TRT 01ª Região \*

0001656-32.2010.5.01.0343 - TRT 01ª Região \*

0000015-66.2010.5.01.0421 - TRT 01ª Região \*

0088700-90.1998.5.01.0511 - TRT 01ª Região \*

0103900-88.2008.5.01.0511 - TRT 01ª Região \*

0154800-12.2007.5.01.0511 - TRT 01ª Região \*

0183500-37.2003.5.01.0511 - TRT 01ª Região \*

0022900-97.2002.5.02.0010 - TRT 02ª Região \*\*

0041600-48.2007.5.02.0010 - TRT 02ª Região \*\*

0319900-45.2000.5.02.0023 - TRT 02ª Região \*

0092700-41.2000.5.02.0025 - TRT 02ª Região \*\*

0236800-97.2002.5.02.0032 - TRT 02ª Região \*\*

0174700-91.2007.5.02.0045 - TRT 02ª Região \*

0214000-06.2007.5.02.0063 - TRT 02ª Região \*\*

0294500-94.2005.5.02.0074 - TRT 02ª Região \*

0309800-58.2003.5.02.0077 - TRT 02ª Região \*\*

0001209-63.2012.5.02.0402 - TRT 02ª Região \*\*

0000814-47.2013.5.02.0431 - TRT 02ª Região \*

0000104-73.2010.5.02.0482 - TRT 02ª Região \*

1001325-78.2015.5.02.0521 - TRT 02ª Região \*

0010007-83.2016.5.03.0001 - TRT 03ª Região \*

0001625-03.2013.5.03.0003 - TRT 03ª Região \*

0032900-07.2008.5.03.0015 - TRT 03ª Região \*\*

0056500-14.2009.5.03.0018 - TRT 03ª Região \*





PODER JUDICIÁRIO  
JUSTIÇA DO TRABALHO



0001049-16.2014.5.03.0022 - TRT 03ª Região \*  
0001530-32.2013.5.03.0048 - TRT 03ª Região \*  
0010152-52.2017.5.03.0051 - TRT 03ª Região \*  
0010668-67.2020.5.03.0051 - TRT 03ª Região \*  
0010110-28.2021.5.03.0062 - TRT 03ª Região \*  
0001167-96.2010.5.03.0065 - TRT 03ª Região \*  
0001587-33.2012.5.03.0065 - TRT 03ª Região \*  
0000892-63.2012.5.03.0135 - TRT 03ª Região \*  
0001462-40.2014.5.03.0180 - TRT 03ª Região \*  
0063400-73.2005.5.04.0002 - TRT 04ª Região \*  
0023900-29.2007.5.04.0002 - TRT 04ª Região \*  
0000028-77.2010.5.04.0002 - TRT 04ª Região \*  
0000883-22.2011.5.04.0002 - TRT 04ª Região \*  
0022300-38.2005.5.04.0003 - TRT 04ª Região \*  
0084800-38.2008.5.04.0003 - TRT 04ª Região \*  
0101100-75.2008.5.04.0003 - TRT 04ª Região \*  
0091600-48.2009.5.04.0003 - TRT 04ª Região \*  
0038800-79.2005.5.04.0004 - TRT 04ª Região \*  
0001500-49.2006.5.04.0004 - TRT 04ª Região \*  
0034500-40.2006.5.04.0004 - TRT 04ª Região \*  
0042300-16.2006.5.04.0006 - TRT 04ª Região \*  
0032300-20.2007.5.04.0006 - TRT 04ª Região \*  
0080000-89.2007.5.04.0006 - TRT 04ª Região \*  
0062700-12.2001.5.04.0011 - TRT 04ª Região \*  
0053200-14.2004.5.04.0011 - TRT 04ª Região \*  
0055100-56.2009.5.04.0011 - TRT 04ª Região \*  
0000428-24.2011.5.04.0013 - TRT 04ª Região \*  
0109200-87.2002.5.04.0016 - TRT 04ª Região \*  
0000671-56.2011.5.04.0016 - TRT 04ª Região \*  
0035200-73.2003.5.04.0019 - TRT 04ª Região \*  
0091100-02.2007.5.04.0019 - TRT 04ª Região \*  
0091800-24.1997.5.04.0020 - TRT 04ª Região \*  
0114200-56.2002.5.04.0020 - TRT 04ª Região \*  
0050300-94.2005.5.04.0020 - TRT 04ª Região \*  
0074100-54.2005.5.04.0020 - TRT 04ª Região \*  
0090800-71.2006.5.04.0020 - TRT 04ª Região \*  
0111400-16.2006.5.04.0020 - TRT 04ª Região \*  
0006000-76.2007.5.04.0020 - TRT 04ª Região \*  
0032600-03.2008.5.04.0020 - TRT 04ª Região \*  
0033800-45.2008.5.04.0020 - TRT 04ª Região \*  
0063000-97.2008.5.04.0020 - TRT 04ª Região \*  
0146200-02.2008.5.04.0020 - TRT 04ª Região \*



PODER JUDICIÁRIO  
JUSTIÇA DO TRABALHO



0139600-28.2009.5.04.0020 - TRT 04ª Região \*  
0150500-70.2009.5.04.0020 - TRT 04ª Região \*  
0150600-25.2009.5.04.0020 - TRT 04ª Região \*  
0000054-21.2010.5.04.0020 - TRT 04ª Região \*  
0000406-76.2010.5.04.0020 - TRT 04ª Região \*  
0000880-13.2011.5.04.0020 - TRT 04ª Região \*  
0000966-81.2011.5.04.0020 - TRT 04ª Região \*  
0001024-84.2011.5.04.0020 - TRT 04ª Região \*  
0000469-33.2012.5.04.0020 - TRT 04ª Região \*  
0000763-85.2012.5.04.0020 - TRT 04ª Região \*  
0001043-56.2012.5.04.0020 - TRT 04ª Região \*  
0001146-63.2012.5.04.0020 - TRT 04ª Região \*  
0001612-57.2012.5.04.0020 - TRT 04ª Região \*  
0001638-55.2012.5.04.0020 - TRT 04ª Região \*  
0047000-10.2008.5.04.0024 - TRT 04ª Região \*  
0001541-77.2011.5.04.0024 - TRT 04ª Região \*  
0048400-61.2005.5.04.0025 - TRT 04ª Região \*  
0091100-81.2007.5.04.0025 - TRT 04ª Região \*  
0000888-04.2013.5.04.0025 - TRT 04ª Região \*  
0005300-58.2002.5.04.0026 - TRT 04ª Região \*  
0071900-56.2005.5.04.0026 - TRT 04ª Região \*  
0123500-45.2007.5.04.0027 - TRT 04ª Região \*  
0100200-22.2005.5.04.0028 - TRT 04ª Região \*  
0123000-46.2002.5.04.0029 - TRT 04ª Região \*  
0076300-70.2006.5.04.0029 - TRT 04ª Região \*  
0108700-69.2008.5.04.0029 - TRT 04ª Região \*  
0001369-57.2010.5.04.0029 - TRT 04ª Região \*  
0000574-80.2012.5.04.0029 - TRT 04ª Região \*  
0000930-41.2013.5.04.0029 - TRT 04ª Região \*  
0001190-21.2013.5.04.0029 - TRT 04ª Região \*  
0065500-89.2005.5.04.0102 - TRT 04ª Região \*  
0000733-32.2011.5.04.0102 - TRT 04ª Região \*  
0000757-89.2013.5.04.0102 - TRT 04ª Região \*  
0001063-24.2014.5.04.0102 - TRT 04ª Região \*  
0000033-50.2011.5.04.0104 - TRT 04ª Região \*  
0001054-61.2011.5.04.0104 - TRT 04ª Região \*  
0001052-23.2013.5.04.0104 - TRT 04ª Região \*  
0020086-76.2016.5.04.0104 - TRT 04ª Região \*  
0020413-16.2019.5.04.0104 - TRT 04ª Região \*  
0020787-46.2017.5.04.0122 - TRT 04ª Região \*  
0000570-18.2014.5.04.0241 - TRT 04ª Região \*  
0000796-69.2010.5.04.0271 - TRT 04ª Região \*



PODER JUDICIÁRIO  
JUSTIÇA DO TRABALHO



0010923-66.2010.5.04.0271 - TRT 04ª Região \*  
0011293-06.2014.5.04.0271 - TRT 04ª Região \*  
0000139-47.2011.5.04.0351 - TRT 04ª Região \*  
0140300-22.2008.5.04.0381 - TRT 04ª Região \*  
0000907-08.2011.5.04.0404 - TRT 04ª Região \*  
0000928-18.2010.5.04.0404 - TRT 04ª Região \*  
0001213-74.2011.5.04.0404 - TRT 04ª Região \*  
0001356-29.2012.5.04.0404 - TRT 04ª Região \*  
0020190-75.2015.5.04.0404 - TRT 04ª Região \*  
0091000-75.2008.5.04.0451 - TRT 04ª Região \*\*  
0000336-64.2010.5.04.0471 - TRT 04ª Região \*  
0001083-88.2010.5.04.0511 - TRT 04ª Região \*  
0010378-47.2013.5.04.0511 - TRT 04ª Região \*  
0060700-47.2008.5.04.0511 - TRT 04ª Região \*  
0175200-63.2007.5.04.0511 - TRT 04ª Região \*  
0010420-64.2011.5.04.0512 - TRT 04ª Região \*  
0187600-09.2007.5.04.0512 - TRT 04ª Região \*  
0000708-44.2011.5.04.0611 - TRT 04ª Região \*  
0045600-77.2007.5.04.0611 - TRT 04ª Região \*  
0053600-05.2009.5.04.0641 - TRT 04ª Região \*  
0043200-66.2009.5.04.0661 - TRT 04ª Região \*  
0000955-66.2011.5.04.0662 - TRT 04ª Região \*  
0001275-19.2011.5.04.0662 - TRT 04ª Região \*  
0000107-08.2013.5.04.0663 - TRT 04ª Região \*  
0000129-03.2012.5.04.0663 - TRT 04ª Região \*  
0000474-87.2011.5.04.0732 - TRT 04ª Região \*  
0092800-37.2009.5.04.0732 - TRT 04ª Região \*  
0065500-43.2009.5.04.0751 - TRT 04ª Região \*  
0020323-79.2017.5.04.0782 - TRT 04ª Região \*  
0000229-03.2011.5.04.0821 - TRT 04ª Região \*\*  
0003500-59.2007.5.04.0821 - TRT 04ª Região \*\*  
0025800-44.2009.5.04.0821 - TRT 04ª Região \*\*  
0000378-09.2012.5.04.0871 - TRT 04ª Região \*  
0095800-77.2009.5.05.0001 - TRT 05ª Região \*  
0000992-46.2010.5.05.0001 - TRT 05ª Região \*  
0198000-72.2003.5.05.0002 - TRT 05ª Região \*  
0065300-64.2005.5.05.0002 - TRT 05ª Região \*  
0010516-59.2013.5.05.0002 - TRT 05ª Região \*  
0320900-74.1991.5.05.0003 - TRT 05ª Região \*  
0104100-90.2007.5.05.0003 - TRT 05ª Região \*  
0000605-20.2013.5.05.0003 - TRT 05ª Região \*  
0280800-64.1997.5.05.0004 - TRT 05ª Região \*

PODER JUDICIÁRIO  
JUSTIÇA DO TRABALHO

0037000-81.2008.5.05.0004 - TRT 05ª Região \*  
0020000-70.2005.5.05.0005 - TRT 05ª Região \*  
0002900-63.2009.5.05.0005 - TRT 05ª Região \*  
0106200-82.2002.5.05.0006 - TRT 05ª Região \*  
0056900-83.2004.5.05.0006 - TRT 05ª Região \*  
0129200-43.2004.5.05.0006 - TRT 05ª Região \*  
0065900-73.2005.5.05.0006 - TRT 05ª Região \*  
0148400-02.2005.5.05.0006 - TRT 05ª Região \*  
0080200-06.2006.5.05.0006 - TRT 05ª Região \*  
0061100-94.2008.5.05.0006 - TRT 05ª Região \*  
0001153-41.2010.5.05.0006 - TRT 05ª Região \*  
0000078-93.2012.5.05.0006 - TRT 05ª Região \*  
0000643-23.2013.5.05.0006 - TRT 05ª Região \*  
0026600-67.2006.5.05.0007 - TRT 05ª Região \*  
0007600-78.2006.5.05.0008 - TRT 05ª Região \*  
0304200-05.1991.5.05.0009 - TRT 05ª Região \*\*  
0049100-31.2000.5.05.0010 - TRT 05ª Região \*  
0001227-83.2010.5.05.0010 - TRT 05ª Região \*  
0010096-30.2013.5.05.0010 - TRT 05ª Região \*  
0075600-58.2005.5.05.0011 - TRT 05ª Região \*  
0036300-84.2008.5.05.0011 - TRT 05ª Região \*  
0001240-06.2015.5.05.0011 - TRT 05ª Região \*  
0001061-04.2017.5.05.0011 - TRT 05ª Região \*  
0236900-80.1992.5.05.0012 - TRT 05ª Região \*  
0034100-67.2009.5.05.0012 - TRT 05ª Região \*  
0000869-04.2013.5.05.0014 - TRT 05ª Região \*  
0000699-95.2014.5.05.0014 - TRT 05ª Região \*  
0000982-50.2016.5.05.0014 - TRT 05ª Região \*  
0060800-13.2005.5.05.0015 - TRT 05ª Região \*  
0122600-42.2005.5.05.0015 - TRT 05ª Região \*  
0055900-16.2007.5.05.0015 - TRT 05ª Região \*  
0111000-53.2007.5.05.0015 - TRT 05ª Região \*  
0171800-49.2004.5.05.0016 - TRT 05ª Região \*  
0046000-06.2007.5.05.0016 - TRT 05ª Região \*  
0134700-21.2008.5.05.0016 - TRT 05ª Região \*  
0058100-22.2009.5.05.0016 - TRT 05ª Região \*  
0010505-85.2013.5.05.0016 - TRT 05ª Região \*  
0178601-12.2003.5.05.0017 - TRT 05ª Região \*  
0193100-37.1999.5.05.0018 - TRT 05ª Região \*  
0000812-42.2011.5.05.0018 - TRT 05ª Região \*  
0051000-75.2007.5.05.0019 - TRT 05ª Região \*  
0122200-45.2007.5.05.0019 - TRT 05ª Região \*



PODER JUDICIÁRIO  
JUSTIÇA DO TRABALHO



0124200-18.2007.5.05.0019 - TRT 05ª Região \*  
0000665-47.2010.5.05.0019 - TRT 05ª Região \*  
0002800-97.2008.5.05.0020 - TRT 05ª Região \*  
0063500-39.2008.5.05.0020 - TRT 05ª Região \*  
0000578-20.2012.5.05.0020 - TRT 05ª Região \*  
0000118-83.2019.5.05.0021 - TRT 05ª Região \*  
0100200-18.2002.5.05.0022 - TRT 05ª Região \*  
0038600-25.2004.5.05.0022 - TRT 05ª Região \*  
0084100-46.2006.5.05.0022 - TRT 05ª Região \*  
0125400-51.2007.5.05.0022 - TRT 05ª Região \*  
0125600-94.2003.5.05.0023 - TRT 05ª Região \*  
0038900-81.2004.5.05.0023 - TRT 05ª Região \*  
0016800-30.2007.5.05.0023 - TRT 05ª Região \*  
0139400-19.2008.5.05.0023 - TRT 05ª Região \*  
0085600-42.2009.5.05.0023 - TRT 05ª Região \*  
0000762-93.2014.5.05.0023 - TRT 05ª Região \*  
0009019-05.2017.5.05.0023 - TRT 05ª Região \*  
0140800-07.2004.5.05.0024 - TRT 05ª Região \*  
0000300-12.2009.5.05.0024 - TRT 05ª Região \*  
0001075-56.2011.5.05.0024 - TRT 05ª Região \*  
0001281-70.2011.5.05.0024 - TRT 05ª Região \*  
0000491-81.2014.5.05.0024 - TRT 05ª Região \*  
0134500-75.2008.5.05.0028 - TRT 05ª Região \*  
0000534-08.2011.5.05.0029 - TRT 05ª Região \*  
0000573-34.2013.5.05.0029 - TRT 05ª Região \*  
0024500-07.2005.5.05.0030 - TRT 05ª Região \*  
0000925-57.2011.5.05.0030 - TRT 05ª Região \*  
0116000-83.2007.5.05.0031 - TRT 05ª Região \*  
0015500-69.2008.5.05.0032 - TRT 05ª Região \*  
0082900-66.2009.5.05.0032 - TRT 05ª Região \*  
0000291-55.2011.5.05.0032 - TRT 05ª Região \*  
0000484-02.2013.5.05.0032 - TRT 05ª Região \*  
0000509-15.2013.5.05.0032 - TRT 05ª Região \*  
0000090-53.2017.5.05.0032 - TRT 05ª Região \*  
0026600-52.2007.5.05.0033 - TRT 05ª Região \*  
0000967-97.2011.5.05.0033 - TRT 05ª Região \*  
0000692-17.2012.5.05.0033 - TRT 05ª Região \*  
0010451-68.2013.5.05.0033 - TRT 05ª Região \*  
0000654-97.2015.5.05.0033 - TRT 05ª Região \*  
0000315-07.2016.5.05.0033 - TRT 05ª Região \*  
0000185-84.2011.5.05.0035 - TRT 05ª Região \*  
0165300-33.2006.5.05.0036 - TRT 05ª Região \*



PODER JUDICIÁRIO  
JUSTIÇA DO TRABALHO

055  
*[Assinatura]*

0151000-32.2007.5.05.0036 - TRT 05ª Região \*  
 0121400-60.2007.5.05.0037 - TRT 05ª Região \*  
 0000318-81.2015.5.05.0037 - TRT 05ª Região \*  
 0037300-09.2006.5.05.0038 - TRT 05ª Região \*\*  
 0140500-61.2008.5.05.0038 - TRT 05ª Região \*  
 0000472-67.2013.5.05.0038 - TRT 05ª Região \*  
 0000778-65.2015.5.05.0038 - TRT 05ª Região \*  
 0000514-61.2013.5.05.0121 - TRT 05ª Região \*  
 0000007-09.2011.5.05.0271 - TRT 05ª Região \*  
 0000171-90.2019.5.05.0271 - TRT 05ª Região \*  
 0000516-93.2015.5.05.0401 - TRT 05ª Região \*  
 0006200-14.2006.5.05.0401 - TRT 05ª Região \*  
 0000320-29.2016.5.05.0421 - TRT 05ª Região \*  
 0000841-08.2015.5.05.0421 - TRT 05ª Região \*  
 0010025-85.2015.5.05.0421 - TRT 05ª Região \*  
 0094300-24.2004.5.05.0462 - TRT 05ª Região \*  
 0000196-56.2012.5.05.0463 - TRT 05ª Região \*  
 0001057-76.2011.5.05.0463 - TRT 05ª Região \*  
 0166000-23.2005.5.05.0463 - TRT 05ª Região \*  
 0000048-19.2016.5.05.0491 - TRT 05ª Região \*  
 0071300-68.2005.5.05.0491 - TRT 05ª Região \*  
 0000042-59.2010.5.05.0511 - TRT 05ª Região \*  
 0001517-79.2012.5.05.0511 - TRT 05ª Região \*  
 0001594-59.2010.5.05.0511 - TRT 05ª Região \*  
 0087600-02.1992.5.05.0511 - TRT 05ª Região \*  
 0154000-41.2005.5.05.0511 - TRT 05ª Região \*  
 0158400-59.2009.5.05.0511 - TRT 05ª Região \*  
 0238300-72.2001.5.05.0511 - TRT 05ª Região \*  
 0253000-09.2008.5.05.0511 - TRT 05ª Região \*  
 0000391-95.2011.5.05.0521 - TRT 05ª Região \*  
 0012300-13.2006.5.05.0521 - TRT 05ª Região \*  
 0084100-67.2007.5.05.0521 - TRT 05ª Região \*  
 0001711-19.2012.5.05.0531 - TRT 05ª Região \*  
 0053200-52.1999.5.05.0531 - TRT 05ª Região \*  
 0242800-77.2008.5.05.0531 - TRT 05ª Região \*  
 0000084-17.2012.5.05.0551 - TRT 05ª Região \*  
 0000792-04.2011.5.05.0551 - TRT 05ª Região \*  
 0000833-68.2011.5.05.0551 - TRT 05ª Região \*  
 0007700-82.2008.5.05.0551 - TRT 05ª Região \*  
 0021600-98.2009.5.05.0551 - TRT 05ª Região \*  
 0000047-18.2016.5.05.0561 - TRT 05ª Região \*  
 0000102-66.2016.5.05.0561 - TRT 05ª Região \*

PODER JUDICIÁRIO  
JUSTIÇA DO TRABALHO

0001036-10.2012.5.05.0611 - TRT 05ª Região \*  
0000414-25.2012.5.05.0612 - TRT 05ª Região \*  
0000701-85.2012.5.05.0612 - TRT 05ª Região \*  
0000985-93.2012.5.05.0612 - TRT 05ª Região \*  
0082000-77.1994.5.06.0001 - TRT 06ª Região \*  
0031000-96.1998.5.06.0001 - TRT 06ª Região \*  
0070400-73.2005.5.06.0001 - TRT 06ª Região \*  
0151400-27.2007.5.06.0001 - TRT 06ª Região \*  
0141600-04.2009.5.06.0001 - TRT 06ª Região \*  
0048300-24.2005.5.06.0002 - TRT 06ª Região \*  
0106500-53.2007.5.06.0002 - TRT 06ª Região \*  
0011400-37.2008.5.06.0002 - TRT 06ª Região \*  
0091800-38.2008.5.06.0002 - TRT 06ª Região \*  
0073500-91.2009.5.06.0002 - TRT 06ª Região \*  
0148800-59.2009.5.06.0002 - TRT 06ª Região \*  
0081100-34.2007.5.06.0003 - TRT 06ª Região \*  
0082300-76.2007.5.06.0003 - TRT 06ª Região \*  
0025900-08.2008.5.06.0003 - TRT 06ª Região \*  
0160300-56.2008.5.06.0003 - TRT 06ª Região \*  
0067900-86.2009.5.06.0003 - TRT 06ª Região \*  
0000591-14.2010.5.06.0003 - TRT 06ª Região \*  
0000869-78.2011.5.06.0003 - TRT 06ª Região \*  
0072900-69.2006.5.06.0004 - TRT 06ª Região \*  
0034000-80.2007.5.06.0004 - TRT 06ª Região \*  
0115900-85.2007.5.06.0004 - TRT 06ª Região \*  
0103000-36.2008.5.06.0004 - TRT 06ª Região \*  
0166000-17.2002.5.06.0005 - TRT 06ª Região \*  
0173900-12.2006.5.06.0005 - TRT 06ª Região \*  
0171600-65.1992.5.06.0006 - TRT 06ª Região \*  
0055500-80.1999.5.06.0006 - TRT 06ª Região \*  
0038700-29.2003.5.06.0008 - TRT 06ª Região \*  
0153500-31.2007.5.06.0008 - TRT 06ª Região \*  
0172000-11.2008.5.06.0009 - TRT 06ª Região \*  
0000239-30.2013.5.06.0010 - TRT 06ª Região \*  
0032200-30.2006.5.06.0011 - TRT 06ª Região \*  
0101800-41.2006.5.06.0011 - TRT 06ª Região \*  
0175800-12.2006.5.06.0011 - TRT 06ª Região \*  
0153700-29.2007.5.06.0011 - TRT 06ª Região \*  
0004800-77.2002.5.06.0012 - TRT 06ª Região \*  
0104700-57.2007.5.06.0012 - TRT 06ª Região \*  
0115700-54.2007.5.06.0012 - TRT 06ª Região \*  
0067400-27.2008.5.06.0012 - TRT 06ª Região \*



PODER JUDICIÁRIO  
JUSTIÇA DO TRABALHO



0080200-53.2009.5.06.0012 - TRT 06ª Região \*  
0020100-32.2009.5.06.0013 - TRT 06ª Região \*  
0093400-27.2009.5.06.0013 - TRT 06ª Região \*  
0000329-97.2011.5.06.0013 - TRT 06ª Região \*  
0000294-06.2012.5.06.0013 - TRT 06ª Região \*  
0009800-47.2005.5.06.0014 - TRT 06ª Região \*\*  
0079600-91.2007.5.06.0015 - TRT 06ª Região \*  
0085300-48.2007.5.06.0015 - TRT 06ª Região \*  
0085400-03.2007.5.06.0015 - TRT 06ª Região \*  
0000189-91.2010.5.06.0015 - TRT 06ª Região \*  
0000688-75.2010.5.06.0015 - TRT 06ª Região \*  
0000400-61.2009.5.06.0016 - TRT 06ª Região \*  
0065700-64.2009.5.06.0017 - TRT 06ª Região \*  
0000926-88.2010.5.06.0017 - TRT 06ª Região \*  
0075300-06.2009.5.06.0019 - TRT 06ª Região \*  
0079200-59.2007.5.06.0021 - TRT 06ª Região \*\*  
0013500-33.2007.5.06.0023 - TRT 06ª Região \*  
0102100-30.2007.5.06.0023 - TRT 06ª Região \*  
0077400-53.2008.5.06.0023 - TRT 06ª Região \*  
0027000-98.2009.5.06.0023 - TRT 06ª Região \*  
0000298-31.2017.5.06.0122 - TRT 06ª Região \*  
0016700-76.2007.5.06.0143 - TRT 06ª Região \*  
0001229-49.2015.5.06.0172 - TRT 06ª Região \*  
0171300-41.2008.5.06.0201 - TRT 06ª Região \*\*  
0000179-32.2010.5.06.0311 - TRT 06ª Região \*  
0000989-07.2010.5.06.0311 - TRT 06ª Região \*  
0035800-24.2009.5.06.0312 - TRT 06ª Região \*  
0143800-55.2008.5.06.0312 - TRT 06ª Região \*  
0153300-48.2008.5.06.0312 - TRT 06ª Região \*  
0000532-55.2012.5.06.0391 - TRT 06ª Região \*\*  
0001473-13.2010.5.07.0014 - TRT 07ª Região \*  
0175300-96.2009.5.08.0006 - TRT 08ª Região \*  
0000762-87.2010.5.08.0011 - TRT 08ª Região \*\*  
0000736-80.2010.5.08.0014 - TRT 08ª Região \*\*  
0000739-35.2010.5.08.0014 - TRT 08ª Região \*\*  
0000010-98.2013.5.08.0015 - TRT 08ª Região \*  
0143600-60.2004.5.08.0109 - TRT 08ª Região \*  
0077100-07.2007.5.08.0109 - TRT 08ª Região \*  
0000327-52.2011.5.08.0117 - TRT 08ª Região \*  
9950200-65.2005.5.09.0005 - TRT 09ª Região \*  
2058100-74.2004.5.09.0008 - TRT 09ª Região \*  
1767600-71.2003.5.09.0010 - TRT 09ª Região \*



PODER JUDICIÁRIO  
JUSTIÇA DO TRABALHO

0001769-10.2012.5.09.0014 - TRT 09ª Região \*  
0000958-75.2011.5.09.0017 - TRT 09ª Região \*  
0308200-62.2009.5.09.0023 - TRT 09ª Região \*  
0001241-41.2015.5.09.0023 - TRT 09ª Região \*  
0001535-93.2015.5.09.0023 - TRT 09ª Região \*  
0002023-77.2017.5.09.0023 - TRT 09ª Região \*  
0221300-74.2005.5.09.0069 - TRT 09ª Região \*  
0052901-44.2003.5.09.0072 - TRT 09ª Região \*  
0109100-44.2008.5.09.0094 - TRT 09ª Região \*  
0148700-72.2008.5.09.0094 - TRT 09ª Região \*  
0000660-34.2017.5.09.0127 - TRT 09ª Região \*  
0000541-55.2012.5.09.0513 - TRT 09ª Região \*  
0001110-27.2010.5.09.0513 - TRT 09ª Região \*  
0134500-87.2003.5.09.0659 - TRT 09ª Região \*  
0283500-42.2009.5.09.0663 - TRT 09ª Região \*  
0005500-28.2008.5.09.0669 - TRT 09ª Região \*\*  
0515900-37.2005.5.09.0673 - TRT 09ª Região \*  
1048400-72.2009.5.09.0863 - TRT 09ª Região \*  
0000526-50.2011.5.09.0892 - TRT 09ª Região \*  
0009000-43.2007.5.10.0012 - TRT 10ª Região \*  
0064600-78.2009.5.10.0012 - TRT 10ª Região \*  
0203500-41.2009.5.10.0012 - TRT 10ª Região \*  
0001001-97.2011.5.10.0012 - TRT 10ª Região \*  
0001380-38.2011.5.10.0012 - TRT 10ª Região \*  
0001386-45.2011.5.10.0012 - TRT 10ª Região \*  
0001650-62.2011.5.10.0012 - TRT 10ª Região \*  
0000029-59.2013.5.10.0012 - TRT 10ª Região \*  
0001131-19.2013.5.10.0012 - TRT 10ª Região \*  
0001590-21.2013.5.10.0012 - TRT 10ª Região \*  
0000660-66.2014.5.10.0012 - TRT 10ª Região \*  
0000953-36.2014.5.10.0012 - TRT 10ª Região \*  
0000203-97.2015.5.10.0012 - TRT 10ª Região \*  
0001150-20.2016.5.10.0012 - TRT 10ª Região \*  
0137400-89.2009.5.10.0017 - TRT 10ª Região \*  
0001559-76.2010.5.10.0021 - TRT 10ª Região \*  
0003822-75.2010.5.12.0005 - TRT 12ª Região \*  
0000149-40.2011.5.12.0005 - TRT 12ª Região \*  
0002088-71.2010.5.12.0011 - TRT 12ª Região \*  
0000814-38.2011.5.12.0011 - TRT 12ª Região \*  
0000941-73.2011.5.12.0011 - TRT 12ª Região \*  
0351500-59.2005.5.12.0014 - TRT 12ª Região \*\*  
0001803-84.2011.5.12.0030 - TRT 12ª Região \*



PODER JUDICIÁRIO  
JUSTIÇA DO TRABALHO



0002302-68.2011.5.12.0030 - TRT 12ª Região \*  
0736500-20.2007.5.12.0034 - TRT 12ª Região \*  
0786200-28.2008.5.12.0034 - TRT 12ª Região \*  
0763400-10.2002.5.12.0036 - TRT 12ª Região \*  
0054300-07.2009.5.12.0043 - TRT 12ª Região \*  
0002461-94.2010.5.12.0046 - TRT 12ª Região \*  
0093800-61.2006.5.12.0051 - TRT 12ª Região \*\*  
0037800-33.2009.5.12.0052 - TRT 12ª Região \*  
0302600-77.2009.5.12.0055 - TRT 12ª Região \*  
0001794-76.2013.5.12.0055 - TRT 12ª Região \*  
0002089-16.2013.5.12.0055 - TRT 12ª Região \*  
0002511-54.2014.5.12.0055 - TRT 12ª Região \*  
0130415-37.2015.5.13.0009 - TRT 13ª Região \*  
0130570-90.2013.5.13.0015 - TRT 13ª Região \*  
0013500-70.2009.5.13.0022 - TRT 13ª Região \*  
0047800-55.2009.5.13.0023 - TRT 13ª Região \*  
0300900-54.2008.5.15.0011 - TRT 15ª Região \*  
0001094-25.2011.5.15.0011 - TRT 15ª Região \*  
0147900-35.2002.5.15.0014 - TRT 15ª Região \*\*  
0200700-62.2006.5.15.0026 - TRT 15ª Região \*  
0092900-46.2009.5.15.0033 - TRT 15ª Região \*  
0000581-25.2010.5.15.0033 - TRT 15ª Região \*  
0168700-60.2003.5.15.0043 - TRT 15ª Região \*  
0001013-74.2011.5.15.0044 - TRT 15ª Região \*  
0104100-16.2006.5.15.0046 - TRT 15ª Região \*  
0071000-84.2008.5.15.0051 - TRT 15ª Região \*  
0102100-82.1998.5.15.0059 - TRT 15ª Região \*\*  
0010483-86.2013.5.15.0068 - TRT 15ª Região \*  
0011070-40.2015.5.15.0068 - TRT 15ª Região \*  
0001069-33.2010.5.15.0080 - TRT 15ª Região \*  
0222900-39.2009.5.15.0097 - TRT 15ª Região \*  
0068600-38.2008.5.15.0103 - TRT 15ª Região \*  
0001168-22.2010.5.15.0106 - TRT 15ª Região \*  
0111000-16.2008.5.15.0120 - TRT 15ª Região \*\*  
0001002-45.2010.5.15.0120 - TRT 15ª Região \*\*  
0017000-20.2005.5.15.0123 - TRT 15ª Região \*\*  
0000202-16.2012.5.15.0130 - TRT 15ª Região \*  
0102000-35.2008.5.15.0138 - TRT 15ª Região \*  
0012516-12.2013.5.15.0145 - TRT 15ª Região \*  
0195200-98.2004.5.16.0012 - TRT 16ª Região \*  
0063400-61.2006.5.17.0007 - TRT 17ª Região \*  
0147600-59.2010.5.17.0007 - TRT 17ª Região \*



PODER JUDICIÁRIO  
JUSTIÇA DO TRABALHO



0000679-19.2019.5.17.0007 - TRT 17ª Região \*  
0044700-53.2005.5.17.0013 - TRT 17ª Região \*  
0078000-06.2005.5.17.0013 - TRT 17ª Região \*  
0000135-13.2019.5.17.0013 - TRT 17ª Região \*  
0119300-37.2009.5.17.0132 - TRT 17ª Região \*  
0119301-22.2009.5.17.0132 - TRT 17ª Região \*  
0150200-78.2006.5.17.0141 - TRT 17ª Região \*  
0144200-30.2007.5.18.0002 - TRT 18ª Região \*  
0004900-04.2008.5.18.0007 - TRT 18ª Região \*  
0218200-49.2008.5.18.0007 - TRT 18ª Região \*  
0122200-15.2007.5.18.0009 - TRT 18ª Região \*  
0000102-86.2011.5.18.0009 - TRT 18ª Região \*  
0082900-77.2006.5.18.0010 - TRT 18ª Região \*  
0152200-55.2008.5.18.0011 - TRT 18ª Região \*  
0106800-15.2008.5.18.0012 - TRT 18ª Região \*\*  
0001566-73.2010.5.18.0012 - TRT 18ª Região \*  
0012073-20.2015.5.18.0012 - TRT 18ª Região \*  
0000621-66.2010.5.18.0051 - TRT 18ª Região \*  
0001689-12.2010.5.18.0161 - TRT 18ª Região \*  
0001570-37.2015.5.19.0003 - TRT 19ª Região \*  
0009500-54.2002.5.19.0006 - TRT 19ª Região \*  
0211700-79.2004.5.19.0006 - TRT 19ª Região \*  
0058400-58.2008.5.19.0006 - TRT 19ª Região \*\*  
0139400-05.2007.5.19.0010 - TRT 19ª Região \*  
0042000-88.2007.5.20.0001 - TRT 20ª Região \*  
0000670-72.2011.5.20.0001 - TRT 20ª Região \*  
0021100-52.2005.5.20.0002 - TRT 20ª Região \*  
0088700-56.2006.5.20.0002 - TRT 20ª Região \*  
0120700-41.2008.5.20.0002 - TRT 20ª Região \*  
0001067-65.2010.5.20.0002 - TRT 20ª Região \*  
0130000-20.1991.5.20.0003 - TRT 20ª Região \*  
0094800-58.2005.5.20.0003 - TRT 20ª Região \*  
0021400-08.2005.5.20.0004 - TRT 20ª Região \*  
0104400-97.2005.5.20.0005 - TRT 20ª Região \*  
0126900-60.2005.5.20.0005 - TRT 20ª Região \*  
0098900-11.2009.5.20.0005 - TRT 20ª Região \*  
0001478-02.2010.5.20.0005 - TRT 20ª Região \*  
0025100-83.2005.5.20.0006 - TRT 20ª Região \*  
0102200-17.2005.5.20.0006 - TRT 20ª Região \*  
0104700-56.2005.5.20.0006 - TRT 20ª Região \*  
0240800-76.2009.5.20.0006 - TRT 20ª Região \*  
0116700-13.2004.5.21.0001 - TRT 21ª Região \*



PODER JUDICIÁRIO  
JUSTIÇA DO TRABALHO



0226400-92.2007.5.21.0008 - TRT 21ª Região \*  
0203900-89.2008.5.22.0001 - TRT 22ª Região \*  
0091300-91.2009.5.22.0001 - TRT 22ª Região \*  
0001366-88.2010.5.22.0001 - TRT 22ª Região \*  
0002139-33.2010.5.22.0002 - TRT 22ª Região \*  
0160200-28.2006.5.22.0003 - TRT 22ª Região \*  
0001962-66.2010.5.22.0003 - TRT 22ª Região \*  
0001571-77.2011.5.22.0003 - TRT 22ª Região \*  
0001725-95.2011.5.22.0003 - TRT 22ª Região \*  
0001726-80.2011.5.22.0003 - TRT 22ª Região \*  
0002534-85.2011.5.22.0003 - TRT 22ª Região \*  
0000495-49.2010.5.22.0004 - TRT 22ª Região \*  
0088800-22.2009.5.23.0002 - TRT 23ª Região \*  
0094700-73.2006.5.23.0007 - TRT 23ª Região \*  
0081500-66.2003.5.23.0051 - TRT 23ª Região \*\*  
0155900-41.2009.5.23.0051 - TRT 23ª Região \*  
0171400-50.2009.5.23.0051 - TRT 23ª Região \*  
0066100-24.2009.5.23.0076 - TRT 23ª Região \*  
0114000-72.2007.5.24.0002 - TRT 24ª Região \*  
0000581-69.2010.5.24.0002 - TRT 24ª Região \*  
0110800-30.2002.5.24.0003 - TRT 24ª Região \*  
0011800-47.2008.5.24.0003 - TRT 24ª Região \*  
0001411-29.2010.5.24.0004 - TRT 24ª Região \*  
0001866-23.2012.5.24.0004 - TRT 24ª Região \*  
0025243-49.2014.5.24.0005 - TRT 24ª Região \*

\* Débito garantido por depósito, bloqueio de numerário ou penhora de bens suficientes.

\*\* Débito com exigibilidade suspensa.

**Total de processos: 556.**

Certidão emitida com base no art. 642-A da Consolidação das Leis do Trabalho, acrescentado pela Lei n° 12.440, de 7 de julho de 2011, e na Resolução Administrativa n° 1470/2011 do Tribunal Superior do Trabalho, de 24 de agosto de 2011.

Os dados constantes desta Certidão são de responsabilidade dos Tribunais do Trabalho e estão atualizados até 2 (dois) dias anteriores à data da sua expedição.

No caso de pessoa jurídica, a Certidão atesta a empresa em relação a todos os seus estabelecimentos, agências ou filiais.

A aceitação desta certidão condiciona-se à verificação de sua autenticidade no portal do Tribunal Superior do Trabalho na Internet (<http://www.tst.jus.br>).



PODER JUDICIÁRIO  
JUSTIÇA DO TRABALHO



Certidão emitida gratuitamente.

**INFORMAÇÃO IMPORTANTE**

A Certidão Positiva de Débitos Trabalhistas, com os mesmos efeitos da negativa (art. 642-A, § 2º, da Consolidação das Leis do Trabalho), atesta a existência de registro do CPF ou do CNPJ da pessoa sobre quem versa a certidão no Banco Nacional de Devedores Trabalhistas, cujos débitos estejam com exigibilidade suspensa ou garantidos por depósito, bloqueio de numerário ou penhora de bens suficientes.



## BANCO CENTRAL DO BRASIL

### CERTIDÃO

Certifica-se que, nesta data, o (a) CAIXA ECONOMICA FEDERAL (CNPJ 00.360.305/0001-04) encontra-se na situação **Autorizada em Atividade**, no segmento **Caixa Econômica Federal**, estando habilitada, nos termos da legislação em vigor, a praticar operações permitidas às instituições da espécie e credenciada como participante do PIX. Atestamos também que a referida instituição possui autorização para executar operações em:

- Crédito Rural
- Mercado de Câmbio

2. Certifica-se, ainda, que, quando da emissão desta certidão, constava em nossos cadastros que a instituição não se encontrava submetida a regime de administração especial temporária, de intervenção ou de liquidação extrajudicial por parte deste Banco Central.

3. Certidão emitida eletronicamente às 17:19:00 do dia 16/2/2022, com base na Lei nº 9.051, de 18 de maio de 1995. Para verificar a autenticidade deste documento acesse o endereço <https://www3.bcb.gov.br/certiaut/validar>.

Código de validação: IGCJPIQ8ouxIT0Is66g

Departamento de Organização do Sistema Financeiro (Dorof)

Divisão de Gestão, Planejamento e Logística (Digep)

70074-900 Brasília - DF

E-mail: [digep.dorof@bcb.gov.br](mailto:digep.dorof@bcb.gov.br)





## BANCO CENTRAL DO BRASIL

### CERTIDÃO

Certifica-se que, nesta data, o (a) CAIXA ECONOMICA FEDERAL (CNPJ 00.360.305/0001-04) encontra-se na situação **Autorizada em Atividade**, no segmento **Caixa Econômica Federal**, estando habilitada, nos termos da legislação em vigor, a praticar operações permitidas às instituições da espécie e credenciada como participante do PIX. Atestamos também que a referida instituição possui autorização para executar operações em:

- Crédito Rural
- Mercado de Câmbio

2. Certifica-se, ainda, que, quando da emissão desta certidão, constava em nossos cadastros que a instituição não se encontrava submetida a regime de administração especial temporária, de intervenção ou de liquidação extrajudicial por parte deste Banco Central.

3. Certidão emitida eletronicamente às 13:26:58 do dia 21/3/2022, com base na Lei nº 9.051, de 18 de maio de 1995. Para verificar a autenticidade deste documento acesse o endereço <https://www3.bcb.gov.br/certiaut/validar>.

Código de validação: J8etSoDH1N0iwPznI5IE

Departamento de Organização do Sistema Financeiro (Deorf)

Divisão de Gestão, Planejamento e Logística (Digepl)

Certidão emitida gratuitamente \$GS - Quadra 3 - Bloco B - Edifício Sede - 1º Andar

70074-900 Brasília - DF

E-mail: [digepl.deorf@bcb.gov.br](mailto:digepl.deorf@bcb.gov.br)





**Certificado de Regularidade do FGTS -  
CRF**

**Inscrição:** 00.360.305/0001-04

**Razão Social:** CAIXA ECONOMICA FEDERAL

**Endereço:** ST SETOR BANCARIO SUL QUADRA 04 34 BLOCO A / ASAL SUL / BRASILIA / DF / 70092-900

A Caixa Econômica Federal, no uso da atribuição que lhe confere o Art. 7, da Lei 8.036, de 11 de maio de 1990, certifica que, nesta data, a empresa acima identificada encontra-se em situação regular perante o Fundo de Garantia do Tempo de Serviço - FGTS.

O presente Certificado não servirá de prova contra cobrança de quaisquer débitos referentes a contribuições e/ou encargos devidos, decorrentes das obrigações com o FGTS.

**Validade:** 16/03/2022 a 14/04/2022

**Certificação Número:** 2022031611280217275904

Informação obtida em 21/03/2022 13:29:44

A utilização deste Certificado para os fins previstos em Lei esta condicionada a verificação de autenticidade no site da Caixa: **www.caixa.gov.br**







**CAIXA**  
CAIXA ECONOMICA FEDERAL

**Certificado de Regularidade  
do FGTS - CRF**

**Inscrição:** 00.360.305/0001-04  
**Razão Social:** CAIXA ECONOMICA FEDERAL  
**Endereço:** ST SETOR BANCARIO SUL QUADRA 04 34 BLOCO A / ASAL SUL /  
BRASILIA / DF / 70092-900

A Caixa Econômica Federal, no uso da atribuição que lhe confere o Art. 7, da Lei 8.036, de 11 de maio de 1990, certifica que, nesta data, a empresa acima identificada encontra-se em situação regular perante o Fundo de Garantia do Tempo de Serviço - FGTS.

O presente Certificado não servirá de prova contra cobrança de quaisquer débitos referentes a contribuições e/ou encargos devidos, decorrentes das obrigações com o FGTS.

**Validade:** 06/02/2022 a 07/03/2022

**Certificação Número:** 2022020600151461579777

Informação obtida em 16/02/2022 10:23:34

A utilização deste Certificado para os fins previstos em Lei esta condicionada a verificação de autenticidade no site da Caixa:  
**www.caixa.gov.br**



MINISTÉRIO DA FAZENDA  
Secretaria da Receita Federal do Brasil  
Procuradoria-Geral da Fazenda Nacional



**CERTIDÃO POSITIVA COM EFEITOS DE NEGATIVA DE DÉBITOS RELATIVOS AOS TRIBUTOS  
FEDERAIS E À DÍVIDA ATIVA DA UNIÃO**

Nome: CAIXA ECONOMICA FEDERAL  
CNPJ: 00.360.305/0001-04

Ressalvado o direito de a Fazenda Nacional cobrar e inscrever quaisquer dívidas de responsabilidade do sujeito passivo acima identificado que vierem a ser apuradas, é certificado que:

1. constam débitos administrados pela Secretaria da Receita Federal do Brasil (RFB) com exigibilidade suspensa nos termos do art. 151 da Lei nº 5.172, de 25 de outubro de 1966 - Código Tributário Nacional (CTN), ou objeto de decisão judicial que determina sua desconsideração para fins de certificação da regularidade fiscal, ou ainda não vencidos; e
2. constam nos sistemas da Procuradoria-Geral da Fazenda Nacional (PGFN) débitos inscritos em Dívida Ativa da União (DAU) com exigibilidade suspensa nos termos do art. 151 do CTN, ou garantidos mediante bens ou direitos, ou com embargos da Fazenda Pública em processos de execução fiscal, ou objeto de decisão judicial que determina sua desconsideração para fins de certificação da regularidade fiscal.

Conforme disposto nos arts. 205 e 206 do CTN, este documento tem os mesmos efeitos da certidão negativa.

Esta certidão é válida para o estabelecimento matriz e suas filiais e, no caso de ente federativo, para todos os órgãos e fundos públicos da administração direta a ele vinculados. Refere-se à situação do sujeito passivo no âmbito da RFB e da PGFN e abrange inclusive as contribuições sociais previstas nas alíneas 'a' a 'd' do parágrafo único do art. 11 da Lei nº 8.212, de 24 de julho de 1991.

A aceitação desta certidão está condicionada à verificação de sua autenticidade na Internet, nos endereços <<http://rfb.gov.br>> ou <<http://www.pgfn.gov.br>>.

Certidão emitida gratuitamente com base na Portaria Conjunta RFB/PGFN nº 1.751, de 2/10/2014.

Emitida às 04:01:26 do dia 08/12/2021 <hora e data de Brasília>.

Válida até 06/06/2022.

Código de controle da certidão: **A898.E5F4.15C6.8F9E**

Qualquer rasura ou emenda invalidará este documento.



## CERTIDÃO POSITIVA DE DÉBITOS COM EFEITO DE NEGATIVA

CERTIDÃO NR : 035-00.409.313/2022  
NOME : CAIXA ECONOMICA FEDERAL  
ENDEREÇO : SBS QUADRA 4 LOTE 3/4 EDIFICIO MATRIZ I S/N  
CIDADE : ASA SUL  
CPF  
CNPJ : 00.360.305.0001-04  
CF/DF : 0731282500175 - ATIVA

FINALIDADE : JUNTO A ORGAOS PUBLICOS

### CERTIFICAMOS QUE

HA DEBITOS VINCENDOS DE IPTU.  
HA DEBITOS VINCENDOS DE TLP.  
HA DEBITOS VINCENDOS DE IPVA / 2022 .  
HA DEBITOS VINCENDOS DE ITBI / 2022 .  
CONSTA(M) DEBITO(S) SUSPENSO(S) DE ITBI NO LANCAMENTO POR REC. ADMINISTRATIVO.  
CONSTA(M) DEBITO(S) SUSPENSO(S) DE TLP NO LANCAMENTO-SIT 33  
CONSTA(M) DEBITO(S) SUSPENSO(S) DE OUTROS NO LANCAMENTO POR RECURSO JUDICIAL.  
CONSTA(M) DEBITO(S) SUSPENSO(S) DE OUTROS NO LANCAMENTO POR REC. ADMINISTRATIVO  
CONSTA(M) DEBITO(S) SUSPENSO(S) DE OUTROS NO LANCAMENTO POR REC. ADMINISTRATIVO  
CONSTA(M) DEBITO(S) SUSPENSO(S) DE TLP NA DIVIDA ATIVA POR RECURSO JUDICIAL.  
CONSTA(M) DEBITO(S) SUSPENSO(S) DE ISS NA DIV. ATIVA POR REC. ADMINISTRATIVO.  
CONSTA(M) DEBITO(S) DE IPTU TLP RECOLHIDOS  
JUNTO AO AGENTE ARRECADADOR POREM AINDA NAO CONSTANDO  
NO SISTEMA DE ARRECADACAO DA SECRETARIA DE ECONOMIA  
OU OFERTA DE SEGURO GARANTIA IDONEO.

Pelos débitos acima responde solidariamente o adquirente, com base no art. 130 da Lei 5.172/66 – CTN.  
Certidão Positiva com Efeito de Negativa, com base no art. 151 combinado com o art. 206 da Lei 5.172/66 – CTN.  
Fica ressalvado o direito de a Fazenda Pública do Distrito Federal cobrar, a qualquer tempo, débitos que venham a ser apurados.  
Esta Certidão abrange consulta a todos os débitos, inclusive os relativos à Dívida Ativa.

Certidão expedida conforme o Decreto Distrital nr. 23.873 de 04/07/2003, gratuitamente.  
Válida até 02 de Maio de 2022 \*

\*Certidões expedidas no período da pandemia do COVID-19  
tem sua validade limitada ao prazo que perdurar tal situação.  
Brasília-DF, 01 de Fevereiro de 2022

# 2º TABELIÃO DE NOTAS E PROTESTO BRASÍLIA - DISTRITO FEDERAL

Prot.: 053243  
Livro: 3449-P  
Folha: 148

DR. RAMILO SIMÕES CORRÊA  
TABELIÃO INTERINO

LUIZ CARLOS SCHONARTH  
TABELIÃO SUBSTITUTO

SRTV / SUL - Q. 701 - CONJ. L. BL. 01 - LOJA 24 - ANDAR TÉRREO - CENTRO EMPRESARIAL ASSIS CHATEAUBRIAND  
FONE: (61) 3225-2760 - E-mail: oficio2df@tjodf.com.br - CEP 70340-906 - BRASILIA - DF

## SUBSTABELECIMENTO DE PROCURAÇÃO BASTANTE QUE FAZ SERGIO RODOVALHO PEREIRA, NA FORMA ABAIXO:

SAIBAM quantos este público instrumento de procuração virem que aos quatorze dias do mês de outubro do ano de dois mil e vinte (14/10/2020), nesta Cidade de Brasília, Capital da República Federativa do Brasil, neste Serviço Notarial, perante mim, Escrevente Notarial, compareceu como outorgante, **SERGIO RODOVALHO PEREIRA**, brasileiro, o qual declara ser casado com Giovanna Brunelli Rodovalho, sob o regime da comunhão parcial de bens, na vigência da Lei 6.515/77, economiário, portador da cédula de identidade profissional nº 100532380-1-CONFEA/CREA e inscrito no CPF/MF sob n.º 780.308.201-78, Filiação: Waldomiro Benedito Pereira e Maria Dalva Rodovalho Pereira, Data de Nascimento: 09/10/1976, Telefone: 61 3206-8811, email: sergio.pereira@caixa.gov.br, na qualidade de Superintendente Nacional da SUGOV, com endereço profissional no Setor Bancário Sul, Quadra 04, Lotes 3/4, Brasília - DF, identificado e reconhecido como o próprio do que dou fé. E por ele me foi dito que, por este instrumento público substabelece, como de fato substabelecido tem, com reserva de iguais poderes no âmbito da GIGOV RB, nas pessoas de: **JOYCE RAMOS DE OLIVEIRA LOURENÇO**, brasileira, casada com JOAO PAULO LOURENÇO DA SILVA sob o regime de comunhão parcial de bens, economiária, portadora da cédula de identidade RG n.º 1697504-SSP/RO e inscrita no CPF/MF sob n.º 740.694.032-72, Filiação: José Ângelo de Oliveira e Janete Cavalcante de Oliveira, Data de Nascimento: 02/12/1983, Telefone: (68) 3212-6300 E (68) 99201-6013, email: joyce.oliveira@caixa.gov.br, na qualidade de Gerente de Filial e/ou **LETÍCIA NAZARETH SAVINO DE OLIVEIRA**, brasileira, divorciada, economiária, portadora da cédula de identidade RG nº 322652-SEPC/AC inscrita no CPF/MF sob nº 144.039.512-87, Filiação: Emmanuel Farias de Oliveira e Leticia Adelina Savino de Oliveira, Data de Nascimento: 04/12/1962, Telefone: (68) 3212-6300 E (68) 99985-5414, email: leticia.savino@caixa.gov.br, na qualidade de Gerente de Filial Substituto Eventual, ambas com endereço profissional na Rua Fontenele De Castro, 44, 1º Andar, Estação Experimental, Rio Branco/AC, CEP: 69.918-188, (dados fornecidos por declaração, ficando o outorgante responsável pela sua veracidade, bem como por qualquer incorreção), todos os poderes que lhe foram conferidos por CAIXA ECONOMICA FEDERAL - CEF, nos termos da procuração pública lavrada NESTAS NOTAS, livro 3401-P, fls. 114, em data de sete dias do mês de outubro do ano de dois mil e dezenove (07/10/2019), para representar extrajudicialmente a CAIXA, ativa e passivamente, perante a Administração Pública Direta e Indireta, concessionárias e permissionárias de Serviços Públicos, empresas e órgãos públicos vinculados aos Poderes Legislativo, Executivo e Judiciário, em operações correlatas às atividades previstas no Estatuto da CAIXA celebradas no âmbito das unidades vinculadas à estrutura organizacional da VIGOV, (por declaração), podendo: Assinar contratos de financiamento, Contratos de Repasse, Contratos de Transferência e Termos de Compromisso, e seus respectivos aditivos, demais documentos oficiais que representem a CAIXA junto aos Convenientes, na qualidade de mandatária da União, por ocasião da operacionalização das transferências de recursos da União, termos e convênios de credenciamento, acordos e convênios de Cooperação técnica, pactos vinculados ao Programa Bolsa Família, programa de transferência de renda e prestação de serviços para operação de programas sociais, comunicações/notificações; Rescindir contratos e outros instrumentos; Participar em processos licitatórios e negociações no âmbito da Administração Pública Direta e Indireta, podendo para tanto, formular lances, negociar preços, prestar esclarecimentos, assinar atas, declarações, contratos ou quaisquer outros documentos, receber notificações, interpor recursos e desistir de sua interposição e praticar todos os demais atos pertinentes ao certame praticando assim todos os atos necessários ao fiel cumprimento deste mandato. O presente instrumento terá vigência pelo prazo de 2 (dois) anos, podendo ser revogado a qualquer momento, a critério da OUTORGANTE. VEDADO O SUBSTABELECIMENTO. Ficam convalidados, para todos os efeitos, os atos eventualmente praticados pelo substabelecido desde 01/09/2020 (Lavrada sob minuta). O Tabelião reserva o direito de cobrar emolumentos por correção de erros materiais, advindos de declaração do outorgante (PGCJDF, Art. 14, Parágrafo Único). Se advindos da lavratura, obriga-se a corrigi-los, em até 48 horas, após o pedido. DISPENSADAS AS TESTEMUNHAS POR VONTADE DAS PARTES (RSJ 41.20). Eu, (MARCELO SOARES LIMA), Escrevente Notarial, digitei, lavrei, conferi, li e encerro o presente ato colhendo as assinaturas Eu, LUIZ CARLOS SCHONARTH, Tabelião Substituto, subscrevi, dou fé e assino. (aa) SERGIO RODOVALHO PEREIRA; LUIZ CARLOS SCHONARTH. Trasladada na mesma data. Eu, a conferi, subscrevi, dou fé e assino em público e raso.

EM TESTEMUNHO \_\_\_\_\_ DA VERDADE.  
Selo de segurança: TJDF20200020336534CUOX  
Para consultar o selo, acesse [www.tjdf.jus.br](http://www.tjdf.jus.br)



*[Handwritten signatures and scribbles at the bottom of the page, including a large signature that appears to be 'LUIZ CARLOS SCHONARTH']*



CAIXA  
ECONÔMICA  
FEDERAL



SUDES - SN Trajetória e Desenvolvimento  
SAUS Quadra 3 Bloco "E"  
Ed. Matriz III – 6º andar  
70.070-050 Brasília - DF

## DECLARAÇÃO

A CAIXA ECONÔMICA FEDERAL, inscrita no CNPJ n.º 00.360.305/0001-04, por intermédio de sua representante, Sra. Tatiana Mara Ribeiro, portadora da Carteira de Identidade n.º 12.903.914 SSP/MG e do CPF n.º 064.404.356-39, DECLARA, para fins do disposto nos Art. 66-A da Lei n.º 8.666/93 e Art. 63 inciso IV e Art. 116 da Lei 14.133/21, que tratam da reserva de cargos para pessoas com deficiência ou para reabilitação da Previdência Social, bem como das regras de acessibilidade estabelecidas, que atua na observância das exigências legais previstas. Declaramos, ainda, que, por tratar-se de Empresa Pública, o ingresso no quadro permanente da CAIXA ocorre obrigatoriamente por concurso público, nos termos do art. 37, II, da Constituição Federal e o cumprimento do percentual de PcD assegurado na legislação limita-se aos aprovados nas seleções externas.

Brasília, 09 de fevereiro de 2022.

TATIANA MARA Assinado de forma digital  
RIBEIRO:06440 RIBEIRO:06440435639  
435639 Dados: 2022.02.10  
11:48:43 -03'00'

TATIANA MARA RIBEIRO  
Superintendente Nacional  
Superintendência Nacional Trajetória e Desenvolvimento



CAIXA  
ECONÔMICA  
FEDERAL



CEPES - Centralizadora Nacional de Gestão de Pessoal  
SBS - Quadra 1 - Bloco L - 8º andar  
70.070-110 - Brasília - DF cepes@caixa.gov.br

## DECLARAÇÃO

CAIXA ECONÔMICA FEDERAL, inscrito no CNPJ nº 00.360.305/0001-04, por intermédio de seu representante legal a Srª. DENISE CÂMARA PRADO, portadora da Carteira de Identidade nº.0790225298 – SSP/BA e do CPF nº 949.232.135-15, **DECLARA**, para fins do disposto no inciso XXXIII do art. 7º da Constituição Federal, inciso V do art. 27 da Lei nº 8.666 de 21 de junho de 1993, acrescido pela Lei nº 9.854 de 27 de outubro de 1999 e inciso VI do art. 68 da Lei 14.133 de 01 de abril de 2021, que não emprega menor de dezoito anos em qualquer tipo de trabalho. Declaramos, ainda, que a CAIXA desenvolve o Programa Adolescente Aprendiz, regido pela Lei nº 10.097/00 e pelo Decreto nº 5.598/05 alterado pelo Decreto nº 9.579/18, por meio de Convênio celebrado com Entidades, sem fins lucrativos, que visa a assistência e educação profissional a adolescentes, a partir dos 15 anos de idade.

Brasília/DF, 02 de FEVEREIRO de 2022.

DENISE CAMARA  
PRADO:9492321351  
5

Assinado de forma digital por  
DENISE CAMARA  
PRADO:9492321351  
Dados: 2022.02.02 15:08:44  
+03'00'

DENISE CÂMARA PRADO

Gerente de Centralizadora

Centralizadora Nacional de Gestão de Pessoas

Assinatura Digital ICP-Brasil. conf. MP nº 2.200-2/2001

A assinatura digital poderá ser verificada no sítio do Instituto Nacional de Tecnologia da Informação - ITI: <  
<http://www.iti.gov.br/verificador>>

**DECLARAÇÃO DE CAPACIDADE TÉCNICA**

A CAIXA ECONÔMICA FEDERAL – CEF, inscrita sob o CNPJ nº 00.0360.305/0001-04, instituição financeira sob a forma de empresa pública, de natureza jurídica de direito privado, patrimônio próprio e autonomia administrativa, vinculada ao Ministério da Economia, situada no SBS, quadra 4, lotes 3/4, Brasília/DF, por meio da Superintendência Nacional de Serviços Governo, para fins de instrução e composição de processos de contratação para atuação no produto CAIXA Políticas Públicas, declara que, enquanto instituição financeira e agente de políticas públicas do estado brasileiro, possui capacidade técnica de atendimento, com capilaridade e estrutura corporativa adequada à prestação de serviço para demandas em qualquer localidade do território nacional, tendo ao menos uma representação em cada Unidade Federativa.

A estrutura corporativa da empresa possui, no âmbito de sua Matriz, superintendências e gerências nacionais dedicadas à gestão, controle, acompanhamento, análise de escopo e negociações dos serviços de assistência técnica em políticas públicas prestados pela CAIXA. No âmbito regional, possui 48 unidades com equipes multidisciplinares dedicadas à prestação de serviços de assessoramento, consultoria e assistência técnica em políticas públicas, sendo 641 engenheiros e arquitetos, 75 técnicos sociais e 726 técnicos operacionais, com notório saber técnico e acadêmico nas áreas infraestrutura urbana, saneamento, habitação, gestão operacional de processos e demais assuntos afetos à implementação de políticas públicas.

A CAIXA atua há mais de 20 anos como Mandatária da União na operacionalização de contratos de repasse e termos de compromisso do Orçamento Geral da União, foram mais de 263 mil contratos de repasse, totalizando R\$ 196 bilhões de reais, operacionalizados pela CAIXA ao longo desses anos.

Atualmente, possui Contrato de Prestação de Serviços com 15 ministérios e/ou órgãos da Administração Pública, na qualidade de mandatária da União e prestadora de serviços, acompanhando, atualmente, um volume de mais de 30 mil contratos que



CAIXA  
ECONÔMICA  
FEDERAL



totalizam em torno de R\$ 147 bilhões em recursos do OGU – Orçamento Geral da União e de Financiamento (FGTS e outras fontes).

Por fim, conforme inciso XIX do Art. 5º de seu Estatuto, a CAIXA tem por objeto social, dentre outros, “prestar serviços de assessoria, consultoria, administração e gerenciamento de atividades econômicas, de políticas públicas, de previdência e de outras matérias relacionadas a sua área de atuação, diretamente ou mediante convênio ou consórcio com órgãos, entidades ou empresas”.

FLAVIO  
TAGLIASSACHI  
GAVAZZA:221132468  
13

Assinado de forma digital  
por FLAVIO TAGLIASSACHI  
GAVAZZA:22113246813  
Dados: 2021.10.07 19:20:01  
-03'00'

Flávio Tagliassachi Gavazza  
Superintendente Nacional  
Superintendência Nacional Serviços de Governo



## DECLARAÇÃO DE CAPACIDADE TÉCNICA



A CAIXA ECONÔMICA FEDERAL – CEF, inscrita sob o CNPJ nº 00.0360.305/0001-04, instituição financeira sob a forma de empresa pública, de natureza jurídica de direito privado, patrimônio próprio e autonomia administrativa, vinculada ao Ministério da Economia, situada no SBS, quadra 4, lotes 3/4, Brasília/DF, por meio da Superintendência Nacional de Serviços Governo, para fins de instrução e composição de processos de contratação para atuação no produto CAIXA Políticas Públicas, declara que, enquanto instituição financeira e agente de políticas públicas do estado brasileiro, possui capacidade técnica de atendimento, com capilaridade e estrutura corporativa adequada à prestação de serviço para demandas em qualquer localidade do território nacional, tendo ao menos uma representação em cada Unidade Federativa.

A estrutura corporativa da empresa possui, no âmbito de sua Matriz, superintendências e gerências nacionais dedicadas à gestão, controle, acompanhamento, análise de escopo e negociações dos serviços de assistência técnica em políticas públicas prestados pela CAIXA. No âmbito regional, possui 72 unidades com equipes multidisciplinares dedicadas à prestação de serviços de assessoramento, consultoria e assistência técnica em políticas públicas, sendo 502 engenheiros, 162 arquitetos, 78 técnicos sociais e 829 técnicos operacionais, com notório saber técnico e acadêmico nas áreas infraestrutura urbana, saneamento, habitação, gestão operacional de processos e demais assuntos afetos à implementação de políticas públicas.

A CAIXA atua há mais de 20 anos como Mandatária da União na operacionalização de contratos de repasse e termos de compromisso do Orçamento Geral da União, foram mais de 257 mil contratos de repasse, totalizando R\$ 190 bilhões de reais, operacionalizados pela CAIXA ao longo desses anos.

Atualmente, possui Contrato de Prestação de Serviços com 16 ministérios e/ou órgãos da Administração Pública, na qualidade de mandatária da União e prestadora de serviços, acompanhando, atualmente, um volume de mais de 35 mil contratos que totalizam em torno de R\$ 176 bilhões em recursos do OGU – Orçamento Geral da União e de Financiamento (FGTS e outras fontes).

# CAIXA

Por fim, conforme inciso XIX do Art. 5º de seu Estatuto, a CAIXA tem por objeto social, dentre outros, "prestar serviços de assessoria, consultoria, administração e gerenciamento de atividades econômicas, de políticas públicas, de previdência e de outras matérias relacionadas a sua área de atuação, diretamente ou mediante convênio ou consórcio com órgãos, entidades ou empresas".



075  
CAIXA  
ALEXANDRE HONORIO

ALEXANDRE HONORIO  
CAYRES:61991767153

Assinado de forma digital por  
ALEXANDRE HONORIO  
CAYRES:61991767153  
Dados: 2020.08.20 11:01:29 -03'00'

Alexandre Honório Cayres  
Superintendente Nacional  
SN Serviços Governo

